

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

ANDRÉ LUIS MACHADO BUENO

**A GEOEPIDEMIOLOGIA E O LUGAR: ESPAÇOS DE SENTIDO PARA AS
VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL**

**Porto Alegre
2017**

ANDRÉ LUIS MACHADO BUENO

**A GEOEPIDEMIOLOGIA E O LUGAR: ESPAÇOS DE SENTIDO PARA AS
VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Enfermagem.

Linha de pesquisa: Promoção, Educação e Vigilância em Saúde e Enfermagem.

Orientadora:
Profa. Dra. Marta Júlia Marques Lopes

**Porto Alegre
2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Bueno, André Luis Machado
A GEOEPIDEMIOLOGIA E O LUGAR: ESPAÇOS DE SENTIDO
PARA AS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES RURAIS DO RIO
GRANDE DO SUL / André Luis Machado Bueno. -- 2017.
153 f.

Orientador: Marta Julia Marques Lopes.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de Pós-
Graduação em Enfermagem, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Violência contra a Mulher. 2. Análise
Espacial. 3. Mapeamento Geográfico. 4. Saúde da
População Rural. I. Lopes, Marta Julia Marques,
orient. II. Título.

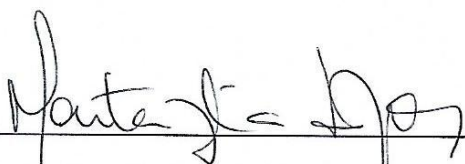
ANDRÉ LUIS MACHADO BUENO

A Geoepidemiologia e o Lugar: Espaços de Sentido para as Violências Contra Mulheres Rurais no RS.

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Enfermagem.

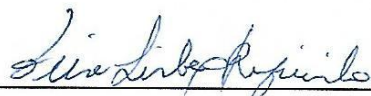
Aprovada em Porto Alegre, 30 de março de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Marta Julia Marques Lopes

Presidente – PPGENF/UFRGS



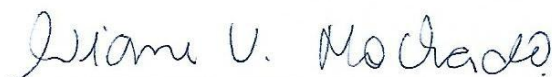
Profa. Dra. Deise Lisboa Riquinho

Membro – PPGENF/UFRGS



Profa. Dra. Sandra Maria Cezar Leal

Membro – UNISINOS



Profa. Dra. Liane Unchalo Machado

Membro – FEEVALE



Profa. Dra. Marta Cocco da Costa

Membro – UFSM

AGRADECIMENTOS

Nenhuma trajetória bem sucedida é construída sem a participação de profissionais, amigos e interlocutores. Mas, antes de tudo, começo por agradecer ao bom Deus pela paz de espírito e pela sustentação nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

A minha mais profunda gratidão e admiração a minha orientadora, amiga, parceira e "guru", professora Marta Julia M. Lopes. Ninguém seria tão especial como tu foste comigo nessa caminhada. Obrigado Marta por não desistir de mim, nunca, e de um potencial que, sinceramente, cheguei a duvidar. Obrigado por ser exigente comigo e não me permitir menos. Obrigado por todos os "puxões de orelha" e por estar por perto sempre que precisei. Muito obrigado por me orientar para vida acima de tudo.

Ao grande amor da minha vida, meu filho Lorenzo, obrigado por existir e por fazer de mim um ser humano melhor. A Sabrina, minha companheira, obrigado por compreender as ausências e os cansaços. Essa é mais uma vitória que construímos juntos.

Agradeço a UFRGS pelo ensino público de qualidade e ao PPGENF pela sustentação e apoio aos seus alunos. Ao Grupo de Estudos em Saúde Coletiva (GESCC) minha gratidão pelas diversas parcerias em pesquisa e pela oportunidade de aprendizado coletivo.

A Sandra Leal, Joannie e Marta Cocco, o meu muito obrigado pela generosidade em dividir conhecimento e pelas parcerias nos diversos momentos que o mundo da pesquisa nos reserva.

Meu agradecimento especial a Secretaria Estadual de Segurança Pública do RS, pelo franco apoio ao tema desta tese e pela disponibilidade do auxílio na captação dos dados.

Por fim, acreditando ser impossível lembrar de todos e de tudo, o meu muito obrigado às pessoas que torceram por mim e que participaram, direta ou indiretamente, da construção desta tese.

Obrigado de coração!

RESUMO

BUENO, André Luis Machado. **A geoepidemiologia e o lugar: espaços de sentido para as violências contra mulheres rurais do RS. 2017. 156 f.** Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Trata-se de um estudo ecológico, descritivo, do tipo série de casos, desenvolvido a partir de dados da segurança pública e da análise cartográfica da violência contra mulheres rurais em municípios de pequeno e médio porte da metade sul do Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2013, com o objetivo de traçar e analisar o perfil geoepidemiológico desses eventos. Aborda-se a temática das violências contra mulheres rurais a partir do seu construto sociocultural que a tornou, nas últimas décadas, um dos mais graves e complexos problemas sociais. Sustenta-se a ideia de que as desigualdades sociais limitam, ou mesmo impedem, o exercício pleno da cidadania ao criar, recriar ou transmutar, no rural, in condições de vida urbana para o enfrentamento das situações de violência. Reconhece-se que o setor saúde, em particular, tem dificuldades, especialmente em áreas rurais, para enfrentar o problema das violências contra mulheres por se tratar de eventos invisíveis (velados) e mascarados por sinais e sintomatologias diversas, quando pensados somente na perspectiva biológica. Nesse sentido, entende-se que a violência se transforma em problema de saúde por afetar a saúde individual e coletiva, demandando a formulação de políticas públicas específicas para prevenção e tratamento. Os resultados apontam para a conformação de um padrão de ocorrência dos eventos de violência nas cidades com os piores índices relacionados ao IDH, ÍNDICE DE GINI, PIB E INCIDÊNCIA DA POBREZA. As mulheres jovens, entre 12 e 17 anos são mais vitimadas por violências no recorte espacial analisado. As lesões corporais com ocorrência aos domingos entre as 12:01 e 18:00 responderam pela maioria dos registros de violências. Os casos de estupro chamam a atenção pela alta prevalência sendo, aproximadamente, 7 vezes mais prevalentes que os dados para o RS em 2012 e 17 vezes mais para os dados de 2015. As análises das cartografias sugerem que as variáveis relacionadas à renda, ao analfabetismo e às atividades típicas do rural atuam como agentes vulnerabilizantes para violências. O abandono social, a falta de políticas públicas eficazes e a crescente pobreza fazem com que o rural, na perspectiva e recorte espacial analisado, constitua-se como fator de vulnerabilidade específica para violências. Nesse sentido, o número de estabelecimentos de saúde municipais parece assumir caráter protetivo. Considera-se, dessa forma, que a implementação de políticas de saúde, de emprego, de educação e de renda pode auxiliar no combate às formas de discriminação baseadas nas assimetrias de gênero, fomentando a promoção da autonomia das mulheres vítimas de violência, por meio do aumento das capacidades para lidar com situações adversas, nesse caso, representado pelas diversas possibilidades constitutivas de violências contra mulheres em ambiente rural.

Palavras-chaves: Violência contra a Mulher. Análise Espacial. Mapeamento Geográfico. Saúde da População Rural.

ABSTRACT

BUENO, André Luis Machado. **Geo-epidemiology and the environment: spatial data analysis in violence against rural women in RS state. 2017. 156 f.** Thesis (PhD in Nursing) – School of Nursing, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

This is an ecological, descriptive study, a case series type, based on data from public security and cartographic analysis of violence against rural women in small and medium sized cities in the southern half of Rio Grande do Sul state from 2010 to 2013, with the aim of tracing and analyzing the Geo-epidemiological profile of these events. The issue of violence against rural women is approached from its socio-cultural construct which has made it one of the most serious and complex social problems in recent decades. The idea sustained here is that social inequalities limit or even stop the full exercise of citizenship by creating, re-creating or transmuting, in the rural, no urban life conditions to face situations of violence. It is recognized that the health sector in particular has difficulties, especially in rural areas, to address the problem of violence against women because they are invisible (veiled) events and masked by different signs and symptomatology when considered only in biological perspective. In this sense, it is understood that violence becomes a health problem because it affects individual and collective health, demanding the formulation of specific public policies for prevention and treatment. The results point to the conformation of a pattern of occurrence of violence events in the cities with the worst indexes related to the HDI, GINI INDEX, GDP AND POVERTY INCIDENCE. Young women between the ages of 12 and 17 are the main victims. Body injuries occurring on Sundays between 12:01 p.m and 6:00 p.m., accounted for most of the violence records. Rape cases call attention to high prevalence, being approximately 7 times more prevalent than data in Rio Grande do Sul state in 2012 and 17 times higher for 2015 data. Cartographic analysis suggest that variables related to income, illiteracy, and typical rural activities act as vulnerabilizing contexts of violence. Social abandonment, lack of effective public policies and increasing poverty make the rural, in the analyzed perspective, constitute a specific vulnerability factor for violence. In this sense, the number of municipal health facilities seems to take on a protective character. In this way, the implementation of health, employment, education and income policies can help fight off forms of discrimination based on gender asymmetries, promoting the empowerment of women victims of violence, through abilities to deal with adverse situations, in this case, represented by the many constitutive possibilities of violence against women in rural environment.

Key-words: Violence against Women. Spatial Analysis. Geographic Mapping. Health of the Rural Population.

RESUMEN

BUENO, André Luis Machado. **La geo epidemiología y el lugar: espacios de sentido para las violencias contra mujeres rurales del RS. 2017. 156 f.** Tesis (Doctorado en Enfermería) – Escuela de Enfermería, Universidad Federal del Río Grande del Sur, Porto Alegre, 2017.

Se trata de un estudio ecológico, descriptivo, del tipo serie de casos, desarrollado a partir de datos de seguridad pública y del análisis cartográfico de la violencia contra mujeres rurales en municipios de pequeño y mediano porte de la mitad sur del Rio Grande do Sul en el periodo de 2010 a 2013, con el objetivo de trazar y analizar el perfil geo epidemiológico de esos eventos. Se aborda la temática de las violencias contra mujeres rurales a partir de su constructo sociocultural que se convirtió, en las últimas décadas, en uno de los más graves y complejos problemas sociales. Se sostiene la idea de que las desigualdades sociales limitan, o inclusive impiden, el ejercicio pleno de la ciudadanía al crear, recrear o transmutar, en el medio rural, *incondiciones* de vida urbana para el enfrentamiento de las situaciones de violencia. Se reconoce que el sector de la salud, en particular, tiene dificultades, especialmente en áreas rurales, para enfrentar el problema de las violencias contra mujeres por tratarse de eventos invisibles (velados) y disfrazados por indicios y sintomatologías diversas cuando observados, únicamente, desde la perspectiva biológica. En este sentido, se entiende que la violencia se transforma en problema de salud por afectar la salud individual y colectiva, exigiendo la formulación de políticas públicas específicas para prevención y tratamiento. Los resultados indican la formación de un patrón de ocurrencia de los hechos de violencia en las ciudades con los peores índices relacionados al IDH, ÍNDICE DE GINI, PIB E INCIDENCIA DE LA POBREZA. Las mujeres jóvenes, entre 12 y 17 años, son más victimizadas por violencias en el área espacial analizada. Las lesiones corporales ocurridas los domingos entre las 12:01h y 18:00h, respondieron por la mayoría de los registros de violencia. Los casos de estupro llaman la atención por la alta incidencia siendo, aproximadamente, 7 veces más prevalentes que los datos para el RS en 2012 y 17 veces más para los datos de 2015. Los análisis de las cartografías sugieren que las variables relacionadas a la renta, analfabetismo y a las actividades típicas del medio rural actúan como agentes que contribuyen para la violencia. El abandono social, la falta de políticas públicas eficaces y la creciente pobreza hacen que lo rural, en la perspectiva y área espacial analizadas, se constituya como factor de vulnerabilidad específica para violencias. En este sentido, el número de establecimientos de salud municipales parece asumir carácter protector. Se considera, de esta forma, que la implementación de políticas de salud, empleo, educación y renta pueden ayudar a combatir las formas de discriminación basadas en las asimetrías de género, fomentando la promoción de la autonomía de las mujeres víctimas de violencia, por medio del aumento de las capacidades para lidiar con situaciones adversas, en este caso, representado por las diversas posibilidades constitutivas de violencias contra mujeres en ambiente rural.

Palabras clave: Violencia contra la Mujer. Análisis Espacial. Mapeo Geográfico. Salud de la Población Rural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Estado do RS e Municípios do estudo.	57
Figura 2	- Índice de Desenvolvimento Humano, segundo os municípios do estado do Rio Grande do Sul.	65
Figura 3	- Taxa de violência física, sexual, estupro e óbitos por agressões contra mulheres, para os municípios do Rio Grande do Sul, no período de 2010-13, segundo o DATASUS.	70
Figura 4	- Distribuição dos estabelecimentos hospitalares no RS (2013).	71
Figura 5	- Taxa de lesão corporal e feminicídios, para os municípios do Rio Grande do Sul, no período de 2012 a setembro de 2015, segundo dados da SSP/RS.	72
Figura 6	- Imagem ilustrativa da localização das delegacias de polícia no RS.	73
Figura 7	- Série histórica dos BOs de violência contra as mulheres rurais, registrados entre 2000-13, nos municípios do estudo.	96
Figura 8	- Taxas de violência contra mulheres rurais, registradas entre 2000-13, nos municípios do estudo.	98
Figura 9	- Taxas de lesão corporal contra mulheres rurais, registradas entre 2000-13, nos municípios do estudo.	99
Figura 10	- Distribuição dos eventos de violência contra mulheres rurais, segundo os meses do ano, registrados entre 2000-13, nos municípios do estudo.	103
Figura 11	- Percentual da área das propriedades agropecuárias com tamanho acima que 500 ha.	104
Figura 12	- Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar.	107
Figura 13	- Taxas de crimes sexuais contra mulheres rurais, registrados entre 2010-13, nos municípios do estudo.	109
Figura 14	- Taxas de estupro contra mulheres rurais, registrados entre 2010-13, nos municípios do estudo.	110
Figura 15	- Taxas de feminicídios contra mulheres rurais, registrados entre 2010-13, nos municípios do estudo.	112
Figura 16	- Taxas de violências contra mulheres rurais registrados entre 2010-13, nos municípios do estudo, e renda rural domiciliar média.	115
Figura 17	- Taxas de violências contra mulheres rurais registrados entre 2010-13, nos municípios do estudo, e taxa de analfabetismo.	116
Figura 18	- Taxas de violências contra mulheres rurais registrados entre 2010-13, nos municípios do estudo, e taxa de trabalho tipicamente rural.	118

Figura 19 - Taxas de violências contra mulheres rurais registrados entre 2010-13, nos municípios do estado, e taxas de mulheres rurais responsáveis por domicílio.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Produto Interno Bruto e Incidência da Pobreza, segundo os municípios do estudo.	60
Tabela 2	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Índice de Gini, segundo os municípios do estudo.	64
Tabela 3	- Estabelecimentos de saúde SUS, taxas de feminicídios, de violência, de crimes sexuais e de estupros, no período de 2010-13, segundo os municípios do estudo.	74
Tabela 4	- Faixa etária e etnia das mulheres rurais em situação de violência.	75
Tabela 5	- Tipos de violências, dia e horário de ocorrência entre mulheres rurais em situação de violência.	80
Tabela 6	- Dia da semana e horário das ocorrências, segundo tipo de violência, para os casos de violência contra mulheres rurais.	87
Tabela 7	- Condição física e flagrante dos casos de violência contra mulheres rurais.	88

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A PROBLEMÁTICA EM ESTUDO	21
2.1 As violências contra as mulheres: epidemiologia e Saúde Pública no Brasil	21
2.2 Rio Grande do Sul rural e urbano: epidemiologia e violências contra as mulheres	27
2.3 Contextos rurais constitutivos das situações de violência contra as mulheres: interação entre gênero e atenção	28
2.4 O espaço e o lugar como variáveis e dimensões analíticas na articulação da problemática das violências contra mulheres no rural	34
2.5 Objetivo geral	44
2.6 Objetivos específicos	44
3 A INVESTIGAÇÃO	46
3.1 Pressupostos metodológicos	46
3.2 Campo do estudo	47
3.3 Unidades de análise: coleta e geração dos dados	51
3.4 Tratamento e análise dos resultados	52
3.5 Considerações bioéticas	54
4 AS VIOLÊNCIAS E AS MULHERES RURAIS: LEITURAS E RELEITURAS DE UMA REALIDADE QUE FLERTA COM A FICÇÃO	56
4.1 Contextos produtores de violências contra mulheres rurais	56
4.2 Inferências das violências contra mulheres no rural: interpretando os números, suas relações e possibilidades analíticas	69
5 VIOLÊNCIAS CARTOGRAFADAS: O ESPAÇO COMO COPRODUTOR	96
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	127
ANEXO A - DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO RS (2010)	138
APÊNDICE A –TABELA DESCRITIVA DE VARIÁVEIS	139
APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DOS DADOS	141
APÊNDICE C – TAXAS DE LESÕES CORPORAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADAS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E RENDA RURAL DOMICILIAR MÉDIA (R\$)	142
APÊNDICE D - TAXAS DE CRIMES SEXUAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E RENDA RURAL DOMICILIAR MÉDIA (R\$)	143

APÊNDICE E - TAXAS DE FEMINICÍDIOS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E RENDA RURAL DOMICILIAR MÉDIA	144
APÊNDICE F - TAXAS DE LESÕES CORPORAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADAS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE ANALFABETISMO	145
APÊNDICE G - TAXAS DE CRIMES SEXUAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE ANALFABETISMO	146
APÊNDICE H - TAXAS DE FEMINICÍDIOS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE ANALFABETISMO	147
APÊNDICE I - TAXAS DE LESÕES CORPORAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADAS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE TRABALHO TÍPICAMENTE RURAL	148
APÊNDICE J - TAXAS DE CRIMES SEXUAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE TRABALHO TÍPICAMENTE RURAL	149
APÊNDICE L - TAXAS DE FEMINICÍDIOS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE TRABALHO TÍPICAMENTE RURAL	150
APÊNDICE M - TAXAS DE LESÕES CORPORAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADAS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIO	151
APÊNDICE N - TAXAS DE CRIMES SEXUAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIO	152
APÊNDICE O - TAXAS DE FEMINICÍDIOS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE MULHERES RURAIS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIO	153

1 INTRODUÇÃO

A proposta de desenvolvimento desta tese tem origem na minha trajetória acadêmica como bolsista de Iniciação Científica e na participação no projeto de pesquisa intitulado “Observatório de Causas Externas na Atenção Básica de Saúde do Município de Porto Alegre”, financiado pelo edital 024/2004 do Ministério da Saúde (MS) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A participação no referido projeto de pesquisa resultou na elaboração de meu Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Enfermagem (TCC), da dissertação de Mestrado e dois artigos para publicação em periódicos da área. As discussões, investigações e metodologias empregadas nesses estudos subsidiam a proposta de pesquisa desta tese. Nesse sentido, esta tese pauta-se na relevância social desse tema, buscando atender as muitas motivações e inquietações no que se refere à problemática das violências contra mulheres, especialmente no âmbito rural, e a sua relação com o espaço geosocial.

Ressalta-se que esta tese de doutorado está vinculada ao projeto: “Análise situacional da violência contra mulheres rurais e as interfaces intersetoriais: a problemática em municípios do sul do Brasil”, financiado pelo edital MCTI/CNPQ/SPM-PR/MDA Nº 32/2012, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Associa-se ao Grupo de Estudos em Saúde Coletiva (GESC), vinculado aos programas de Pós-Graduação em Enfermagem e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e está centrada na análise da problemática das violências contra mulheres rurais em municípios da metade sul do Rio Grande do Sul (RS).

A violência contra as mulheres como fenômeno ou, as violências, como optamos denominar ao nos referirmos aos diferentes atos que as consomem, é atualmente reconhecida como um problema de preocupação mundial. Essa visibilidade e preocupação com a temática nascem do trabalho, da luta social e do engajamento articulado de diversos grupos, sendo os movimentos feministas os principais responsáveis pela visibilização de atos discriminatórios e de opressão deferidos a gerações de mulheres e famílias. A violência transforma-se em problema de saúde por afetar a saúde individual e coletiva, demandando a formulação de políticas públicas específicas para prevenção e tratamento. Dessa forma, entende-se

que as violências como agravos à saúde tornaram-se problema de saúde pública por contemplar algumas condições como: alta prevalência; consequências severas nas sociedades e indivíduos; dispor de efetivos métodos de prevenção, alívio ou cura e o custo para sociedades e indivíduos ser alto (COSTA; BÜCHELE, 2009; FREITAS, 2008). E, fundamentalmente, em nosso entender, são eventos evitáveis por medidas que necessitam comprometer a sociedade como um todo.

No que se refere à atenção à saúde das mulheres, desde as primeiras décadas do século XX, essas passaram a fazer parte das políticas públicas específicas de saúde no Brasil. A partir da década de sessenta, o movimento feminista brasileiro descontente com as diferenças transformadas em assimetrias de gênero e com o enfoque reducionista, biologicista e, predominantemente, reprodutivo dado à mulher pelo setor saúde, reivindicou e propôs a igualdade social entre homens e mulheres, hoje expressa na ideia de “equidade de gênero”. Ou seja, é necessário considerar as diferenças e a diversidade de situações na formulação de políticas públicas e implementação dos serviços de saúde. Esse engajamento das mulheres na luta por direitos e por melhores condições de vida impulsionou a adoção das primeiras medidas oficiais do Ministério da Saúde voltadas para a assistência integral à saúde da mulher. Apesar das limitações impostas pelo governo militar da época, o movimento feminista se reorganizou incitando debates que denunciavam a precariedade da saúde da mulher brasileira (COSTA; BÜCHELE, 2009; FREITAS et al., 2009).

A explosão da onda feminista no Brasil, na década de setenta, reverberou as reivindicações das mulheres e fez com que adquirissem e aumentassem espaços na sociedade, provocando mudanças de comportamentos no âmbito privado e público. Até então, as mulheres eram vistas e assistidas de forma restrita, reducionista, com ações verticalizadas, centralizadoras e fragmentadas, voltadas ao ciclo gravídico-puerperal. A emergência do feminismo provocou, nos últimos trinta anos, uma renovação das teorias nas áreas das ciências sociais e humanas, nas quais as mulheres exigem respostas do mundo científico para melhor compreensão de suas realidades. Nesse sentido, por meio das reivindicações do movimento feminista, buscou-se a incorporação às políticas de saúde da mulher da perspectiva de gênero, do trabalho, das desigualdades, sexualidade, anticoncepção e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (COSTA; BÜCHELE, 2009; FARIA, 2009; FREITAS et al., 2009).

Considerando esses elementos envolvidos nas situações de violência contra mulheres, e entendendo que eles auxiliam no entendimento das diferentes hierarquias sociais de gênero, como o acesso desigual a terra nos espaços rurais e a invisibilidade do trabalho feminino em diferentes espaços da sociedade, entende-se a violência como um fenômeno multifatorial de grande complexidade e dificuldade de enfrentamento. Propostas simplistas de conceituação e definição são incapazes de traduzir ou mesmo representar a completude de interfaces contidas nessa problemática. O construto da violência tem origens históricas e são perpetuadas, socialmente, através dos diversos tipos de relacionamentos, na esfera política, econômica e cultural. Assim, compreende-se a violência como prática social, construída social e culturalmente, tornando-se, nas últimas décadas, um dos maiores, mais graves e complexos problemas sociais da atualidade (MINAYO, 2003).

Nesta tese, em particular, as violências contra as mulheres inserem-se nas iniquidades de gênero, expressão de hierarquias de poder entre o masculino e o feminino na sociedade. Assume-se como violência de gênero a ação de homens contra mulheres, influenciada por modelos e práticas culturais do que é ser homem, do que é ser mulher e de quais expressões de poder repercutem na capacidade de relacionamento e interação social. Para compreender o fenômeno da violência contra as mulheres, é necessário reconhecer os papéis histórico-sociais construídos nas culturas de gênero. Historicamente, essa diferenciação de papéis, poderes e direitos entre homens e mulheres determinam situações de extrema desigualdade social, levando as mulheres à vulnerabilidade social, evidenciada pela falta ou pela violação de direitos e pelas situações discriminatórias na vida prática (COSTA; LOPES, 2012; MELO; DI SABBATO, 2009).

Nesse sentido, admitiu-se, apoiado nos conceitos de Joan Scott (2011), que gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma primeira forma de dar sentido e significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais são as bases para as relações e representações de poder em diferentes esferas e sentidos que a sociedade lhes atribui. Entende-se que essas relações assimétricas entre os sexos são construídas socialmente. Contudo, o que motiva pesquisadores e estudiosos é compreender como essas relações são construídas e instituem permanências de desigualdades, privilegiando o sujeito masculino nos diversos âmbitos da sociedade. Dessa forma, assim como neste estudo, propostas interpretativas atuais articulam a

noção de construção social com a de poder como elemento constitutivo das relações sociais hierárquicas entre os sexos.

Nessa perspectiva de análise, gênero significa o saber a respeito das diferentes formas de representação do que é ser homem ou mulher, saber este fundamentado na compreensão produzida pelas culturas e pelas sociedades sobre as relações humanas e a organização social. O saber assim constituído é interpretado como algo relativo, cujos usos e significados são os meios pelos quais as relações de poder, de dominação e de subordinação são construídas. Dessa forma, entende-se como desafio analítico pensar “como” as hierarquias de gênero são construídas e legitimadas ao longo do tempo e em diversos contextos da sociedade (SIQUEIRA, 2008). Nesse sentido, é um desafio pensar e compreender como as violências são expressão nessas hierarquias.

Assim, o estudo das relações de gênero fornece subsídios para o entendimento dos diversos tipos de violências decorrentes das relações sociais desiguais e hierarquizadas entre os sexos. Dessas relações desiguais, nos diversos ambientes de convívio social, surgem impactos na vida individual e social das mulheres em situação de violência, implicando, necessariamente, no envolvimento, de outras perspectivas de análise transversais. A essas perspectivas, consolidadas como padrão analítico, adicionaram-se propostas de análise que considerem os diversos fatores capazes de vulnerabilizar as mulheres como vítimas potenciais de violências. Conceituar o fenômeno violência não se apresenta como tarefa fácil devido às diferenças culturais presentes na sua constituição, contudo alguns aspectos são reproduzidos em diversas sociedades e culturas, permitindo uma caracterização das situações mais recorrentes de violências contra mulheres (LUCENA et al., 2012).

Nessa perspectiva, a violência de gênero, mostra elementos como o emprego da força física, da submissão e da opressão. As violências contra as mulheres, oriundas da força física ou do constrangimento psicológico, resultam em danos à saúde física e mental pela violação da dignidade humana. Situações de violência contra mulheres são produzidas e reproduzidas de forma hierárquica e desigual nas relações sociais entre os sexos, evidenciando, padrões de comportamento masculino-social para sua ocorrência e perpetuação (BRASIL, 2014; LEAL, 2010; LUCENA et al., 2012; SOARES; LOPES, 2011).

Evidenciou-se que, em vários âmbitos e setores sociais, encontram-se dificuldades para abordar o fenômeno da violência contra as mulheres. Para este

estudo, essas dificuldades foram particularizadas no âmbito dos espaços rurais como lugares e espaços de produção, habitação, trabalho e vida social. Constatou-se que a concepção dominante de violência como sinônimo de criminalidade direciona os casos para serem tratados no âmbito da segurança pública. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha, de sete de agosto de 2006, reconhece a violência doméstica e familiar como uma violação dos direitos humanos e altera o Código Penal no Brasil, possibilitando que agressores sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada quando ameaçarem a integridade física da mulher. Ainda, nesse âmbito, estão previstas medidas de proteção para a mulher com risco de morte, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física da mulher agredida e dos filhos (BRASIL, 2014; COSTA; LOPES, 2012; LEAL, 2010; SOARES; LOPES, 2011).

Esses diferentes olhares sobre as situações de violência contra as mulheres relacionadas às culturas de gênero, à distribuição e à manifestação de poder dentro de cada grupo social permitem a expansão da capacidade compreensiva que estudos atuais têm mostrado. A essa perspectiva de análise, agregou-se a noção de espaço como fator proativo nas situações de violência, justificado pela visível relação de influência que as pessoas exercem sobre o meio e vice-versa. Nesse sentido, direcionar o olhar para além das dimensões políticas, institucionais, de gestão e de profissionais da prática assistencial na saúde ou de outras áreas, apresenta-se como fator inadiável como avanço analítico para a compreensão da problemática. Assim, acredita-se que agregar a categoria analítica de espaço e suas interações, na discussão das violências contra mulheres rurais possibilitou uma ótica de análise complexa para a compreensão do fenômeno em suas múltiplas faces e, em particular, no campo da saúde (BUENO; LOPES, 2014; LUCENA et al., 2012; SCHRAIBER; OLIVEIRA; COUTO, 2009).

A proposta de utilizar o conceito de “situações de violência” para esta tese remeteu-nos a uma possibilidade ampliada de análise ao abordar contextos e individualidades predisponentes para ocorrência dessas situações entre mulheres rurais. Dessa forma, compreende-se que o arranjo das situações de violência é precedido por fatores vulnerabilizantes das mulheres. Assim, o conceito de vulnerabilidades, como categoria de análise, remeteu-nos aos fundamentos da capacidade de reação do indivíduo e a percepção que ele tem do ambiente ameaçador e dos recursos (material e simbólico) que mobiliza para lidar com os eventos violentos.

Neste sentido, a noção de vulnerabilidades compreende as adversidades (pessoais e sociais) que expõem, mais ou menos, sujeitos e coletividades a eventos negativos. Nessas condições, as vulnerabilidades contribuem para o entendimento da constituição das “situações de violência” por considerarem a dinâmica do sistema social e por entender que essa dinâmica participa do processo de reprodução ambiental desses conceitos ao serem permeáveis aos efeitos do ambiente externo, que pode se alterar a qualquer momento, de acordo com a capacidade do indivíduo para enfrentamento do problema (BONFIM; LOPES; PERETTO, 2010; SOARES; LOPES; NJAINE, 2013;).

Nesse sentido, entende-se que a vulnerabilidade, no sentido que lhe atribui Ayres (2003), procura particularizar as diferentes susceptibilidades em três planos analíticos: o individual, o programático ou institucional e o social. Em primeiro lugar, o nível individual é o que considera o comportamento individual para determinado agravo e sua relação com a possibilidade de enfrentamento. Em segundo, o nível comunitário e institucional é o que inclui a falta de assistência estatal e suas consequências. O terceiro nível, o social, relaciona-se ao “construto” sociocultural e pode ser evidenciado pela dominação de gênero que contribui para a constituição das situações de violência contra as mulheres. Nesse sentido, ao considerar essa dimensão, entende-se que as mudanças no sistema de trabalho da agricultura, o aumento da violência pela disputa da terra, as dificuldades de acesso aos serviços estatais, somados às iniquidades de gênero, são fatores constitutivos e potencializadores das vulnerabilidades a violências para mulheres residentes e trabalhadoras em áreas rurais (BONFIM; LOPES; PERETTO, 2010; SOARES; LOPES; NJAINE, 2013;).

Acredita-se que a ciência das vulnerabilidades pode contribuir como base empírica para a elaboração de políticas de redução de riscos sociais e ambientais (CUTTER, 2011). Assim, entende-se que uma abordagem integradora, entre diferentes áreas do conhecimento, pode auxiliar na explicação das complexas interações entre os sistemas sociais e naturais na construção de situações de violência.

Dessa forma, esta tese buscou avançar no estudo da constituição das “situações de violência” contra mulheres rurais. A estrutura deste relatório compreende, primeiramente, uma abordagem prévia sustentada em bases de dados oficiais sobre violências contra as mulheres no intuito de caracterizar e contextualizar

a problemática em seu âmbito de origem e como problema de saúde pública. Conhecidas as bases empíricas contextuais, segue-se no desenvolvimento da problemática, acrescentando elementos teóricos para sua compreensão como gênero, contextos rurais e as noções de espaço como produto e produtor das situações de violência contra as mulheres. Na sequência, descreveu-se a trajetória metodológica de investigação, com a proposta de potencializar a capacidade analítica ao olhar para a problemática em uma perspectiva multidisciplinar. Os resultados são apresentados e discutidos nos capítulos: as violências e as mulheres rurais: leituras e releituras de uma realidade que flerta com a ficção e violências cartografadas: o espaço como coprodutor.

Por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais resultados e suas interações com a temática com o objetivo de evidenciar os principais momentos reflexivos desta tese. Entretanto, salienta-se que a pesquisa apresentada, em momento algum, propõe-se a esgotar as possibilidades de interpretação da temática, constituindo-se, a partir desse momento, em uma outra e "nova" possibilidade de leitura para o entendimento da constituição de eventos violentos contra mulheres rurais e, assim, espera-se contribuir para o seu enfrentamento.

2 A PROBLEMÁTICA EM ESTUDO

Articulando os diversos elementos teóricos citados na introdução e apontados na constituição da problemática das violências contra as mulheres rurais, tem-se clareza de que pouco se conhece a respeito dessa especificidade “geo-social”. Assim, optou-se por investigar, analisar e discutir esse fenômeno sociocultural em áreas rurais de pequenos municípios da metade sul do Rio Grande do Sul. Para isso, a construção da problemática desta tese elaborou-se com base em elementos teóricos e conceituais de diferentes áreas do conhecimento, no entendimento que somente a soma de esforços e a pluralidade de olhares podem permitir propostas interpretativas capazes de se aproximarem dos contextos de vida e da constituição das situações de violência vividas por mulheres em espaços rurais. Nesse sentido, buscando situar as complexas informações e leituras teóricas que deram origem à abordagem empírica desta tese, construiu-se a singularidade dessa perspectiva de análise. Inicia-se por aportar elementos que permitam compreender o contexto em que se desdobra esse fenômeno que, em si, responde por muitas das explicações possíveis.

2.1 As violências contra as mulheres: epidemiologia e Saúde Pública no Brasil

As Causas Externas de morbimortalidade, definidas pelos acidentes e violências, são responsáveis por um significativo número de óbitos e internações hospitalares, resultando em prejuízos ao indivíduo, famílias e à sociedade. No Brasil, o Ministério da Saúde (MS), considerando a relevância do tema e a necessidade de orientar a atuação do setor saúde, elaborou, no ano 2000, a "Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências", objetivando implementar ações de vigilância e monitoramento dos acidentes e das violências, além de oferecer maior espaço a novos debates sobre o tema nas agendas da saúde (OMS, 2008; RODRIGUES et al., 2012).

A “Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências” foi construída e orientada com base nas seguintes diretrizes: promoção da adoção de comportamentos e de ambientes seguros e saudáveis, monitorização da ocorrência de acidentes e de violências, sistematização, ampliação e consolidação do atendimento pré-hospitalar, assistência interdisciplinar e intersetorial às vítimas de acidentes e de violências, estruturação e consolidação do atendimento voltado à

recuperação e à reabilitação, capacitação de recursos humanos, apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas. São essas diretrizes que, desde então, orientam a produção científica acerca das causas externas no Brasil, dentro das diversas realidades e contextos sociais (BRASIL, 2000).

Situando as violências contra as mulheres, estudos elaborados no início dos anos 2000, no Brasil, já indicavam que, a cada 15 segundos, uma mulher sofria violência, estimando-se que mais de dois milhões de mulheres sejam espancadas a cada ano por seus parceiros íntimos. As mulheres são, potencialmente, vítimas da violência de gênero. No entanto, aquelas com melhores condições socioeconômicas, têm mais recursos para tentar escapar da violência. Ressalta-se que, tipicamente, a violência contra as mulheres envolve atos repetitivos, que vão se agravando em frequência e intensidade, como coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, ameaças e agressões físicas e sexuais variadas (DAGORD, 2003; LEAL, 2003; SOARES, 2005; VENTURI; RECAMÁN, 2004).

Retomando as causas externas em sua totalidade, na década de 80, as mortes por acidentes e violências passaram a responder por 15% dos óbitos no Brasil, tornando-se, desde então, a segunda causa de morte entre os demais óbitos. Os acidentes e violências concentram-se em áreas urbanas, já que cerca de 75% do total das mortes por causas violentas ocorrem em ambiente urbano. Nos casos de violências contra mulheres, a violência física e a sexual são os eventos mais frequentes, determinados por estruturas sociais de bases desiguais que promovem relações de submissão e de diferenças de valor na sociedade. (BRASIL, 2000; RODRIGUES et al., 2012). Pode-se questionar se as ocorrências são mesmo predominantemente urbanas ou se os serviços capazes de fazer “eco” a esses eventos estão somente em áreas urbanas.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a respeito dos feminicídios (mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres), no Brasil, indicou que, no período de 2001 a 2011, ocorreram mais de 50 mil feminicídios, equivalendo a, aproximadamente, 5.000 mortes por ano. Acredita-se que grande parte desses óbitos foi decorrente de violência doméstica e familiar, uma vez que, aproximadamente, um terço dessas mortes ocorreu no domicílio. Esses crimes são geralmente perpetrados por homens, em sua maioria por parceiros íntimos ou ex-parceiros, em decorrência de situações de abusos, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais a mulher tem menos poder

ou menos recursos do que o homem. Segundo o estudo, aproximadamente 40% de todos os homicídios de mulheres no mundo são cometidos por um parceiro íntimo, chegando à proporção de mulheres assassinadas ser 6,6 vezes maior em relação à proporção de homens assassinados por parceiras íntimas (IPEA, 2014a).

Dados de 1998 já indicavam que 63% dos casos de agressão física ocorridos nos domicílios tiveram como vítimas as mulheres. Ainda existem dificuldades em reconhecer a violência como atentado à vida e violação de direitos e respeitar as vítimas de violência, visto que ainda encontram-se dificuldades de acessibilidade e respeito à legislação no atendimento prestado pelos serviços de saúde, na recepção de denúncias em delegacias, nos institutos de medicina legal e outros órgãos envolvidos, sendo as mulheres, muitas vezes, responsabilizadas ou culpadas pela violência sofrida (BRASIL, 2000; RODRIGUES et al., 2012).

Esse cenário de descrédito e desrespeito dificulta e, muitas vezes, inviabiliza a tomada de atitudes por parte das mulheres vitimadas, para denunciar e reagir às agressões de maneira efetiva. Salienta-se, em relação aos agressores, que, em sua grande maioria, são pessoas conhecidas das vítimas, ou seja, são maridos, companheiros e parentes próximos. A prática da violência por parceiros íntimos constitui-se em fatos exponenciais das relações de opressão e de desigualdades entre os sexos, justificados pela repetição dos atos violentos, nas suas mais diversas expressões (BRASIL, 2000; RODRIGUES et al., 2012).

Embora as ocorrências de causas externas de morbimortalidade (utilizando uma terminologia específica da saúde) em sua totalidade, estejam mais frequentemente ligadas ao sexo masculino, o que, conseqüentemente, oportuniza maiores investimentos sociais e estudos acadêmicos com foco nessa população, o estudo da temática das violências contra as mulheres vem ganhando destaque e atenção nas últimas décadas, visibilizado no aumento do número de produções acerca do tema. Nesse sentido, Rodrigues et al. (2012) considerou que muito se precisa avançar nas análises sobre o fenômeno social da violência, no intuito de preencher as lacunas de conhecimento que envolvem a complexidade do construto social da violência contra as mulheres nos diferentes ambientes de ocorrência.

O IPEA, em seu estudo sobre os feminicídios no Brasil de 2014, avaliou o impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões. A análise dos dados indicou que a lei não impactou na redução dos feminicídios, ou seja, não houve redução das taxas anuais de mortalidade, antes e depois da vigência

da Lei. As taxas de mortalidade por 100 mil mulheres foram 5,28 no período 2001-2006 (antes) e 5,22 em 2007-2011 (depois), com sutil decréscimo da taxa no ano 2007, imediatamente após a vigência da Lei. O estudo ainda indica que, no período estudado, estima-se que tenha ocorrido 15,52 mortes de mulheres por causas violentas a cada dia e que mais de 54% dessas mortes ocorreram entre mulheres de 20-39 anos. As mulheres negras foram as mais vitimadas, com 61% dos dados para o Brasil, com exceção do Rio Grande do Sul, chegando a taxas de 87% e 83% nas regiões nordeste e norte respectivamente. A baixa escolaridade das vítimas também chamou a atenção, com 48% das mortes ocorrendo entre mulheres com até 8 anos de estudo. Em relação ao agente causador dos feminicídios, o estudo do IPEA mostrou que 50% das mortes foram por arma de fogo e 34% por instrumento perfurante, cortante ou contundente. No que se refere ao local de ocorrência dos óbitos, 29% e 31% dos registros ocorreram no domicílio e na via pública, respectivamente, predominantemente nos finais de semana (36%) (IPEA, 2014a).

Uma análise dos dados relativos às internações hospitalares de mulheres vítimas de agressão mostrou que 47% das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH), aprovadas no período de 2008 a 2013, foram causadas por objetos cortantes, penetrantes ou contundentes e por meio de força corporal. Computou-se nesse período, 45.917 AIH aprovadas com média de R\$ 1.067,13 para tratamento das mulheres vítimas de agressão. A média de permanência hospitalar, segundo o mesmo período, para tratamento das vítimas foi de 5,3 dias, com variações de 12,4 à 2,9 dias, dependendo da gravidade das lesões. Nesse mesmo período, a taxa média de mortalidade hospitalar por agressões a mulheres no Brasil foi de 3,4 para cada 100 internações, com variação entre 11,9 e 0,4 óbitos. Para esses dados, verificou-se que a faixa etária mais vitimada foi de mulheres de 20-29 anos, com 22,7% dos registros, e se considerado a faixa etária de 20-49, o percentual cresce para 54% do total de registros. Em relação aos dados para raça/cor das mulheres hospitalizadas por agressão, os dados indicaram que as mulheres pardas e brancas perfizeram 21,7% e 21,1% dos registros, respectivamente. Cabe salientar que o número de informações perdidas para raça/cor perfizeram 53,8% dos dados, podendo impactar nos resultados dessas características (DATASUS, 2014).

Avançando na contextualização dos registros disponíveis nos grandes sistemas de informação, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) disponibiliza para consulta, entre outras, informações referentes aos casos de

violência doméstica, sexual e outras violências. Para os anos de 2009-12, foram computados 244.528 casos de violências contra mulheres, sendo o estado de São Paulo o mais violento, com 27,4% dos registros, seguido pelos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com 11% e 7,9% do total de dados, respectivamente. Segundo os dados do SINAN, 9,9% dos casos de violência foram praticados por pessoas desconhecidas das vítimas e 31,5% dos registros estão ligados a ex-cônjuges e ex-namorados (SINAN, 2016). Portanto, o contexto analisado nesta tese corresponde ao terceiro lugar de maior incidência de violência contra mulheres no país.

Dados do SINAN para o mesmo período indicaram que 36,8% (89.963) dos registros dizem respeito à violência de repetição, ou seja, não foi a primeira vez que a mesma mulher foi vítima de violência. Dessas 0,3% (292) foram a óbito, desses óbitos 1,7% das vítimas possuem ensino superior completo, 1,3% são analfabetas e 27,5% não terminaram o ensino fundamental. Os dados ignorados ou em branco totalizaram 35,1% dos registros. No que se refere ao local de ocorrência dos casos de violência, a residência com 61,8% dos dados foi o local mais registrado, seguido da via pública com 13,7% e bares e similares com 1,7% do total de dados (SINAN, 2016).

As ocorrências em áreas rurais, embora em menor número, estão presentes, mesmo que sua gênese e manifestação social sejam diversas e pouco investigadas. Nesse contexto, agregam-se as mortes por violência de gênero, em conflitos pela terra, em áreas de garimpo, na rota do narcotráfico, ao lado do aliciamento e da exploração de crianças e adolescentes para a prostituição, trabalho escravo, as vítimas de intoxicações por agrotóxicos e de envenenamentos por animais peçonhentos (BRASIL, 2000).

Reconhece-se que o setor saúde, em particular, tem dificuldade, especialmente em áreas rurais, para enfrentar o problema das violências contra mulheres por se tratar de eventos invisibilizados (velados) e mascarados por sinais sintomatológicos diversos, quando pensados e avaliados, somente, na perspectiva biológica. Essa postura resulta em confusão dos eventos violentos com outros agravos, desconsiderando a intencionalidade do ato que gerou uma lesão ou adoecimento. Nesse sentido, a violência é tratada como fenômeno “natural” do cotidiano, considerado e dimensionado, em muitas ocasiões, como evento previsível e frequente, de acordo com as condições sociais, econômicas e culturais em que acontecem (COSTA, 2012).

Particularizando ainda mais, no rural, verifica-se que os gestores municipais, os serviços e os profissionais de saúde apresentam dificuldades para identificar e acolher as demandas e as necessidades das mulheres em situação de violência. As práticas cotidianas nos serviços de saúde ainda estão focalizadas em ações curativas, com foco no tratamento da lesão consequente, em detrimento de ações sociais capazes de intervir nesses eventos. Na maioria dos serviços de saúde, não se evidencia competência e nem envolvimento dos profissionais para lidar com as múltiplas causas e influências socioculturais que sustentam a violência e suas consequências. Essas práticas promovem e avalizam o caráter de invisibilização da violência contra as mulheres, sustentando posturas descompromissadas e sem qualquer possibilidade de intervenção terapêutica ou responsabilização profissional e institucional (COSTA, 2012).

Um grupo de autoras estudiosas da violência afirma que, sob essa perspectiva, percebe-se ainda que a violência contra mulheres em todos os âmbitos de ocorrência, ainda, é tratada como problema de segurança pública. Ao vincular esse fenômeno somente à abordagem jurídica e a criminalização, limita-se o olhar e se restringe as possibilidades de entendimento e de abordagem interdisciplinar capazes de promover o acolhimento e responsabilização pelo sofrimento das vítimas e das repercussões nos cotidianos de vida (COSTA, 2012; FREITAS, 2014; LEAL, 2010).

Outro fator relevante dessa vinculação da violência a fatos do âmbito da segurança pública mostra-se no pouco investimento em bancos de dados públicos e de qualidade para acesso as informações entre os diversos setores envolvidos com essas situações. Dessa forma, em especial, a problemática da violência contra mulheres rurais precisa ser tratada como problema de saúde pública com alto grau de invisibilidade. Essa invisibilidade tem origem e é justificada no fato dessas populações viverem distantes dos centros urbanos e, conseqüentemente, dos serviços públicos de saúde e de atenção ampliada, ou seja, distante dos recursos capazes de promover a escuta, registro e direcionamento adequado para essas situações. No que se refere a estudos e pesquisas, esse distanciamento dos grandes centros, a invisibilidade das situações por medo das denúncias e a falta de suporte estatal adequado retira dos bancos de dados oficiais, como o SINAN, os casos de violência ocorridos em áreas rurais (COSTA, 2012; FREITAS, 2009; LEAL, 2010).

Assim, essas mulheres permanecem à margem da atenção à saúde em virtude dos programas e redes de atenção estar projetadas e localizadas, quase que

exclusivamente, para a população urbana. Nesse sentido, considera-se que as elevadas distâncias geográficas são potentes limitadores para as mulheres rurais acessarem os recursos coletivos de atenção e proteção social, favorecendo a invisibilidade e, praticamente, inviabilizando o enfrentamento das situações de violência cotidianas (COSTA, 2012; FREITAS, 2009; LEAL, 2010).

Dessa forma, estudos e pesquisas, sobre violência contra mulheres em áreas rurais necessitam, na maioria das vezes, da coleta empírica direta e/ou da desagregação “manual” de dados e informações. Essa necessidade demanda tempo e alto custo, fazendo com que os estudos e pesquisas em âmbito rural ainda sejam escassos em comparação aos urbanos. Assim, os dados aqui apresentados são incapazes de retratar com fidelidade a magnitude dos contextos de violência contra as mulheres em território nacional. No entanto, entende-se que são esses dados que subsidiam a construção de políticas públicas de saúde, norteiam reflexões e servem de “start” para discussões mais aprofundadas. É em um contexto de disparidades sociais, em um país desigual em oportunidades e direitos, que mulheres exercem, ou pelo menos, tentam exercer a sua cidadania de diversas formas, dentro de diferentes possibilidades e arranjos sociais. Nesse sentido, os dados expostos acima apresentam-se como parte da construção de um cenário interativo, como peças de um quebra-cabeça complexo para vislumbrar e compreender a violência contra mulheres em contextos de vida rurais. Focalizando o cenário mais próximo desta tese, dedica-se os subtítulos seguintes ao estado do Rio Grande do Sul (RS) e seus contextos urbanos e rurais.

2.2 Rio Grande do Sul rural e urbano: epidemiologia e violências contra as mulheres

Analisando os registros do DATASUS para o Rio Grande do Sul (RS), verifica-se que o estado ocupa a terceira posição, retirando da análise os dados ignorados e em branco, no que se refere a violências contra as mulheres no Brasil, sendo os primeiros lugares ocupados por São Paulo e Minas Gerais, respectivamente. (SINAN, 2016). Dados da violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul indicam um perfil em que 51,4% dos óbitos situam-se na faixa etária dos 20-49 anos, entre mulheres com 4 a 7 anos de estudo (23,3%), solteiras (67%) e dentro dos domicílios (36,1%). No que se refere a raça/cor das vítimas, as mulheres de origem branca perfazem

83,4% dos óbitos no estado, estando estes dados intimamente relacionados ao contingente de brancos na população resultado da imigração alemã e italiana do século dezenove (DATASUS, 2014).

O RS, segundo censo demográfico de 2010, possui 5.488.872 mulheres distribuídas em 497 municípios. Para o atendimento das mulheres em situação de violência, existem apenas 17 Delegacias Especializadas (DEAM). A problemática para enfrentamento da violência contra mulheres no estado pode ser exemplificada em um estudo, desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP-RS), que traçou o perfil das mulheres assassinadas. No período de setembro de 2006 (início da vigência da Lei Maria da Penha 11.340 de 2006) a junho de 2008, analisando 267 assassinatos, o estudo mostrou que a faixa etária em que mais mortes ocorreram foi entre 18 e 35 anos com (36,5%). A maioria dos crimes foi praticada pelo companheiro (30,3%), seguido do marido (22,1%), do ex-companheiro (17,4%) e do namorado (10,5%). Nesse sentido, o estudo mostrou coerência com dados nacionais, em que a violência contra as mulheres é perpetrada por parceiro íntimo ou próximo a ela (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

Os resultados do referido estudo também mostraram que os crimes foram praticados por motivos banais, como discussão (38,46%), separação (34,62%) ciúme e processos judiciais de separação, com 7,7% do total de registros. Além disso, reafirmam as informações que o principal local de ocorrência desses eventos é o domicílio, chamando a atenção para a inexistência de referências e dados específicos quanto às denúncias e boletins de ocorrência de violência contra as mulheres em áreas rurais (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

No RS, foram registrados 16.163 ocorrências de estupro contra mulheres nos anos de 2006 a 2012. Dessas ocorrências, 74,8% (12.095) dizem respeito a fatos consumados, com crescimento no número de casos anuais desde 2008, chegando a 2.582 (21,3%) estupros no ano de 2012. Os mesmos dados indicaram o domicílio como o local de ocorrência mais registrado, com 60,3% dos casos. O turno da tarde e da noite, juntos, perfizeram 59,4% dos dados (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

No estudo “A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada”, publicado em 2012, os autores constataram que, das 1.068 ocorrências de violência contra mulheres na cidade registradas entre 2009 e 2010, 610 (57,1%) transformaram-se em inquéritos instaurados. Esses números indicam que, para as ocorrências não

investigadas, os crimes nelas denunciados não foram apurados. Nesse sentido, os autores salientam que a mulher vítima de violência deu o primeiro passo na busca de proteção legal, denunciando a violência sofrida. Contudo o processo foi interrompido por algum motivo, tendo em vista o número de inquéritos não instaurados, conduzindo essas situações de violência denunciada para violência silenciada (CARNEIRO; FRAGA, 2012).

O mesmo estudo indicou que as ameaças e as lesões corporais são os crimes mais registrados. Entre os anos de 2009 e 2010, ingressaram na Vara Criminal do Fórum da Comarca de São Borja 851 crimes previstos na Lei Maria da Penha para serem tratados como processos. Destes, 51% continuam ativos e, dos processos que foram arquivados (49%), nenhum resultou em condenação dos acusados para os anos pesquisados. Nesse sentido, cabe refletir sobre alguns dos fatores da desistência das vítimas em processarem seus agressores, como a fragilidade emocional, falta de apoio da família e dos filhos, dependência econômica e a dependência afetiva. A fragilidade emocional responde, muitas vezes, a uma coação do agressor para a desistência da representação que ofereceram no momento do registro de ocorrência. Ainda existem as promessas de que tudo irá mudar e de que as agressões não mais se repetirão, explicando, assim, o alto número de renúncias das vítimas em prosseguir com o processo (CARNEIRO; FRAGA, 2012).

Dados de um estudo produzido no RS sobre violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes indicaram que 86,1% dos adolescentes pesquisados já foram vítimas de violência e 86,5% já praticaram algum tipo de violência física, sexual ou psicológica durante o relacionamento. Em relação ao sexo, não houve diferenças entre sofrer ou perpetrar violências, no entanto foi possível perceber que as meninas apresentaram níveis maiores de violência grave com repercussões físicas e emocionais mais evidentes. Os dados do estudo ainda indicaram que as taxas de violência são maiores entre alunos de ensino público em relação ao privado, sugerindo que indivíduos de extratos sociais mais baixos estão mais vulneráveis as situações de violência (SOARES, 2012).

Nesse sentido, percebe-se que o fenômeno da violência contra as mulheres tem gênese difusa, ocorrências, muitas vezes, indiscriminadas e de difícil intervenção uma vez que precisam da coragem, do empoderamento das vítimas e da capacidade governamental para o enfrentamento dessas situações. Os resultados dos estudos até aqui citados atestam, também, que as situações de violência precisam ser

analisadas a partir da complexidade dos fatores envolvidos na sua ocorrência, sobrepujando a contagem de vítimas e a definição pura e simples de perfis de morbimortalidade. Assim, o entendimento das situações predisponentes a violências necessita considerar a influência dos fatores ambientais, os processos socioculturais e as práticas sociais e individuais implicadas e perpetradas historicamente na conformação desses agravos a saúde.

Considerando os cenários rurais, em uma pesquisa sobre violência e homicídios em mulheres rurais em oito municípios da metade sul do RS, o autor traçou o perfil sociodemográfico das mulheres vítimas de violência física. Segundo os dados do estudo, as mulheres na faixa etária entre 20 e 39 anos (56,6%) são as que mais sofreram violência. Em relação à escolaridade, 67,5% cursaram até o ensino fundamental, 60,3% eram casadas e 32,8% desenvolviam atividades ligadas à agricultura além dos afazeres domésticos (PAZ, 2013).

O mesmo estudo indica que o domicílio é o local de ocorrência mais registrado, com 63,8% dos registros. Em relação ao agressor, 43,7% dos casos de violência contra essas mulheres rurais foram por parceiros íntimos (maridos, companheiros e namorados). No que se refere ao instrumento de agressão, em sua maioria (50,3%), foram com as mãos vazias e atingiram a região da cabeça e pescoço em 28,4% dos registros. Cabe salientar que também se destacam como instrumentos de agressão objetos contundentes (19,4%) diversos como: ancinho, enxada, barra de ferro, corda, pedaço de pau, coronhada de arma de fogo, entre outros (PAZ, 2013). Embora haja semelhanças entre ocorrências urbanas e rurais, faz-se necessário melhor explorar essas características e especificidades do rural. Esse refinamento do olhar sobre esses dados se faz necessário em virtude da ausência ou insuficiente atenção social, de saúde, de segurança e de direitos humanos verificados em espaços rurais.

O domicílio é o local de ocorrência mais frequente em meio urbano e rural. No entanto, as características do rural, no que se refere aos espaços de convívio, fortalecem o domicílio muitas vezes distante de outros, para abrigar atos violentos com mais frequência.

2.3 Contextos rurais constitutivos das situações de violência contra as mulheres: interação entre gênero e atenção

As reflexões até aqui nos permitem afirmar que as violências contra as mulheres rurais são de extrema relevância, uma vez que as taxas de violência contra as mulheres crescem assustadoramente e a invisibilidade dessa problemática situada fora dos grandes centros populacionais são alvos de incipientes estratégias de intervenção. Assim, salienta-se que os estudos acadêmicos pouco têm focado a violência contra mulheres rurais, justificando o pouco conhecimento a respeito dessa problemática e o desinteresse, bem como o custo e acesso às informações como limitadores. Nesse mesmo sentido, entende-se que os contextos de violência contra as mulheres rurais encontram potencialização em adversidades como a exclusão e as dificuldades de oferta e acessibilidade a serviços de saúde e segurança. Dessa forma, acredita-se que o distanciamento de recursos de atenção social, saúde e proteção justifiquem a invisibilidade da grande maioria das situações e, conseqüentemente, o não enfrentamento delas e das situações constituintes de violência nesse âmbito (COSTA; LOPES, 2012). Para alimentar as discussões, é necessário desmistificar o rural como espaço isento de situações geradoras de agravos violentos. Nesse sentido, analisar as características de lugar e as suas dinâmicas sociais, ao nosso ver, impõe-se.

Diante do apresentado e discutido até agora, entende-se que o fenômeno da violência é o resultado da interação de fatores socioculturais, ambientais, individuais e coletivos de grande complexidade. Sua compreensão na perspectiva do gênero permite dirigir o olhar para a violência contra as mulheres, sobrepujando o plano imaterial para o fato das agressões serem dirigidas, especificamente, às mulheres pelo fato de serem mulheres. Essa problemática de pesquisa partiu do reconhecimento do fenômeno da violência e da violência de gênero em particular, e sua magnitude, como problema de saúde pública. Nesse sentido, a “invisibilidade” da problemática das violências contra mulheres rurais é resultado da própria incapacidade do setor de reconhecer sua existência, necessitando, em nosso entendimento, de olhares intersetoriais e do aperfeiçoamento da capacidade analítica para pensar o fenômeno enquanto sua responsabilidade. Não existem serviços ofertados nem redes articuladas para o rural visando acolher as mulheres, como previsto em políticas públicas nesse âmbito e no campo do direito internacional. Assim, pode-se argumentar que as estratégias de prevenção e de assistência, a partir dos serviços, são inexistentes ou inadequadas. Além disso, há poucos estudos centrados na violência contra mulheres residentes e trabalhadoras rurais com

abordagens agregadoras de outras áreas do conhecimento, capazes de somar atributos para “desnaturalizar” às assimetrias de gênero na constituição de situações de vulnerabilidade (COSTA; LOPES, 2012; LEAL; LOPES; GASPAR, 2011; SCHRAIBER; D’OLIVEIRA, 1999). E, acrescentamos, sob a perspectiva da variável espaço em particular.

As mulheres que vivem e/ou viveram algum tipo de violência adoecem mais, apresentam mais queixas e, conseqüentemente, utilizam mais a rede de serviços para atendimento. Nesse contexto, encontra-se o setor saúde que, com frequência atua em situações agudas de violência contra mulheres, em particular, quando existe dano físico. Percebe-se que muitas situações de violência permaneçam invisíveis, com sintomas indefinidos e transportados ou transformados em sintomatologias clássicas da clínica médica (depressão, estresse, ansiedade, dor no peito, entre outros). Essa invisibilidade corresponde também a desculpas de acidentes para os hematomas e ferimentos, ou, como dizem as autoras citadas na sequência, à naturalização dos sintomas como próprios das mulheres “poliqueixosas” ou da violência como inerente à relação de dominação homem-mulher (COSTA, 2012; LEAL; LOPES; GASPAR, 2011; LEAL, 2010; SCHRAIBER et al., 2009).

Estudos no RS a respeito das trajetórias e rotas críticas percorridas por mulheres em situação de violência na busca de recursos para sair desse circuito apontam a falta de apoio, a revitimização e as atitudes preconceituosas dos serviços de acolhimento. Sugerem que, apesar da existência de alguns serviços “especializados”, a violência torna-se recorrente. No cenário rural, estudos apontam para o desconhecimento da situação das mulheres, tanto no que se refere aos aspectos gerais de saúde, quanto às especificidades e peculiaridades de vida, relações sociais, laborais e de ocupação e relacionamento com a terra. A violência contra as mulheres, nesse contexto, não se constitui em elementos mobilizadores do poder público para intervenções que construam práticas de cuidado efetivas e que impeçam os desfechos mais graves, os feminicídios, por exemplo. (COSTA, 2012; DUTRA, 2013).

O contexto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, destas últimas em particular, é permeado por experiências de submissão. As diferenças de comportamentos geradas e manifestadas por conflitos de classe, gênero e etnia encontram as violências como forma de resolução em muitos casos. Nesse contexto socioeconômico, os conflitos agrários surgem e são protagonizados por vários

agentes sociais. Com origem, também, nas modificações dos meios de produção agrários, que justificam, em parte, o aumento da exclusão social, das migrações campo-cidade e da pauperização dos agricultores, a violência torna-se uma forma de expressão dessas tensões instaladas em áreas rurais (MINAYO, 2003; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA; COUTO, 2009).

Nesse sentido, as falas contidas nas entrevistas de profissionais em um estudo sobre violência e agendas públicas e práticas profissionais de saúde, desenvolvidos na metade sul do RS, evidenciam iniquidades de acesso e de acessibilidade aos serviços de saúde. Essas falas das mulheres deram origem a uma terminologia definida pela autora de a “epidemiologia da violência falada”. Essa “terminologia” encontra justificativa pela recorrência nas falas reconhecidas e representadas pelas seguintes expressões: Violência “silenciosa” e “silenciada” – invisível; violência pelas desigualdades de gênero - poder e dominação masculina; violência pela privação de lazer; de circulação no espaço público; no manuseio do dinheiro; de estudar, violência pela privação econômica: produção e posse da terra, violência pela sobrecarga de trabalho e uso de agrotóxicos; violência pelo difícil acesso e acessibilidade a serviços; violência pelo despreparo dos serviços e profissionais; violência pela ausência do Estado na implementação de políticas públicas para as mulheres, em especial, para as agricultoras; violência pela permanência de representações de gênero sustentadas na “culpa” por “ser mulher” e violência na relação de serviço à família: e a disponibilidade permanente (COSTA, 2012).

Entende-se que essas expressões relacionam-se, intimamente, à escassa oferta de proteção e assistência à população rural, às dificuldades de organização de serviços com base nas necessidades locais e às dificuldades de acesso e acessibilidade das mulheres às áreas urbanas, onde se localizam, predominantemente, os serviços públicos. Esses elementos, afirma Costa (2012), exercem um tensionamento dos aspectos culturais, sociais e familiares do que significa “ser mulher”, constituindo conflitos e desafios cotidianos que perpetuam a dominação masculina.

Assim, compreende-se que as violências contra mulheres rurais são construídas em cenários difusos de vulnerabilidades em diferentes setores do trabalho, da vida social e familiar. A violência no campo tem gênese e confunde-se entre as esferas sociais, política e simbólica entre os sexos com alto grau de letalidade, embora essas relações, em espaços rurais, necessitem de atenção

especial em virtude dos cotidianos de invisibilização (BONFIM; LOPES; PERETTO, 2010; FARIA; 2009).

Portanto, a complexidade desse contexto de violência contra as mulheres expressa um problema intersetorial, não apenas da segurança pública, e com características heterogêneas. Sendo assim, a gênese difusa da sua causalidade e a complexidade situacional que as constituem desafiam diferentes setores sociais na construção coletiva de estratégias de prevenção e enfrentamento. Isso é o que queremos enfatizar ao escolhermos o enfoque de lugar como central nesta tese.

No que tange ao espaço rural, outro estudo da configuração dessa problemática para as mulheres no Rio Grande do Sul evidenciou as múltiplas faces da violência: violência pela desvalorização, pela pobreza e condição social; violência física, moral, verbal, psicológica, doméstica; violência pelo uso de agrotóxicos; violência no campo e os crimes na luta pela terra; violência institucional/estrutural. Diz a autora que a violência se perpetua, principalmente, pelo medo das mulheres em reagir, denunciar; de ficarem sozinhas, da separação; de perder seus filhos; do que os outros vão dizer e de se impor como agente de mudança. Concomitantemente, parece existir um sentimento de impotência e culpa, colocando-as cada vez mais em situação de submissão por não terem conseguido resistir e/ou enfrentar as formas de violência (LORENZONI, 2007).

Esses dados atestam e reforçam a condição velada das situações de violência de gênero e a ideia do olhar cristalizado sobre esses eventos no campo das práticas em saúde. Entende-se, portanto, que as práticas em execução no momento, somente, reconhecem a violência que resulta em agravo físico. Na maioria dos casos, os eventos violentos são banalizados e naturalizados em suas mais diversas formas e intensidades de ocorrência, atestando a violência simbólica que neutraliza as reações das mulheres no sentido que atribuem autores como o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2011) em "A dominação masculina".

No campo das Representações Sociais dominantes nas relações entre os sexos, as mesmas reforçam atitudes de submissão às agressões físicas que são associadas pelas mulheres à tristeza e à dor. Isso se reflete em muitas situações de violência que acabam não sendo reconhecidas como tal no campo da saúde, por não produzirem lesões aparentes. Nesses casos, autoras afirmam que se necessita de uma visão ampliada e sensível, capaz de desnaturalizá-las, reconhecendo a

legitimidade da queixa e possibilitando um agir compreensivo e integral (COSTA, 2012; LEAL, 2010).

Reconhecendo a gênese complexa desses eventos, é a partir da concepção de violência de gênero que se podem visualizar as violências contra as mulheres em perspectivas mais amplas de entendimento, para além da naturalização e dos limites domésticos, da representação de "papel feminino" de predomínio no mundo privado. Nesse sentido, as violências contra as mulheres sempre foram vistas como uma questão pertencente à esfera privada e alheia ao interesse e, por vez inacessíveis às esferas dos poderes públicos.

Argumentando na perspectiva patriarcal, portanto mais estrutural do entendimento da vida social, uma das principais causas de agressões contra as mulheres tem fundamento cultural e justifica-se em decorrência de relações patriarcais, construídas histórico culturalmente. Ao longo da história, a cultura machista e discriminatória foi incentivada e perpetuada em diferentes ambientes de convívio. No que se refere à violência de gênero, o patriarcalismo expõe o seu principal legado ao subjugar a mulher ao domínio econômico dos homens. Fato historicamente comprovado uma vez que, por um longo período na história, a mulher foi considerada propriedade do homem (SILVA, 2013).

No campo dos direitos sociais, outros autores constataram que o acesso a serviços como direito de cidadania é dificultado às mulheres rurais. Essas dificuldades podem ser verificadas nas iniquidades urbano/rurais e nas relações de desigualdades de gênero e de trabalho no meio rural representado predominantemente como masculino. Em relação ao poder público e a oferta de serviços de saúde, segurança e seguridade social, o acesso é ainda mais limitado pela maior dificuldade de acessibilidade e escassez desses serviços. Dessa forma, entende-se que áreas rurais refletem as disparidades sociais existentes no país, justificando, em parte, as dificuldades de enfrentamento dos eventos violentos nesse âmbito. A negação e o desrespeito ao direito de acesso a serviços em suas diferentes dimensões explicam as desigualdades na oferta pública e da inexistência de opções por recursos assistenciais. No meio rural, em especial, as dificuldades de acesso e acessibilidade a serviços estatais competem com a falta de uma rede intersetorial de apoio, encaminhamentos e acompanhamento dos casos de violência (PINTO; PONTES; SILVA, 2013).

Nesse sentido, e para essa problemática de tese, reconhece-se que, apesar de importante, o oferecimento de ações e serviços não é suficiente para atender a complexidade dos problemas decorrentes das situações de violência. A falta de ações e serviços é apenas um dos problemas enfrentados para lidar com essas situações, no entanto a materialidade desses problemas é superada pela esfera dos valores, do respeito aos direitos adquiridos e que não são garantidos em situações vulneráveis a vida humana. Verifica-se que a violência e suas práticas vão além das materialidades e adentram o campo das emoções, do sentimento de inferioridade e subordinação sem horizonte de mudança, enfim, adentra-se no campo das emoções e da imaterialidade (TONEZER, 2014).

Assim, a “obscuridade” dessa problemática encontra parte da sua justificativa, ou seja, sua materialidade, no fato dessas mulheres estarem distantes geograficamente dos grandes centros urbanos, locais que abrigam redes de atenção e referência de atendimento e da falta de sensibilidade de um olhar inclusivo da saúde. As intervenções, poucas e desarticuladas, permanecem individualizadas e não efetivas, levando essas mulheres a serem repetidas vezes vitimizadas, resultado de condutas negligentes e/ou impotentes, justificadas, no descompromisso e na falta de responsabilização dos diversos setores envolvidos no atendimento dessas situações (COSTA, 2012; PINTO; PONTES; SILVA, 2013).

Na sequência, buscando articular as múltiplas faces dessa problemática, singulariza-se a questão do espaço nas discussões, agregando essa dimensão aos elementos apontados anteriormente.

2.4 O espaço e o lugar como variáveis e dimensões analíticas na articulação da problemática das violências contra mulheres no rural

Parte-se da afirmação de que a diferenciação regional dos problemas de atenção e de saúde possibilita a implementação de políticas e práticas de saúde adaptadas a diferentes realidades. Assim, conceitos como “risco” e “vulnerabilidade”, aliados a determinantes culturais, sociais e ambientais, podem, localmente, privilegiar a elaboração de medidas capazes de intervir de forma positiva na gestão de saúde e bem estar de pessoas e coletividades. Sob essa perspectiva, encontra-se o novo papel da variável espaço nos estudos epidemiológicos, no qual estes passaram de

“cenário de ocorrência” para agentes produtores e interagentes nos perfis de morbimortalidade (BUENO, 2010; MÜLLER; CUBAS; BASTOS, 2010).

A escolha em trabalhar transversalizando os conceitos de espaço e lugar, depende, antes de tudo, das suas aplicabilidades para atingir os objetivos propostos. Nesse caminho, diferentes entendimentos podem contribuir para o aumento da capacidade analítica ao desvincular o espaço, somente, do ambiente físico e torná-lo capaz de, em conjunto com outros aspectos, refletir a realidade social dos lugares. Como dito por Barcellos e colaboradores (2002): "se a doença é uma manifestação do indivíduo, a situação de saúde é uma manifestação do lugar." Nesse sentido, assume-se que o lugar representa a porção do espaço geográfico dotada de significados e relações humanas (NETO et al., 2013).

O conceito de espaço tem sido incorporado pela saúde pública há mais de 2.000 anos e moldado de acordo com o paradigma vigente. No século V a.c., estudiosos já associavam a ocorrência de epidemias em determinadas regiões às características climáticas do lugar, à qualidade da água disponível, ao estilo de vida dos habitantes e as condições ambientais para a gênese das enfermidades. Adiante, o lugar, de maneira geral, pode ser compreendido como um espaço sensato e apropriado de sentido, de sensibilidade e orientação. Nesse sentido, o lugar pode ser resumido em três palavras: percepção, experiência e valores (CAVALCANTE, 2011; NETO et al., 2013). Acredita-se, como os autores acima, que os lugares são núcleos de valores apreendidos através de experiências e de relações socioculturais. Compreende-se, então, nessa tese, que o lugar seria o mundo vivido, “o elo entre os procedimentos geográficos e fenomenológicos” e de estruturação da relação do “eu” com o “outro” e da vida coletiva carregada de valores comuns.

A explicação da doença como fenômeno de massa solicita a investigação de suas vertentes populacionais (social, econômica e política). Essa análise precisa levar em consideração os fatores contribuintes dessas interlocuções, na perspectiva que essa estrutura social atua de forma determinante no processo saúde-doença das coletividades. Assim, considera-se o lugar geográfico uma porção determinada da superfície terrestre, constituída por suas características ambientais (solo, clima, fauna) ocupada, modificada e organizada por uma população socialmente estruturada, e de suas intervenções no decurso da história (NETO et al., 2013).

Entende-se que a incorporação sistemática dessa variável nos estudos epidemiológicos pode significar um aumento da qualidade e eficácia das ações de

saúde construídas localmente. Essa ampliação de campo analítico pode subsidiar intervenções mais compreensivas dos processos de saúde e adoecimento baseados nos comportamentos e dinâmicas de vida. Dessa forma, essa perspectiva de análise contribui para a ampliação de propostas analíticas a partir de fenômenos espaciais no entendimento que estes são capazes de auxiliar na compreensão e interpretação das situações de violência a que nos dispusemos estudar nesta tese (BUENO; LOPES, 2014; PINTO; PONTES; SILVA, 2013).

Convém para tal que se supere uma definição simplista de espaço e lugar que poderia classificá-los como a delimitação do meio físico, o estabelecimento de fronteiras, desconsiderando as relações sociais que precedem e dinamizam a formação e ocupação do mesmo. Diferentemente, esse estudo sustenta-se na ampliação desses conceitos, transpondo a capacidade analítica da dimensão espacial, delimitação geográfica, para a dimensão social, sustentada e apoiada na coexistência simultânea da sociedade e sua relação com a natureza (BUENO; LOPES, 2014; SOUZA, 2009). Portanto, para além de uma variável, o lugar constitui-se plenamente de sentidos.

Nesse sentido, entende-se que o lugar é a materialização da existência humana. O lugar é compreendido como uma dimensão da realidade, entendido na sua amplitude de participação da vida social e, portanto, tratado como categoria de análise essencial. Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Para evitar equívocos conceituais, é preciso esclarecer que o lugar é precedido e está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais. Essas relações produzem e estabelecem outros tipos de espaços materiais e imateriais, como: políticos, culturais e econômicos (CASTILHO; FREDERICO, 2010; FERNANDES, 2005).

Dessa forma, assume-se, neste estudo, que o espaço é multidimensional, ou seja, só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa multidimensionalidade confere ao espaço uma simultaneidade de movimentos, justificada, pela propriedade do espaço em ser produto e produtor, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Desse modo, entende-se o espaço como o resultado da estruturação de elementos da natureza e das dimensões sociais, originadas nas relações entre as pessoas, suas culturas, políticas e a economia. As pessoas produzem no espaço, lugares de relação com

diversos significados, frutos de uma multidimensionalidade exercida nos cotidianos de vida (CASTILHO; FREDERICO, 2010; FERNANDES, 2005).

Assim, acredita-se que o espaço contém todos os tipos de lugares sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza. Portanto, a produção do lugar acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida e da natureza. Essas características desafiam sujeitos e suas relações para melhor compreendê-los. Nesse sentido, as relações sociais, possibilitam leituras e ações que fragmentam os lugares expondo fragilidades e potencialidades das relações humanas (FERNANDES, 2005).

No que se refere ao rural, torna-se imperativo compreendê-lo como uma construção social, a partir das relações dos seres humanos entre si e com a natureza, sem a simplificação das relações com as atividades agrícolas, e sim como uma construção social que vai além dessas atividades. Nessa direção, o debate envolve não somente o tipo de produção, mas também o modo de vida em determinado espaço (SANTOS, 2011). Assim, acredita-se que o “lugar rural” caracterize-se como a construção social de ambientes de convívio com características determinadas ao modo de vida de seus habitantes.

Os últimos anos têm revelado uma complexidade de elementos envolvidos em grandes transformações rurais como no tipo de produção, tipo de ocupação e da mão-de-obra, levando o ambiente rural a uma reorganização social e a um maior entrelaçamento com aspectos da vida urbana. Essa nova perspectiva revela uma visão desse lugar a partir de novas relações de trabalho, atividades, padrões de produção e principalmente com novas estratégias de sobrevivência. Assim, verifica-se à existência de processos de transformação e de representatividade desses espaços na sociedade (SANTOS, 2011).

Acredita-se que o rural, embora pareça homogêneo, constitui-se de forma fragmentada, sendo possível distinguir contextos sociais formadores de lugares dominados pela representação “produtiva” desse meio. Nesse sentido, o lugar assume papel de cenário interativo das relações sociais, políticas, econômicas e culturais em um determinado tempo. Assim, é na multidimensionalidade espacial que encontramos referência para a produção social e apropriação da natureza, e mais, assumindo papel, figurativamente, de local de ocorrência para os conflitos de gênero, classe e etnias (JUNGES; BARBIANI, 2013; SOUZA, 2009).

Nas situações de saúde e, ou, de doença, pode-se relacionar as culturas de gênero históricas e marcadas por valores étnicos, como produtoras de vulnerabilidades em saúde, as quais são potencializadas considerando os lugares habitados e definidos por meio das cartografias rurais de exclusão social, verificado, por exemplo, nos casos de violências contra as mulheres (BUENO; LOPES, 2014; JUNGES; BARBIANI, 2013).

Dessa forma, acredita-se que não há como estudar as relações sociais sem dar materialidade a esses processos, indivíduos ou comunidades em determinado contexto geográfico. Analiticamente falando, torna-se imperativo agregar conceitos com potencial revelador dos aspectos constituintes de espaços de interação ao campo de estudo da violência, em especial das violências contra mulheres rurais, focando o olhar para os fatores próprios do rural e predisponentes, vulnerabilizadores, para esses fenômenos. Assim, no campo da saúde a utilização dos conceitos de espaço e lugar, e suas múltiplas inserções, pode subsidiar análises contemporâneas, auxiliando a melhor compreensão das relações que predispõem ou não o indivíduo ou coletividades a determinado agravo ou dano. O entendimento de como as relações espaço-sociais são organizadas e reproduzidas parece-nos inevitável como avanço analítico. Portanto, entende-se que as desigualdades sociais são fruto e produto de assimetrias socioespaciais sendo, dessa forma, responsáveis, também, pela situação de saúde e doença e bem ou mal estar social (BUENO; LOPES, 2014; HAESBAERT, 2009).

Essa leitura de contextos sociais de intensa assimetria de condições de vida e de relações de poder cada vez mais complexas e excludentes, por exemplo, remete a necessidade de estudos e propostas analíticas que levem em consideração a íntima relação desses fatores com a formação, utilização e apropriação dos espaços sociais nas relações de gênero. Salienta-se que o espaço rural, em nosso entendimento, é representado predominantemente como um "não lugar" ou seja, constitui-se em espaço produtivo por excelência, desconsiderado nas dimensões de espaço complexo de vida e relações sociais. Assim, conforme Sevalho e Stotz, (2012) é um palco privilegiado para assimetrias de classes e a geração de desigualdades e hierarquias entre homens e mulheres, sendo condicionado e condicionante de determinados fenômenos e/ou agravos à saúde, em particular os casos de morbimortalidade específicas desse meio e aqueles ligados à violência contra as mulheres rurais e sua complexa casuística sociocultural.

Nesta tese, ao considerar-se as influências das relações espaciais, nesse cenário social de disparidades, cabe o propósito de aprofundar o entendimento das relações entre sujeitos e ambientes na constituição das situações de vulnerabilidade para violência. Admite-se, nesse contexto específico de ambiências, que medidas preventivas e promocionais em saúde, se distanciadas da realidade local, pouco ou nenhum efeito podem aportar ao seu foco de ação. Portanto, são incapazes de produzir transformações. Nesse sentido, as noções de espaço e lugar, enquanto variáveis analíticas, podem ajudar no entendimento, formulação e aplicação de medidas práticas, ajustadas e pautadas pelas necessidades das mulheres locais, atendendo suas especificidades e carências para propor um enfrentamento das situações de violência (NETO et al., 2013; SANTOS, 2011).

Com esse propósito e dessa forma, acredita-se que o grande desafio para os estudos acadêmicos é a tarefa de construir análises que levem em consideração a articulação e as interinfluências entre os diversos fatores componentes desse espaço-lugar social. Estudos afirmam que se faz necessário compreender que não existe uma única e exclusiva “ótica” de análise, ao contrário, fenômenos espaciais são percebidos de forma diferente em diferentes escalas. Também não existem processos e fenômenos espaço-sociais com começo e fim neles mesmos, existem sim, inter-relações entre as expressões territoriais de certos fenômenos, construídas em diferentes escalas sob o mesmo espaço (GOMES, 2008). Então, quais são as expressões socioespaciais conformadoras das violências contra mulheres rurais? Como interagem com o gênero? Como se constrói uma epidemiologia de lugar sensível ao gênero? Acima se expressaram algumas predisposições analíticas e essas são algumas questões apresentadas por essa problemática.

Portanto, a proposta deste estudo entende que a construção de cartografias temáticas das violências contra as mulheres rurais em municípios de pequeno porte da metade sul do Rio Grande do Sul pode auxiliar na identificação dos contornos da vulnerabilidade aos diferentes tipos de violências e, podendo, também, auxiliar no entendimento da extensão da influência desses eventos na região de estudo. Ainda, o estudo de dados geoprocessados pode colaborar para definir o porquê deste ou daquele tipo violência ser mais incidente nessa ou naquela região. Assim, questiona-se, também, como essas regiões sofrem influência da constituição territorial para fomentar situações violentas ou, ao contrário, que influências mostram-se como protetoras?

Salienta-se, no entanto, que as violências têm origem em fatores, potencialmente predisponentes para sua ocorrência e, nesse sentido, podem apresentar relações socioespaciais diferenciadas (JUNGES; BARBIANI, 2013; BUENO; LOPES, 2014).

Propondo a construção das “cartografias da violência” contra mulheres rurais nos municípios do estudo, emergem alguns questionamentos norteadores da pesquisa, como: Existe padrão de distribuição espacial capaz de subsidiar uma análise do comportamento desses eventos na perspectiva do rural e da região em particular? Quais os fatores socioculturais impactantes nas relações sociais, de trabalho e gênero, implicados nesse comportamento espacial? O rural, enquanto lugar de relações de trabalho, renda, constituição territorial (poder) de forte expressão masculina pode ser compreendido como fomentador das situações de violência? Podem os bancos de dados públicos sobre violência contribuir para o entendimento das relações e iniquidades de gênero no rural? As redes de atenção às mulheres vítimas de violência disponíveis no estado do RS e na metade sul, em particular, essencialmente urbanas, contemplam, as mulheres rurais dessa área em particular?

Esses questionamentos desafiam a construção de um novo “jeito de olhar” as informações disponíveis (e buscar as indisponíveis), dependentes, também, da capacidade de desenvolver conversas com “disciplinas” de outras áreas do conhecimento. Desafiamo-nos, portanto, ao desenvolvimento de reflexões que ampliem a capacidade compreensiva, a visibilidade do problema, a identificação da diversidade das situações de violência contra mulheres rurais e as interfaces intersetoriais nas práticas de enfrentamento desse fenômeno.

Reconhecendo e resumindo, portanto, a complexidade do fenômeno analisado, agrega-se ao conceito de espaço a abordagem da vulnerabilidade do lugar, que parte de uma realidade concreta tornando o lugar centro de significados e sociabilidade. Salienta-se que o lugar é aqui compreendido como dimensão da experiência humana, perpassando as escalas individual e coletiva, nas suas diversas esferas, considerando-se, também, as escalas espaciais de ocorrência dos fenômenos físicos e sociais. O lugar constitui-se, portanto, pelo espaço de vida, pela afetividade e pela razão dos sentimentos envolvidos nos cotidianos. A partir dele, é possível materializar uma unidade socioespacial capaz de auxiliar na compreensão das estratégias de enfrentamento de problemas locais. Essa abordagem é justificada pela importância de entendimento do contexto geográfico para compreensão dos macro fatores

vulnerabilizadores do lugar analisado. Assim, nesta tese, as noções de espaço e vulnerabilidade de lugar são utilizadas de forma complementar.

Articulando, a abordagem do conceito de vulnerabilidade de lugar possibilita uma análise integrada dos elementos físicos e sociais, considerando a produção social do risco e as capacidades de resposta, tanto da sociedade quanto dos indivíduos as situações de violência. Parte-se, portanto, de um contexto social e geográfico onde se tem um problema potencial, sendo a vulnerabilidade do lugar o resultado da interação particular desses elementos no espaço e no tempo. Admite-se a vulnerabilidade como um qualitativo do lugar, das pessoas, da comunidade, dos grupos demográficos e dos recursos disponíveis que podem ser acionados em situações de necessidade. Nesse sentido, tanto o contexto social quanto o geográfico possuem atributos que fornecem elementos para pessoas e lugares estabelecerem seus sistemas de proteção ou exposição, fragilizando ou protegendo indivíduos em diferentes contextos de vida (MARANDOLA JR; HOGAN, 2009).

Nesse sentido, na saúde, consideram-se insuficientes as respostas do modelo biomédico amplamente praticado na sociedade, que, até agora, foram incapazes de tratar as violências e a violência de gênero em particular, em sua diversidade e multiplicidade de significados. No entanto, não se refutam as contribuições do modelo, embora centrado na cura do corpo biológico, fazendo emergir novas propostas interpretativas de fenômenos sociais complexos e de difícil compreensão como a constituição de situações singulares de violência contra mulheres rurais. Identifica-se para tal como avanço na proposta analítica o fato de agregar conhecimentos de outras áreas em diálogos entre si, na expectativa de “aumentar o campo de visão analítico do fenômeno da violência” para além da fronteira do biológico e estatístico.

Para viabilizar essa pesquisa, entendeu-se que a utilização da representação do espaço geográfico e seus recortes em contextos sociais de pesquisa têm sido incrementadas pela disponibilidade de dados epidemiológicos em grandes bases de dados, que oportunizam a utilização das ferramentas cartográficas. Nesse sentido, recortes territoriais combinados com Sistemas de Informação Geográfica permitem melhor compreender as dinâmicas espaciais a partir da compilação de dados primários e secundários de diversas fontes e escalas (SANTOS, 2008).

Mesmo assim, admite-se que a cartografia é uma tentativa estática de representação de uma realidade em constante movimento, fazendo-se necessário o conhecimento dos limites e potencialidades que essa ferramenta pode oferecer aos

estudos espaciais no grande campo da saúde. Contudo, é inegável a ampliação das possibilidades analíticas dessa perspectiva, cabendo ao pesquisador a responsabilidade do diálogo conciliador, ou não, com outras disciplinas e áreas do conhecimento, permitindo aprofundar o caráter compreensivo desse fenômeno sobre o qual pautou-se esta pesquisa. Por fim, acredita-se que o diálogo de saberes e práticas podem encurtar distâncias entre problemas e soluções diante de uma realidade complexa, difusa e de difícil enfrentamento social.

Salienta-se que esta tese se utiliza das contribuições de estudos anteriores do GESC para suas análises e discussões, são eles: Bonfim; Costa; Lopes (2013); Bonfim; Lopes; Peretto (2010); Costa (2016); Costa; Lopes, (2012); Costa; Lopes; Soares, (2015). Entende-se, nesse sentido, que estas produções fazem parte do amadurecimento do grupo de pesquisa na construção de conhecimento coletivo, visando a busca de interpretações para os fenômenos relacionados ao gênero e, em particular, as mulheres, no recorte espacial aqui utilizado. Esses estudos desvendaram realidades esquecidas, pouco analisadas e pouco representadas na literatura acadêmica. Desta forma, admite-se que a riqueza de conteúdo destas produções auxiliaram muitas das análises e discussões aqui propostas. Em síntese, este estudo aborda as violências contra mulheres rurais, na perspectiva do gênero. O foco empírico é epidemiológico “geoespacial”, com apoio nos conceitos de espaço e lugar, buscando encontrar elementos diferenciais para sua análise. Assim, assume-se a temática da violência contra mulheres rurais como objeto de análise, projetando compromissos de intervenção multidisciplinar e intersetorial entre os diferentes segmentos da sociedade.

2.5 Objetivo geral

- Traçar e analisar o perfil sociodemográfico e geoepidemiológico das violências contra mulheres rurais em municípios de pequeno e médio porte da metade sul do RS para o período de 2010 a 2013, considerando espaço e lugar.

2.6 Objetivos específicos

- Construir e analisar a configuração espacial e territorial das violências contra mulheres rurais através de cartografias temáticas em municípios de pequeno porte e médio porte da metade sul do RS;
- Descrever e analisar as tipologias das violências contra mulheres rurais, explorando os registros de morbidade e mortalidade dos bancos de dados oficiais para o período e área em estudo;
- Compreender as transversalidades socioespaciais e de gênero implicados nas situações de violência cartografadas.

3 A INVESTIGAÇÃO

Esta proposta metodológica fundamentou-se nas experiências e na trajetória investigativa do pesquisador em relação à temática das causas externas de morbimortalidade (violências e acidentes). O desenho de pesquisa proposto é parte fundamental no processo de entendimento da localização e do comportamento dos eventos de violência.

3.1 Pressupostos metodológicos

Trata-se de um estudo epidemiológico, ecológico, descritivo, do tipo série de casos, com ênfase no caráter espacial, a partir da análise cartográfica, de sexo e gênero, da violência contra mulheres rurais em municípios da metade sul do Rio Grande do Sul no período de 2010 a 2013.

Para os estudos ecológicos, a unidade de análise é uma população ou um grupo de pessoas submetidas a um evento característico que, geralmente, pertencem a um espaço geográfico definido. Os grupos em análise podem estar contidos em unidades geográficas como bairros, cidades ou regiões, e as análises são norteadas na comparação de taxas e indicadores do fenômeno em estudo entre essas unidades. Nesse sentido, este estudo procurou avaliar como o contexto social e o ambiental podem afetar a saúde de grupos populacionais na perspectiva do sexo/gênero feminino. Em algumas situações, informações coletadas no nível individual são incapazes de refletir, adequadamente, processos coletivos de saúde e adoecimento. Assim, entende-se como fundamental estudar a relação entre a incidência e prevalência de determinado agravo à saúde, nesses casos as violências e suas possibilidades etiológicas, que podem subsidiar medidas preventivas (LUCENA et al., 2012).

A epidemiologia descritiva utilizada como uma das bases metodológicas para este estudo justificou-se por conferir possibilidades analíticas para o conhecimento da distribuição dos agravos e dos fatores que os determinam, sobrepunhando sua simples capacidade de descrever o fenômeno (NETO et al., 2013).

Os resultados descritos e analisados são, portanto, tributários da epidemiologia descritiva e os seus múltiplos olhares definidores para o estudo do comportamento

espacial das situações de violência contra mulheres rurais e na identificação dos fatores de risco e vulnerabilidade.

3.2 Campo do estudo

Como espaço de interação e campo de pesquisa, esta tese utilizou-se da base geográfica do Programa de Pesquisa Interdisciplinar (PROINTER) que abriga municípios de pequeno porte como Arambaré, Chuvisca, Cristal e Santana da Boa Vista e médio porte como Camaquã, Canguçu, Encruzilhada do Sul e São Lourenço do Sul do RS. Considera-se que esse recorte espacial singular contemple, para a metade sul, elementos para análises de diversos processos intersetoriais constitutivos de desigualdades sociais e de gênero.

O PROINTER é fruto de um acordo de cooperação inter-universitário franco-brasileiro CAPES-COFECUB nº 330/2000, entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Escola de Enfermagem – Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva/GESC e Departamento de Geografia), a Universidade Paris 7, a Universidade Paris 10, a Universidade Bordeaux 2, e a Universidade Federal do Paraná (ALMEIDA et al., 2004; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2000).

O IBGE classifica os municípios com até cinquenta mil moradores como de pequeno porte, de cinquenta mil e um até cem mil moradores são considerados de médio porte e os municípios com habitantes entre cem mil e um e novecentos mil são considerados grandes. Nesse sentido, os municípios brasileiros com até cinquenta mil moradores abrigam 33% da população brasileira, indicando que os municípios de pequeno porte abrigam um terço da população e representam 89 % das unidades administrativas no país. Esses dados justificam, sozinhos, a necessidade de investimentos sociais e acadêmicos para o estudo dos fenômenos relacionados à área da saúde em cidades com essas características no país (BERNARDES; FARIA, 2013).

Considera-se que a caracterização de uma cidade como de pequeno ou médio porte deve ultrapassar a contagem numérica de habitantes. Nesse sentido, entende-se que, apesar das diferenças de tamanho, as cidades relacionam-se entre si, assumindo diferentes tipos de relações no espaço ao formar redes sociais entre elas. Com isso, a organização dessas redes serve para otimizar relações econômicas,

meios de transporte, a distribuição da população e a oferta de bens de serviços. A definição do que é uma cidade depende da ótica de análise, tendo como pressuposto que ela é resultado de uma construção histórica, social e econômica. Assim, não se admitem conceitos fechados a respeito do que é uma cidade, tendo em vista a sua identidade, sua concepção e suas particularidades. Dessa forma, entende-se que tentativas arbitrárias de definir cidade podem impossibilitar a distinção dos contextos nos quais as mesmas foram formadas, em especial, os fatores histórico-culturais, geográficos e econômicos implicados (STAMM et al., 2013).

Nesse sentido, adotaram-se parâmetros clássicos como ponto de partida para conceituação de município de pequeno e médio porte os critérios demográficos utilizados pelo IBGE. No entanto, não se desconsidera o conjunto de singularidades encontradas entre elas, que viabilizam o estudo de temáticas relacionadas à vida cotidiana nessas localidades. Agregou-se a ideia de que o conceito de município perpassa a sua extensão geográfica e a sua demografia, com acréscimo vital do estudo das questões que levam à sua construção histórica e a sua geopolítica. Assim, assume-se, nesta tese, que as cidades são resultados da ação dos seres humanos, segundo procedimentos determinados por materialidades e imaterialidades, regidos por lógicas de intencionalidades percebidas na ocupação espaço-territorial (BERNARDES; FARIA, 2013; GERHARDT; LOPES, 2015; STAMM et al., 2013).

Portanto, o recorte espacial feito para essa pesquisa pretendeu auxiliar na compreensão do fenômeno da violência contra mulheres rurais, a partir de conceitos e delimitações acerca dos imprecisos conceitos de município e espaço, de modo a propor um olhar “diferente” de análise para a realidade das situações de violência nesses municípios.

Dessa forma, dos 104 municípios que compõem a metade sul do estado, delimitou-se a zona composta pelos municípios de Arambaré, Camaquã, Canguçu, Chувиска, Cristal, Encruzilhada do Sul, São Lourenço do Sul e Santana da Boa Vista. A escolha desses municípios pretendeu subsidiar a construção de problemáticas, a partir da identificação das principais heterogeneidades e diversidades nas relações entre sociedade e meio natural, por meio de suas manifestações. É nesse espaço geográfico de oito municípios com homogeneidades e heterogeneidades, sinergias e conflitos acentuados, que se construiu esta pesquisa. Ressalta-se que a escolha desses municípios, constituiu-se por características fortemente marcadas por situações de desigualdades sociais, verificada em atividades econômicas que se

caracterizam por uma baixa capacidade de geração de riqueza (como a pecuária de corte e o reflorestamento) ou, no caso de atividades agrícolas mais rentáveis concentrada em poucas categorias socioprodutivas (ALMEIDA et al., 2004; VERSCHOORE FILHO, 2000; SODER, 2007).

É oportuna e necessária, nesse momento, a conceituação do que é rural e de como ele é compreendido nas interlocuções propostas neste estudo. Esse entendimento é de suma importância por balizar à compreensão das relações socioculturais desenvolvidas nesse espaço de convivência e interação social.

O IBGE, para o censo de 2010, definiu que os domicílios em situação urbana são aqueles localizados em áreas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definido por lei municipal. Os domicílios em situação rural são definidos como todo domicílio situado em áreas externas aos perímetros urbanos, inclusive nos aglomerados rurais de extensão urbana, povoados, núcleos e outros aglomerados (IBGE, 2014).

Essa pesquisa adota o entendimento que os espaços são dinâmicos e sofrem alterações a todo instante devido às diversas conjunturas e influências do sistema social. Parte-se, então, do pressuposto que as mudanças ocorrem para se adaptar a contextos de práticas sociais que permitam a manutenção, recriação e sobrevivência nesses espaços. Nesse sentido, entender o rural e suas interações sociais emerge como fator fundamental para o entendimento conjunto da sociedade e não apenas como espaço residual do que é ou não urbano (PONTE, 2004).

A dualidade entre o que é urbano e o que é rural tem sido tema de reflexões entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Embora não se tenha conceitos fechados e eles ainda sejam desafios para estudiosos e pesquisadores, as novas propostas de conceituação a partir de um recorte espacial refutam a ideia dicotômica do rural em oposição ao urbano. Nesse sentido, a noção do rural como espaço de atraso e isolamento e o urbano como sinônimo de progresso, integração e modernidade parece superada diante dos avanços tecnológicos verificados em ambas as realidades. Assim, despontam tendências analíticas que valorizam além dos processos econômicos e políticos a dinâmica social que influencia a formação de novos espaços rurais, em muitos casos, articulados com o urbano (SCHNEIDER; BLUME, 2014).

Dessa forma, entende-se que os critérios utilizados pelo IBGE subestimam o tamanho real e a complexidade efetiva do rural por utilizarem apenas critérios

administrativos. Estudos como o de Ponte (2004) e Schneider e Blume (2014) indicam que a simples inserção da variável densidade demográfica pode ser suficiente para relativizar os limites do rural e urbano. Salienta-se, contudo, que toda proposta analítica tem suas limitações, no entanto, acredita-se que as dinâmicas sociais precisam estar contempladas e não subjugadas a métodos de análise. Nesse sentido, estudos contemporâneos indicam que novas metodologias de análise como a geoinformação podem contribuir para o entendimento das especificidades analíticas em diversos âmbitos de ocorrência. Portanto, na definição do rural torna-se imperativo não tomar as estatísticas oficiais como retrato da realidade uma vez que os números são produzidos em cima de recortes políticos e arbitrados, ao contrário, toda ótica de análise deve ser relativizada a partir do recorte espaço social utilizado e das influências sociais e econômicas percebidas.

Avançando nesse exercício de diferenciação analítica, algumas definições de rural e urbano levam em consideração, em primeiro lugar, as questões econômicas, pois os impostos urbanos têm como destino as prefeituras municipais e os rurais destinam-se ao governo federal. Nesse sentido, compreende-se a necessidade da ampliação da área urbana pelos municípios em função da arrecadação. O entendimento dos espaços rurais não deve levar em consideração apenas a realidade quantitativa (demografia) ou as necessidades de arrecadação, é preciso, considerá-lo dentro de um contexto histórico e inter-relacional (GIRARDI, 2008; SCHNEIDER; BLUME, 2014).

Assim, critérios de delimitação do rural podem ser comprometedores e limitantes da compreensão dos fatores conformadores desse espaço social, relegando-o meramente a resíduos ou localidades com importância secundária. Métodos qualitativos de análise, com ênfase nas relações sociais, contribuem para o entendimento relacional com a terra como ponto principal na delimitação do rural. Nessa perspectiva é preciso entender que a terra pauta e estabelece relações econômicas, políticas e sociais da população do campo (GIRARDI, 2008; SCHNEIDER; BLUME, 2014).

Nesse sentido, as relações sociais se desenvolvem com predomínio das dimensões simbólicas e culturais com a terra, promovendo um sentido de coletividade e cooperação, embora esses aspectos estejam em franco enfraquecimento devido à competitividade econômica colocada pelo mercado. No entanto, o sentimento de pertencimento ao local permanece e constrói referências e identidades capazes de

estabelecer relações políticas, lutas e reivindicações não só por terra, mas por condições econômicas, políticas e sociais mais dignas (GIRARDI, 2008).

Sendo assim, o rural precisa ser entendido como um espaço-territorial criado pelas relações econômicas, sociais e políticas que a população estabelece com a terra. Dessa forma, não se refutam as contribuições dos dados quantitativos e das delimitações geopolíticas para se compreender o rural. No entanto, deseja-se a complementaridade entre esses dados e as relações estabelecidas no campo no intuito de aumentar a capacidade analítica dessas relações e das influências que elas sofrem (GIRARDI, 2008; SCHNEIDER; BLUME, 2014).

Assim, a análise das transformações sociais no meio rural e suas possíveis repercussões na constituição das situações de violência contra as mulheres e as condições de vida para o seu enfrentamento foram, potencialmente, úteis para os objetivos desta tese.

3.3 Unidades de análise: coleta e geração dos dados

A base epidemiológica desta tese constitui-se nas informações de 471 Boletins de Ocorrência (BO) policial, com casos de violências contra mulheres, ocorridos em áreas rurais predefinidas pelo sistema de registro da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2010 e 2013, para as oito municípios do estudo, sendo, portanto, dados secundários oriundos de um sistema de registros que orienta políticas de segurança pública no estado.

Os dados relativos à SSP/RS são correspondentes à data limite de 14 de julho de 2014, cabendo a ressalva de que o número de BOs pode variar com o passar do tempo em função do andamento da investigação e das possíveis mudanças nos desfechos. Assim, as variáveis oriundas da SSP/RS, discriminadas pelo município de ocorrência, foram: tipo de violência, faixa etária, raça/cor, mês de ocorrência, dia da semana, faixa de horário e flagrante. Cabe ressaltar a incompletude dos registros, principalmente no que se refere ao descritivo dos eventos contidos nos BOs. Essa incompletude descritiva limita o entendimento das situações causadoras de violências. Nesse sentido, entende-se que, sobretudo, esse fator interfira na qualidade dos dados e, conseqüentemente, nas possibilidades analíticas.

Somam-se a essas informações dados sociodemográficos (população rural, população rural feminina, Produto Interno Bruto (PIB), Incidência da Pobreza, Índice

de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Gini (IG), taxas de analfabetismo, renda domiciliar média, taxa de mulheres rurais responsáveis por domicílio e taxa de trabalho tipicamente rural) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Utilizou-se, também, registros do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), na exploração dos dados referentes às violências contra mulheres. Para a organização, estruturação e melhor apresentação das variáveis consideradas mais complexas, produziu-se uma tabela explicativa das origens das mesmas (APÊNDICE A). Essa tabela tem o intuito de orientar a leitura e interpretação das variáveis no que se refere à construção das taxas, percentuais e suas derivações.

Sugere-se, além do termo coleta, o uso da terminologia “geração de dados” considerando que o dado não está pronto, mas é produzido, lapidado ou gerado pelos participantes ou, como nesse caso, pelo pesquisador. Entende-se, nesse sentido, que o pesquisador atua e recebe influência na construção da informação, sendo, portanto, a geração dos dados uma estratégia capaz de desencadear ações e atitudes que possibilitam reflexões a respeito do tema, permitindo ao pesquisador avançar na perspectiva analítica do seu trabalho e da sua influência na geração dos dados (MASON, 1996; NICOLAIDES, 2007).

3.4 Tratamento e análise dos resultados

Cabe ressaltar que se propôs uma análise descritiva dos registros, com enfoque espacial, a fim de traçar o perfil do espaço nos casos de violência contra mulheres rurais nos municípios do estudo. Nesse entendimento, foram utilizadas algumas possibilidades descritivas de análise, no sentido de avançar no conhecimento das causas de violências contra mulheres rurais e da necessidade de análise dos multifatores presentes nesse tipo de evento. Dessa forma, buscou-se aglutinar conhecimentos que possibilitassem o aumento do “campo de visão” para o conhecimento, entendimento e possíveis intervenções sobre os fatores determinantes para os casos de violência nessas localidades.

Para isso, o tratamento e análise dos dados contaram com o auxílio de uma planilha eletrônica e do software SPSS versão 16.0. Para o processamento e análise dos dados espaciais, foi utilizado o software ARCGIS 9.3. A análise espacial proposta baseou-se em técnicas exploratórias para áreas delimitadas (municípios) com

apresentação de cartografias temáticas dos diferentes tipos de violências contra mulheres rurais, relacionando-as com dados sociodemográficos. Nesse sentido, assume-se que a cartografia temática auxiliou na construção de significados, trazendo expressões singulares aos resultados obtidos. Essa técnica de apresentação e análise de dados pode ser aplicada para projetar no espaço qualquer noção, ação ou agravo relacionado à população. Assim, as cartografias temáticas utilizaram-se de convenções de cores que articuladas ofereceram uma melhor compreensão do tema exposto e da sua relação com o espaço geográfico. Acredita-se, com isso, que a técnica indica a localização e otimiza a compreensão da magnitude, da qualidade, da quantidade e da dinâmica desses fenômenos localizados no espaço. Nessa perspectiva, verificou-se que essas técnicas ampliam, consideravelmente, a capacidade de compreender os padrões espaciais associados ao fenômeno estudado, podendo indicar áreas prioritárias para estruturação de políticas públicas (CAMARA et al., 2014).

Compreende-se que o processo de regionalização consiste em dividir o espaço geográfico em partes que apresentem internamente características semelhantes, não sendo essas partes idênticas entre si, mas quando comparadas aos elementos de outra região se percebe certa homogeneidade interna entre elas. Nesse sentido, entendeu-se que o processo de regionalização leva em consideração um conjunto de objetivos e de critérios (ambientais, políticos, econômicos, social, etc) segundo os quais o espaço é dividido (CAMARA et al., 2014; SEVALHO; STOTZ, 2012). Entende-se também que são possíveis vários tipos de regionalizações para o mesmo espaço, dependendo dos objetivos e critérios utilizados. Sendo assim, salienta-se que essa tese não teve o objetivo de discutir o conceito de região, ao contrário, utilizou-se da organização político-administrativa municipal do espaço construída e utilizada, previamente, pelo estado na elaboração de indicadores e planejamento governamental.

O geoprocessamento das informações obtidas utilizou-se de técnicas matemáticas e computacionais, para tratar os eventos de violência ocorridos no espaço geográfico delimitado para a tese, estabelecendo de forma clara, a relação interdisciplinar desta proposta metodológica. Ressalta-se que trabalhar com geoinformação significa, antes de tudo, utilizar computadores como instrumentos de representação de dados espacialmente referenciados. Sob essa perspectiva de análise o problema fundamental é o estudo e a implementação de diferentes formas

de representação computacional do espaço geográfico (SEVALHO; STOTZ, 2012). Dessa forma, a cartografia visou propor um modelo de representação do eventos de violência correntes no espaço geográfico.

Outra perspectiva dessa abordagem é que a utilização do Sistema de Informações Geográficas (SIG) necessita que cada especialista avalie os resultados contidos nas representações espaciais com base em conceitos de sua disciplina a qual impõe bases de leitura conceitual dos eventos. Assim, do ponto de vista da aplicação, utilizar um SIG implica em escolher as representações computacionais mais adequadas para capturar a semântica de seu domínio de aplicação e a grande diversidade de relações espaço-territoriais. Assim, a base empírica dessa tese trabalhou com dados agregados por municípios onde o foco de análise não é a localização exata dos eventos, mas de um valor de determinado agravo localizado na base cartográfica dos municípios, na busca de um padrão espacial que vislumbresse a interpretação de comportamentos sociais ligados à temática em estudo e com lógicas específicas, considerando o objeto analítico. Além de aumentar o potencial explicativo das violências contra mulheres rurais, essas técnicas de análise permitiram a identificação de grupos populacionais, áreas de risco e possíveis orientações para propostas de intervenção mais integrais no enfrentamento de fenômenos sociais com repercussões no campo da saúde.

Reforçando as contribuições citadas na problemática, as análises desta tese são tributárias de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso de autoras participantes do GESC, que desenvolveram seus estudos com mulheres do RS e, em particular, alguns deles com mulheres rurais residentes no recorte espacial deste estudo. São eles: Bonfim; Costa (2012); Costa; Lopes (2013); Bonfim; Lopes; Peretto (2010); Costa; Lopes, (2012); Costa; Lopes; Soares, (2015). Em síntese, as propostas de análises espaciais implicaram em avaliar e analisar os dados e construir informações sobre as situações-problema de violências na população de mulheres rurais, suas vulnerabilidades, assimetrias e sinergias relacionais.

3.5 Considerações bioéticas

Esta pesquisa respeitou, em todas as suas etapas, as diretrizes e normas referentes à pesquisa envolvendo seres humanos, expressa na Resolução n°. 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). Os dados

desta foram oriundos de bases de dados pré-estabelecidas, de domínio público como IBGE e acesso restrito como a base de dados da SSP-RS. O acesso aos BOs deu-se a partir da autorização do Departamento de Gestão da Estratégia Operacional (DEGEO) e da Divisão de Estatística Criminal (DEC) da SSP-RS (APÊNDICE B), assegurando-se o compromisso com sigilo, anonimato e ética na manipulação dos mesmos. Ressalta-se que, previamente, foi firmado um convênio de colaboração entre a SSP-RS e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul com intuito de potencializar análises e promover uma maior divulgação dos dados referentes às violências contra mulheres no RS. Salienta-se, também, que esta tese está vinculada ao projeto “Análise situacional da violência contra mulheres rurais e as interfaces intersetoriais: a problemática em municípios do sul do Brasil”, submetido e aprovado pelos Comitês de Ética e Pesquisa das instituições em estudo, além de ser aprovado pela Comissão de Pesquisa da Escola de Enfermagem/UFRGS, conforme o processo de número 30858 do Sistema de Pesquisa da UFRGS.

4 AS VIOLÊNCIAS E AS MULHERES RURAIS: LEITURAS E RELEITURAS DE UMA REALIDADE QUE FLERTA COM A FICÇÃO

Os resultados apresentados neste capítulo dizem respeito aos 471 BOs registrados contra mulheres em áreas rurais no período de estudo. Os dados aqui apresentados representam um recorte temporal, retratando os fatos registrados nos serviços de segurança na data da extração deles. Assim, admite-se que os registros estão sujeitos a alterações provenientes da revisão das ocorrências, apuração de informações oriundas de investigações, diligências, perícias, correção do fato no final da investigação policial e outras demandas relacionadas à competência da segurança pública do estado. Agrega-se, também, inserções a respeito da constituição histórico-cultural e socioeconômica dos municípios que dão contorno ao recorte espacial desta tese, no entendimento de que somente a exploração dessas informações pode subsidiar análises relacionais entre os diversos fatores envolvidos na constituição das situações de violência contra mulheres rurais.

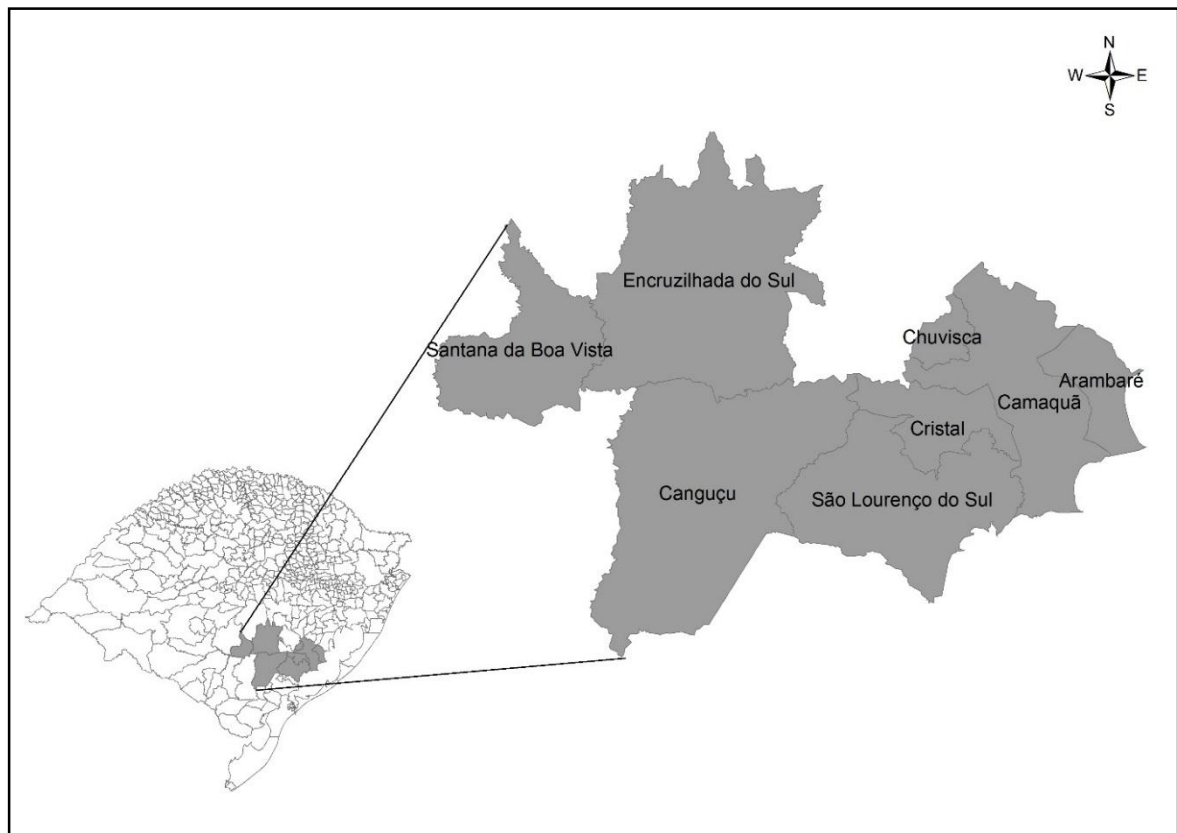
Salienta-se que, longe de representar a totalidade do fenômeno, essas informações limitam-se aos dados oficiais de caráter criminal e policial. A magnitude da violência contra as mulheres e as mulheres rurais, em particular, é incalculável do ponto de vista estatístico, tendo em vista a complexidade, invisibilização e subnotificação do fenômeno em todas as esferas sociais do país. A insuficiência de serviços para o espaço rural que garantam a atenção nas esferas criminal e dos demais serviços que registram vítimas responde pela grande dificuldade em identificar e acolher essa população

Assim, na primeira parte deste capítulo, o foco dá-se nos contextos, em informações e análises que buscam compreender a vulnerabilidade das mulheres à violência, assentada, em fatores históricos e estruturais. Na segunda parte do capítulo apresenta-se a leitura e releitura dos dados referentes aos BOs registrados por mulheres rurais. É preciso dizer que o construto e contextualização social até aqui apresentado não é privilégio de áreas rurais, ao contrário, os estudos com essa abordagem tratam de áreas urbanas ou consideram a totalidade de municípios, estados ou mesmo países, sem particularizar as diferenças entre o rural e urbano.

4.1 Contextos produtores de violências contra mulheres rurais

Os municípios do estudo (Figura 1), juntos, somam 207.827 habitantes, com distribuição, estatisticamente igualitária entre os sexos. Em áreas rurais, a população soma 86.434 habitantes sendo que a população de mulheres nessas áreas é de 40.692 (47,1%). Entre os municípios, a população de mulheres rurais não difere muito em termos percentuais variando de 45,2% a 47,4%. (IBGE, 2014). No que se refere ao porte dos municípios, 4 são considerados de pequeno porte (Arambaré, Chuvisca, Cristal e Santana da Boa Vista) e 4 são considerados de médio porte (Camaquã, Canguçu, Encruzilhada do Sul e São Lourenço do Sul) com características rurais marcantes em todos os municípios, principalmente no que se refere a economia ligada ao agronegócio. Entre os municípios, destaca-se Camaquã, por apresentar características urbanas mais acentuadas em relação aos demais municípios, sendo sua inserção no estudo justificada no fato do município ser referência na oferta de serviços de média complexidade para a atenção em saúde na área de estudo (SODER, 2007).

Figura 1. Estado do RS e Municípios do estudo.



Fonte: DATASUS, elaboração da cartografia BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

A área geográfica referida apresenta uma evidente marginalização socioeconômica, verificada na crescente desaceleração econômica em comparação a outras regiões do Estado do RS. Para delimitação desses municípios como espaço

de pesquisas, procurou-se representar as heterogeneidades espaciais originárias das diferentes interações entre os sistemas naturais e os sistemas sociais da região. Foram observadas as características geomorfológicas e biogeográficas que caracterizam as potencialidades e fragilidades diante de variáveis das atividades sociais desenvolvidas. Como critérios adotados para a escolha dos municípios, citam-se o tipo de paisagem (planície costeira, colinas e planalto), a diversidade das atividades primárias (pecuária extensiva, rizicultura, fruticultura, suinocultura, cultivos do trigo e da soja e mineração) e a estrutura fundiária (latifúndio, agricultura familiar e assentamentos) em cada um desses compartimentos de paisagem, indicando, assim, condicionantes naturais que interagem com o processo histórico de ocupação e de desenvolvimento dos sistemas sociais (ALMEIDA et al., 2004; BOLFE et al., 2010; ETGES, 2010;).

Schneider e Fialho (2000) contribuem para afirmar a complexidade de elementos constituintes dessa grande área ao analisarem que:

Quando se compara as metades Sul e Norte do Estado logo se percebem diferenças marcantes que começam pelo processo de ocupação de terras diferenciado. A primeira região, também chamada de “metade-sul”, apresenta estrutura fundiária maior. A separação do Estado do Rio Grande do Sul em “metade-sul” e “metade-norte” é controversa. Trata-se de uma linha imaginária, em sentido diagonal, traçada de leste a oeste, ligando Porto Alegre a São Borja, que separaria o Estado em duas metades: o Norte formado por uma estrutura fundiária de predomínio de pequenas propriedades, mais urbanizado e industrializado, em oposição ao Sul, que seria formado por propriedades rurais de grande porte, fortemente assentado na agropecuária e menos desenvolvido (SCHNEIDER; FIALHO, 2000. p. 13-14).

A região sul apresentava em 1890 aproximadamente 52,1% da população gaúcha, passando a deter apenas um quarto (25,2%) em 1991. Nessa perspectiva, foi determinante para as diferenças regionais de crescimento demográfico a expansão da fronteira agrícola na região Norte durante a primeira metade do século XX, a urbanização precoce da região sul, a preservação de uma base essencialmente ligada à agropecuária e a concentração geográfica do crescimento industrial entre Porto Alegre e Caxias do Sul, que contribuiu para atrair migrantes para os empregos gerados direta ou indiretamente no setor urbano-industrial. Nesse sentido, é preciso considerar que as grandes explorações pecuárias características da região sul demandam um volume muito menor de força de trabalho em relação às pequenas unidades voltadas para a agropecuária colonial ou para as lavouras mecanizadas que compõem o setor agrícola da região norte (CORONEL; ALVES; SILVA, 2007; IBGE, 2016; SODER, 2007; VERSCHOORE FILHO, 2000).

A decadência da região sul deve-se, em grande parte, à prolongada crise da pecuária e de seus segmentos, as charqueadas e, posteriormente, os frigoríficos. Verifica-se que, em termos econômicos, até 1940, a região sul tinha maior representatividade que as regiões norte e nordeste na formação do produto total do estado, passando para próximo de um terço em 1940 e para algo em torno de 15% em 1970. No entanto, o declínio econômico da região também pode ser explicado pelo comportamento dos donos das terras, que ainda privilegiam as formas extensivas de produção em lugar da intensificação produtiva e do uso de tecnologias modernas (CORONEL; ALVES; SILVA, 2007; SCHNEIDER; FIALHO, 2000; SODER, 2007).

Verschoore Filho (2000) contribui para o entendimento dessa “não evolução” da metade sul ao abordar alguns dos motivos do declínio econômico da metade sul no trecho abaixo:

Dificuldades de todos os tipos sempre acompanharam o desenvolvimento econômico do setor agropecuário da Metade Sul. Diversos fatores, como a inadequação dos solos para vários tipos de cultivo, o grande distanciamento dos centros consumidores, a insuficiência dos meios de transporte e a excessiva concentração da propriedade das terras em imensos latifúndios, em certo sentido, condicionaram a pouca diversificação do setor. Neste último século, sua trajetória oscilatória e declinante, como demonstrado anteriormente, residiu, em grande parte, “[...] na capacidade de sobrevivência da pecuária tradicional e de resistência a mudanças em seu perfil tecnológico” [...]. Uma das principais dificuldades para a diversificação do Setor Primário da região relacionava-se com a qualidade dos solos. Os solos de grande parte da sua extensão geográfica não se adequavam a vários tipos de lavoura, além de serem ótimos para a atividade pecuária. Este é o caso da Campanha, por exemplo, de solos muito superficiais, que dificultam o cultivo com lavouras mecanizadas, mas de alta qualidade para a pecuária [...]. Outra barreira derivava-se da própria distância dos grandes centros consumidores nacionais que, por si só, impedia a inserção de uma maior diversidade produtiva na região. Dada essa restrição, a produção gaúcha buscou focar sua atenção em bens de fácil locomoção. Assim, as primeiras atividades produtivas da região centraram-se na pecuária, onde o deslocamento da produção enfrentava menos entraves, como na originária exportação do gado em pé (VERSCHOORE FILHO, 2000. p. 74).

Desse modo, pode-se afirmar que a evolução e a modernização da estrutura agrária gaúcha ocorreram de forma desigual. Há diferenças regionais e históricas que permitiram incrementos tecnológicos a um determinado conjunto de agricultores, enquanto outros foram compelidos à migração e à proletarização. As transformações estruturais ocorridas no setor agrícola não tiveram impactos apenas sobre os processos produtivos. No andar dessas transformações percebe-se as distorções das relações sociais, concretizadas na expulsão de milhares de pequenos agricultores do campo, na luta pela terra, nos altos índices de violências e na modificação comportamental de homens e mulheres em áreas rurais. Do ponto de vista social, as

relações apresentadas denotam um flagrante contraste com a deterioração das condições de vida e de saúde e adoecimento no campo (COSTA; LOPES, 2012; COSTA; LOPES; SOARES, 2015; LOPES, 2015).

As diferenças socioeconômicas e sociodemográficas entre a metade sul e metade norte do estado, apresentadas até aqui, neste capítulo, são acrescidas de informações complementares e estratégicas para o entendimento das relações sociais na região.

Tabela 1. Produto Interno Bruto e Incidência da Pobreza, segundo os municípios do estudo.

Município	Produto Interno Bruto (PIB)¹
Arambaré	27.274,37
Camaquã	22.645,17
Chувиска	18.558,54
Cristal	17.948,33
São Lourenço do Sul	17.467,19
Canguçu	14.020,54
Santana da Boa Vista	13.538,64
Encruzilhada do Sul	12.770,67
Município	Incidência da Pobreza (%)²
Santana da Boa Vista	30,61
Encruzilhada do Sul	29,33
Arambaré	29,24
Cristal	28,53
Camaquã	26,56
Canguçu	24,59
São Lourenço do Sul	23,92
Chувиска	15,36

Fonte: Instituto *Brasileiro* de Geografia e Estatística (IBGE), elaboração da tabela BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

¹Soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos pelo município em um período determinado, dividido pela quantidade de habitantes.

²Estimativa do percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza. Pobreza é definida pelo IPEA a partir dos critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), tendo em vista a estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa.

No intuito de materializar e contextualizar as discrepâncias socioeconômicas entre os municípios do estudo e traçar um paralelo social e relacional para a constituição das situações de violências, apresenta-se na Tabela 1, os dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) e a Incidência da Pobreza nos municípios do estudo. Dessa forma, parte-se dessas informações, entre outras, clássicas, para transmutar a realidade local em números, indicadores ou taxas capazes de recriar, nesta tese, o cenário de ocorrência e constituição das situações de violência contra

as mulheres em áreas rurais. É preciso, no entanto, esclarecer que taxas e indicadores possuem limitações e não traduzem a realidade em sua complexidade sócio-relacional. Contudo, assume-se a importância formal desses números ao subsidiar análises em diversas áreas sociais, influenciando, também, na tomada de decisões na área da saúde.

É possível observar na Tabela 1 que os dois municípios com os menores PIB, Encruzilhada do Sul e Santana da Boa Vista, respectivamente, também apresentam a maior incidência de pobreza, apenas invertendo a posição entre eles. Longe de propor uma relação causal simplificada entre pobreza e violência, esta tese permite afirmar que a renda, sua distribuição e o dimensionamento da pobreza podem atuar como fatores vulnerabilizantes para constituição de situações de violência. Ao se pensar nesses aspectos focados no rural, acredita-se que eles, em algumas circunstâncias, possam ser potencializados em virtude da escassez de oportunidades de trabalho e geração de renda para além da atividade na agricultura e pecuária.

A ideia de que a violência é fruto direto de desigualdades sociais, de gênero, da distribuição injusta de renda, da dificuldade do acesso dos mais pobres aos bens de consumo, explica parte do problema. A pobreza só é fonte de violências na medida em que a riqueza econômica e o consumo de bens materiais se tornam valores hegemônicos ou subsidiam a sobrevivência, ou, ainda, instituem hierarquias de poder. Dessa forma, entende-se que a pobreza econômica não pode ser automaticamente ligada à produção da violência. Não se pode fazer a relação simplista de "pobre e violento". Cada lugar tem suas características e formas de administrar, ou não, as disparidades econômicas entre grupos, famílias, homens e mulheres. No entanto, acredita-se que a forma de relação com essas disparidades econômicas, vividas por homens e mulheres, em especial, no rural, estão na gênese de conflitos violentos, ao vulnerabilizar, sobretudo, as mulheres como vítimas de atos violentos (FEGHALI; LENG RUBER; MENDES, 2006; FRANÇA, 2015).

Nesse sentido, cabe trazer a discussão, nos contextos de violência contra mulheres rurais, as características da pobreza feminina na perspectiva de gênero e nas relações sociais cotidianas no rural. O conflito entre classes desenvolve-se sob perspectivas antagônicas, na existência de um protagonista social e, conseqüentemente, no estabelecimento de relações de dominação. Essa abordagem ajuda-nos a refletir a respeito da pobreza e da vulnerabilidade à violência aumentada entre mulheres pobres. Ressalta-se que mulheres e homens pobres, representam

25% da população do seu sexo. Entretanto, as repercussões da pobreza são sentidas de maneiras diferentes por homens e mulheres (CARLOTO; GOMES, 2011, PINTO; PONTES; SILVA, 2013).

Nessa perspectiva, discutir pobreza e pobreza rural feminina, precisa, necessariamente, considerar o recorte de gênero, uma vez que as condições objetivas de trabalho apresentam-se de forma diferente para homens e mulheres. As práticas femininas, historicamente, invisíveis na esfera produtiva, permanecem subalternizadas nessas relações, em que o salário das mulheres é percebido não como fonte principal de renda, mas como rendimento complementar como trabalho coadjuvante para o âmbito familiar. Assim, o debate sobre a "feminização" da pobreza evidencia a vulnerabilidade das mulheres e a necessidade de políticas públicas e de ações afirmativas para a valorização do trabalho feminino em diferentes âmbitos. Dessa forma, acredita-se que a formulação de redes de atendimento e políticas públicas específicas para mulheres rurais pobres podem ajudar a corrigir situações de discriminação e violência (CARLOTO; GOMES, 2011, PINTO; PONTES; SILVA, 2013).

Alguns autores como Lombardi (2009) e Melo e Sabbato (2009), criticam as políticas focalizadas e compensatórias alegando que elas reafirmam o caráter da "feminização da pobreza", direcionando as políticas públicas voltadas para mulheres pobres para o "alívio" da pobreza, e não de ações que estivessem articuladas com o processo de redistribuição de poder entre os sexos. Nesse sentido, muitas das reivindicações surgidas nos movimentos feministas são desconsideradas, colocando em xeque as possibilidades para a construção da cidadania e melhora da qualidade de vida das mulheres, em particular das mais pobres. Dessa forma, muitas das discussões contemporâneas a respeito da gênese das situações de violência contra mulheres, referem-se à geração de renda. No entanto, mesmo que se reconheça essa influência poderosa da dominação que agrega gênero e classe, é importante lembrar outros elementos presentes nessa forma de opressão e violação de direitos.

Contextualmente, a violência precisa ser analisada na perspectiva da sociedade que a produziu, pois o fenômeno nutre-se de fatos políticos, econômicos e culturais traduzidos nas relações cotidianas. Considera-se que, por serem construídos por determinada sociedade, sob determinadas circunstâncias, as predisposições para violência podem, também, por ela ser desconstruídas e superadas. Entende-se que, os aspectos familiares, comunitários, culturais, ambientais dentre outros, possam criar

situações propícias à constituição de situações de violência contra as mulheres. Ao mesmo tempo, não se refutam os fatores biológicos e individuais, contudo, no que se refere aos casos de agressão, é mais frequente que esses interajam com aspectos socioculturais (VELOSO et al., 2013).

As mulheres perfazem cerca de 70% da população mundial que se encontra em extrema condição de pobreza, estando, associada às diversas dinâmicas de vida, em especial no que se refere aos casos de violência conjugal. A associação da pobreza à violência é questionada por alguns pesquisadores, sob o argumento do risco de estigmatização e de criminalização das famílias pobres. No entanto, é possível compreender que as misérias (afetivas e econômicas) afetam a capacidade de enfrentamento das pessoas às situações adversas. A exclusão social gerada pela pobreza fragiliza laços sociais e dificulta as condições de acessibilidade a recursos de suporte social (ANDRADE; FILHO, 2016; FEGHALI; LENG RUBER; FRANÇA, 2015; MENDES, 2006).

Cardoso (2013), em seu texto sobre as desigualdades de gênero entre os estados brasileiros, constatou que o RS ocupa a sétima posição em termos dessas desigualdades, a frente, apenas, de estados do norte e nordeste brasileiro. Cabe ressaltar que os índices de desigualdades de gênero analisado pela autora levam em consideração fatores como: participação econômica e oportunidades, educação, poder político, saúde e sobrevivência.

Nesse sentido, defende-se, nesta tese, que a pobreza esteja articulada na constituição das violências, sobretudo nos casos de violências contra as mulheres em ambientes rurais, mais especificamente, para este recorte espacial. Entende-se que a pobreza de mulheres e de suas famílias potencializa, também, em algumas situações, as hierarquias de poder entre os sexos, tornando as mulheres, especialmente, suscetíveis à violência a partir da limitação da sua autonomia financeira e propriedade de bens. Nesse sentido, os contextos de violência também constituem-se a partir da fragmentação do trabalho entre homens e mulheres e as suas diferentes perspectivas de valoração.

Assume-se, então, que mulheres rurais pobres, potencialmente, possuem menores possibilidades de exercício da cidadania, de luta pelos seus direitos, verificada, por exemplo, na perda de autonomia financeira para sustentar-se ou mesmo em percorrer as enormes distâncias entre as suas residências e os serviços

estatais de atenção, acolhimento e controle social, raros no interior dos estados, sendo predominantemente urbanos.

Agrega-se a essa perspectiva o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que representa uma medida geral e sintética usada para classificar grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida a partir de três dimensões: saúde, educação e renda. Em 2010, o RS, atingiu o IDH de 0,746 (alto desenvolvimento), enquanto os municípios pertencentes ao recorte espacial desta tese (Tabela 2) variaram entre 0,616 e 0,697, situando-se no nível médio de desenvolvimento humano.

Tabela 2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Índice de Gini, segundo os municípios do estudo.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹
Chuívisca	0,616
Santana da Boa Vista	0,633
Cristal	0,644
Canguçu	0,650
Encruzilhada do Sul	0,657
São Lourenço do Sul	0,687
Arambaré	0,691
Camaquã	0,697

Municípios	Índice de Gini (IG)²
Chuívisca	0,36
Cristal	0,38
Arambaré	0,38
Encruzilhada do Sul	0,39
Canguçu	0,39
São Lourenço do Sul	0,39
Santana da Boa Vista	0,41
Camaquã	0,41

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaboração da tabela BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

¹Medida resumida do progresso, a longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Numericamente, varia de zero a um, e os valores são interpretados da seguinte maneira: muito baixo (0,000-0,499), baixo (0,500-0,599), médio (0,600-0,699), alto (0,700-0,799) e muito alto (0,800-1,000).

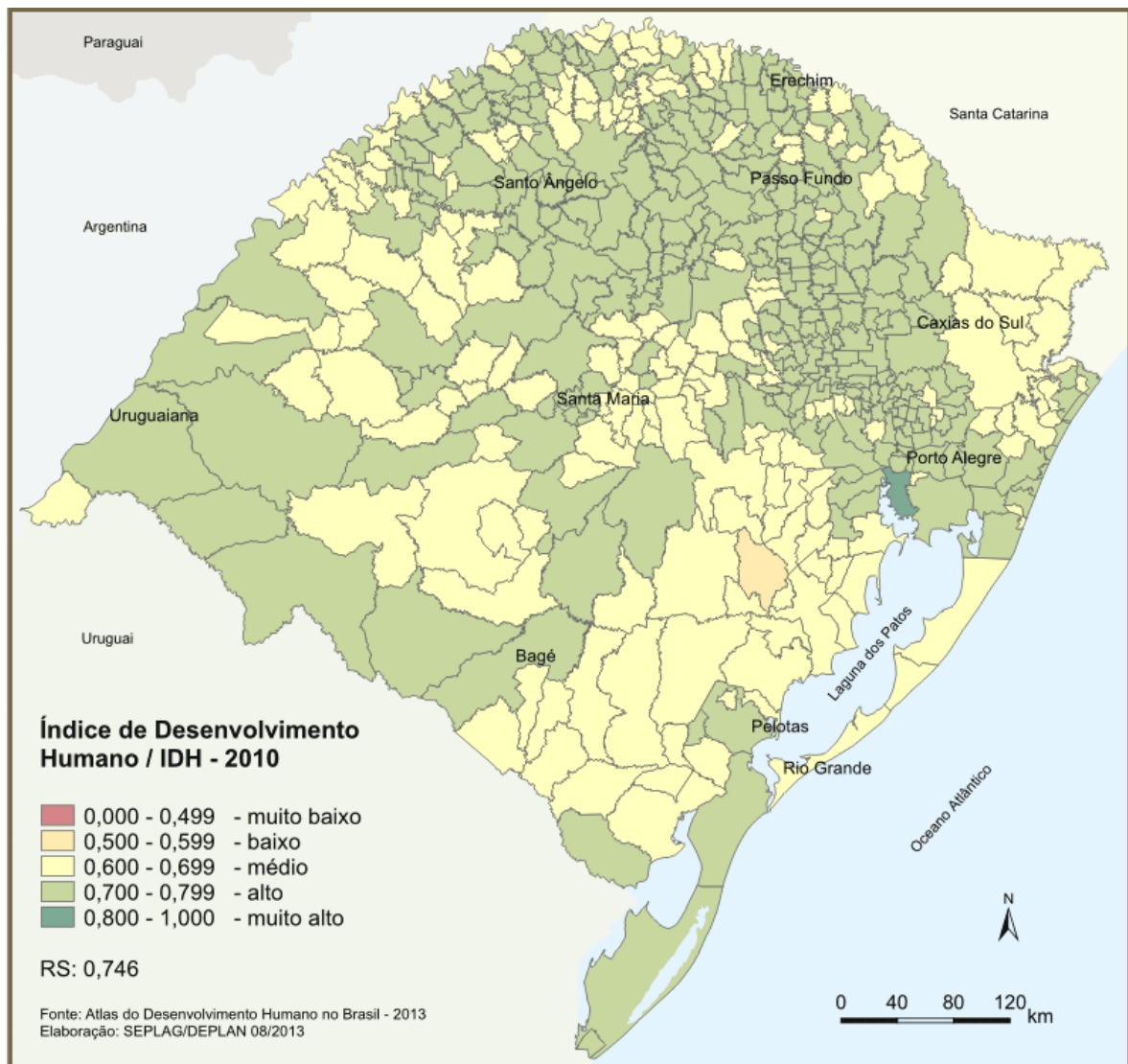
²Instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo ao apontar a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, o valor zero representa a situação de igualdade.

No entanto, as discrepâncias do IDHM entre os municípios do estado (Figura 2) e entre a metade sul e norte do estado, onde visivelmente o norte apresenta-se mais desenvolvido, subsidiam propostas interpretativas das suas repercussões sociais e da fragilização e vulnerabilidade social para violência.

A partir dessa perspectiva, a temática da violência e suas associações ocupam centralidade nessa discussão, justificada pelas diferentes formas de vulnerabilização

a que as mulheres, residentes no recorte espacial desta tese, estão submetidas a partir da configuração socioeconômica. As diferenças entre o norte e sul do estado tornam-se evidentes e expõem as fragilidades dos municípios para interferir objetivamente nesses contextos.

Figura 2. Índice de Desenvolvimento Humano segundo os municípios do estado do Rio Grande do Sul.



Assim como muitos pesquisadores, entende-se que fatores socioeconômicos e demográficos estão associados à constituição das situações de violência contra as mulheres. Nesse sentido, destacam-se a pobreza das famílias, o desemprego, a baixa escolaridade, a baixa renda e as taxas de crimes violentos. Para os feminicídios, a associação tem sido fortemente ligada a situações de desigualdade e de discriminação de gênero, privação econômica e masculinidade agressiva e machista. Ao se ampliar o campo de visão para a América Latina, verifica-se que muitas mulheres assassinadas pertencem aos setores marginalizados da sociedade

(MENEZES; HIRAKATA, 2011). Nesse sentido, assume-se, sobretudo no rural, que mulheres jovens, pobres, migrantes, procedentes de áreas favelizadas ou irregulares, que realizam trabalhos precários, estão em situação de elevada vulnerabilidade para violências.

Em relação à renda, o índice de Gini (Tabela 2) variou, entre os municípios do estado de 0,36 a 0,41, sendo que para o estado o valor foi de, aproximadamente, 0,55, segundo o censo de 2010 (IBGE, 2014). Estudos contemporâneos têm associado a desigualdade de renda à violência, apontando correlações significativas a partir de alguns paradigmas de análise. Embora alguns resultados não apresentem convergência, muitos estudos têm encontrado coeficientes positivos e significativos para a desigualdade de renda como determinante da violência urbana. No Brasil, a partir do Sistema de Informações de Mortalidade, muitos estudos encontram uma relação recorrentemente positiva e significativa para a desigualdade de renda como determinante da violência. A desigualdade de renda, especialmente no Brasil, afeta de forma peculiar a criminalidade, tendo em vista se levarmos em consideração a atualidade dos elevados índices de desigualdade no país (RESENDE; ANDRADE, 2011).

No entanto, saber que as desigualdades de renda fomentam de forma peculiar a violência não oferece instrumentos concretos de combate imediato à criminalidade, do ponto de vista da formulação de políticas públicas de enfrentamento. Muito mais do que chegar à conclusão de aumento de efetivo policial ou aprimorar a rede de enfrentamento para os casos de violência contra as mulheres, compreende-se que a desigualdade de renda, por induzir um aumento da criminalidade, precisa transpor a ideia de problema de natureza moral para a compreensão, potencialmente, de redutor e limitante do bem-estar social (RESENDE; ANDRADE, 2011).

Embora a grande maioria das análises a respeito de renda e sua distribuição estejam alocados em áreas urbanas, muitos de seus aspectos podem e devem ser transpostos para o rural, no entendimento que, independentemente da localização geográfica, os resultados e efeitos dessas assimetrias sociais podem ser sentidos em todos os cotidianos e práticas de vida.

Constata-se, na Tabela 2, que as cidades de Camaquã e Santana da Boa Vista possuem as maiores concentrações de renda entre os municípios do estado, ao apresentarem índices de Gini igual a 0,41. Não por coincidência, a cidade de Santana da Boa Vista possui o segundo pior IDH, o segundo pior PIB e a maior taxa de

incidência da pobreza (30,61%) entre os municípios. Nesse mesmo contexto, a cidade de Camaquã possui o melhor IDH, o segundo melhor PIB e uma incidência da pobreza (26,56%) muito próximo de Santana da Boa Vista, confirmando seu comportamento anacrônico em relação ao desenvolvimento, distribuição de renda e pobreza. A análise dessas taxas e índices, para essas cidades, exemplificam o comportamento desigual dos determinantes sociais e econômicos no recorte espacial desta tese. Acredita-se que a utilização contextualizada dessas informações pode auxiliar na compreensão da relação dos indivíduos entre si e para com o seu espaço/lugar de vida e relacionamentos sociais.

Nesse sentido, entende-se, também, que a ocupação e uso do espaço não ocorre de forma aleatória, mas sofre influência das desigualdades de condições de vida que, por sua vez, intermediam o risco diferenciado de determinados grupos sociais serem alvos preferenciais da violência. As diferenças na ocupação, organização e modos de vida, como no rural e suas diferentes ruralidades, podem refletir processos sociais específicos como a marginalidade e desigualdade socioeconômica. As contradições sociais, a concentração de renda e o aumento da pobreza e da miséria são catalizadores de situações de violência em todos os ambientes sociais (SANTOS, 2016).

Assim, sustenta-se, nesta tese, que as desigualdades apresentadas e discutidas anteriormente, limitam, ou mesmo impedem o exercício pleno da cidadania ao criar, recriar ou transmutar, no rural, precariedades de vida urbana para o enfrentamento das situações de violência.

Nessa perspectiva de análise, compreende-se que o estado é incapaz de sustentar a não violência, uma vez que ela é fruto de um construto social complexo e de difícil enfrentamento. Cabe, também, ressaltar que as violências contra as mulheres socialmente construídas são produzidas por vulnerabilidades originais e singulares de cada lugar, uma vez que os lugares são ímpares entre si e produtos das relações sociais e, entre estas, estão presentes as relações de gênero. Essa originalidade não só está na materialidade dessas manifestações mas também na sustentação simbólica que perpetuam as assimetrias baseadas no gênero. Percebe-se, além disso, que essas diferentes vulnerabilidades locais subsidiam o construto e o “continuum” da violência contra as mulheres rurais por meio dos cotidianos de vida assimétricos entre costumes locais, hábitos culturais direitos, deveres, acessibilidade,

condições socioeconômicas e situações vulnerabilizantes específicas, como vínculos potencializadores como consumo de álcool e de outras drogas pelos companheiros.

Assim, utilizando as ideias de Comin et al., (2006), discute-se que o construto social da violência é constituído em decorrência de características sociobiológicas que, somadas, oportunizam situações vulnerabilizadoras para a sua ocorrência. A falta de recursos financeiros, de posse de terra e de representação política, por exemplo, retira das mulheres rurais potencialidades para fugir ou mesmo enfrentar eventos violentos. Percebe-se, ao longo do debate, que a violência, enquanto fenômeno social, diz o autor, transita no limiar inescrupuloso da maldade social e biológica, justificada na alimentação que um oferece para outro. Assim, entende-se que as insustentabilidades da vida econômica e social precedem a violação de direitos e incapacitam o exercício mínimo da cidadania em áreas de evidente pobreza e fraco desenvolvimento humano.

Essa perspectiva de análise pode ser verificada, contextualmente, nos cenários de vida e trabalho rurais, em que as condições de vida e saúde são apontadas como ruins com maior frequência em relação ao urbano. Verifica-se, também, que a população rural se utiliza menos de serviços públicos, como os de saúde, se comparados a população urbana. São características do rural as dificuldades de acessibilidade e a falta de oferta de rede de serviços estatais, que condicionam a busca de serviços em casos extremos, como os feminicídios, para os casos da segurança pública e de caráter curativo de enfermidades no caso da saúde (LOPES, 2015).

Percebe-se que as violências contra mulheres em espaços de vida rural (familiar, social e trabalho) não se constituem em objeto de intervenção cotidiana do poder público, não se refletindo em ações institucionais programáticas. Cabe lembrar que o contexto de vida rural é atravessado por experiências de submissão, luta e resistências que também se expressam nos conflitos de classe, gênero e etnia que, muitas vezes, se utilizam da violência como forma de resolução (LOPES, 2015; PAZ; LOPES, 2015).

Nesse sentido, ao se pensar essas violências, é preciso compreender que nos contextos adversos de vida e exclusão social encontram-se potencializadas. A “inacessibilidade” a serviços constitui-se em exclusão, uma vez que a grande maioria dos serviços, de todas as ordens situam-se em áreas urbanas. Serviços públicos de assistência social, policial, jurídica e de saúde, por exemplo, estão distantes e

enfrentam barreiras quase intransponíveis no que se refere distâncias geográficas e seus improváveis deslocamentos. Constata-se, assim, que as mulheres rurais estão em piores situações de vulnerabilidade social, verificadas no isolamento em relação a serviços estatais e a produção e reprodução de cotidianos de vida violentos. Tais características atuam diretamente, por exemplo, na constituição da violência intrafamiliar ao tranquilizar os agressores para práticas violentas ao sentirem-se protegidos pelo isolamento geográfico e de serviços (LOPES, 2015).

A ampla gama de políticas públicas de enfrentamento da violência contra mulheres, no país, precariamente, contempla em suas estratégias as especificidades de áreas rurais. Poder-se-ia argumentar que a vontade política não garante a implementação das medidas práticas. Dessa forma as intenções textuais não significam avanços no plano das instituições e serviços. Constata-se que ainda são precisos avanços no conhecimento das situações de violências contra as mulheres rurais. Entende-se que o atual sistema de cuidados e enfrentamento desses eventos em áreas rurais é invisibilizador, despersonalizador e ainda focado no tratamento terapêutico. A má qualidade dos registros na área da saúde, sobretudo para violências contra as mulheres, impede estudos mais qualificados e atuações mais efetivas. Dessa forma, assim como nesta tese, muitos estudos partem de registros policiais, especialmente, no que se refere a registros de ocorrência em áreas rurais. Nesse sentido, autores como Lopes (2015) e Paz e Lopes (2015) atestam que as delegacias da mulher são insuficientes e não alocadas em áreas rurais, o que dificulta a realização da denúncia, punição criminal, responsabilização social e a produção de dados específicos.

4.2 Inferências das violências contra mulheres no rural: interpretando os números, suas relações e possibilidades analíticas

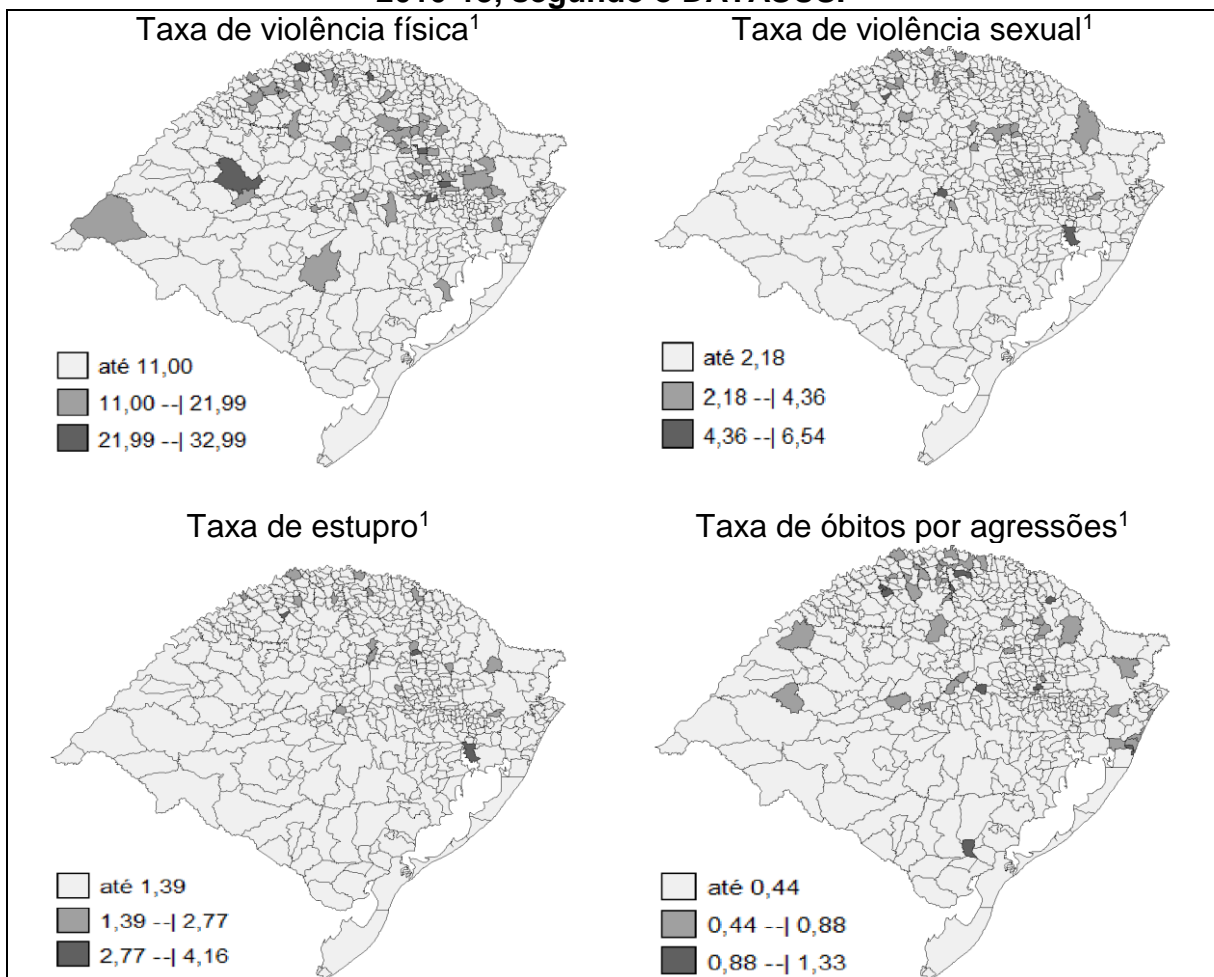
Em primeiro lugar e, buscando alicerces comparativos para os dados dos BOs, vale-se dos dados disponibilizados pelo DATASUS, via Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) para cartografar os registros de violências e óbitos de mulheres nos municípios do RS.

Salienta-se que essas informações correspondem aos municípios como um todo, áreas urbanas e rurais. Cabe destacar, também, que em relação aos dados do SINAN, trata-se de notificações oriundas de serviços de saúde, enquanto o SIM trata

exclusivamente das declarações de óbito. Essa perspectiva macroanalítica, em um primeiro momento, para esta tese, cumpre papel introdutor e contextualizador da temática do comportamento dos registros de violências contra as mulheres, em diferentes fontes de informação.

A Figura 3, a seguir, apresenta as taxas de violência física, sexual, de estupro e de óbitos, segundo as bases de dados deste estudo. Observa-se, nas cartografias apresentadas, a concentração das maiores taxas entre os municípios da metade norte do estado.

Figura 3. Taxa de violência física, sexual, estupro e óbitos por agressões contra mulheres, para os municípios do Rio Grande do Sul, no período de 2010-13, segundo o DATASUS.



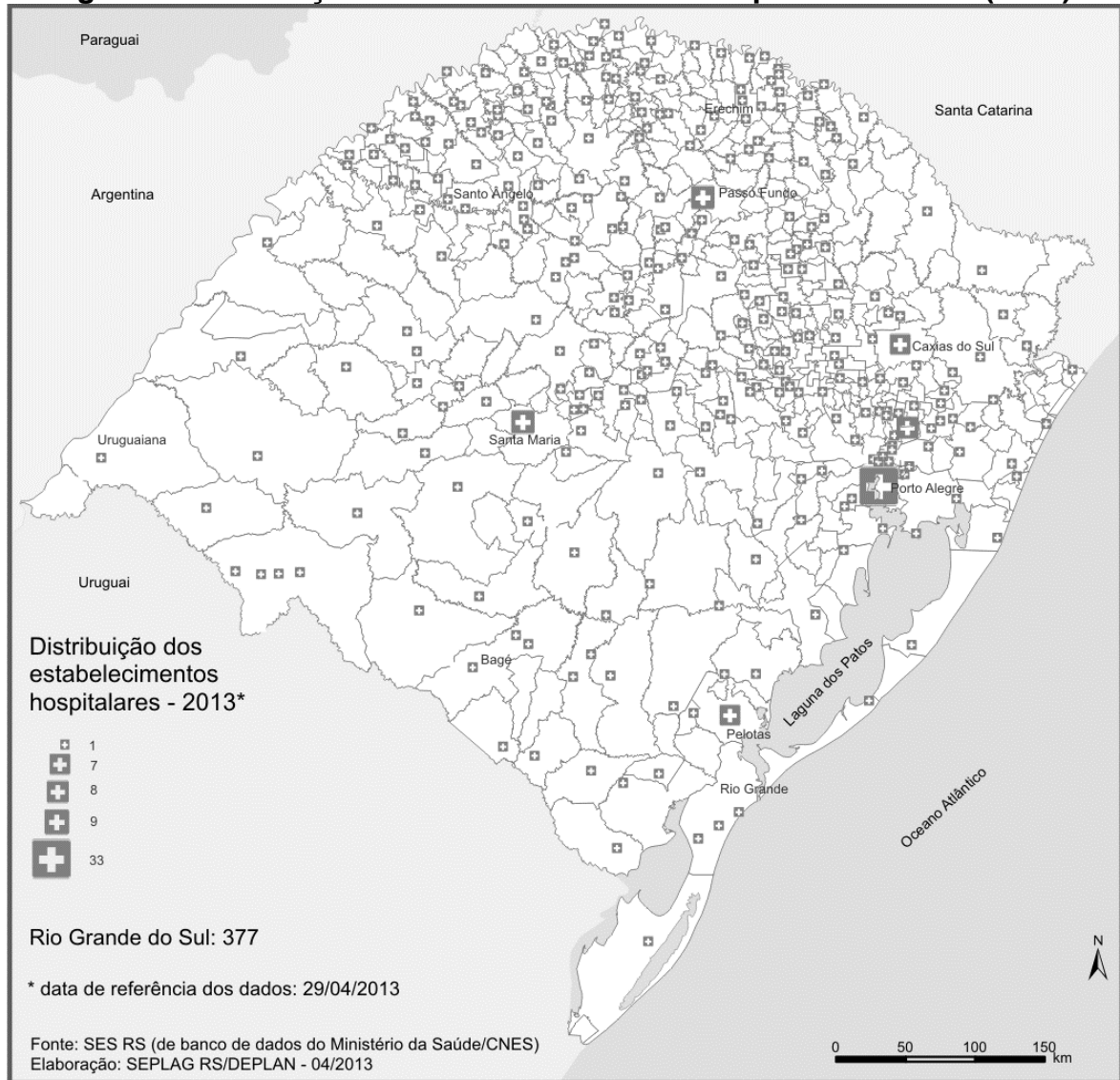
Fonte: DATASUS, elaboração da figura BUENO, A.L.M, agosto de 2016.

¹Para cada 1.000 mulheres

Muitas são as possibilidades de interpretação dessas informações, como a maior disponibilidade de serviços hospitalares situados na metade norte do estado, que levaria a um maior número de notificações. Outra poderia dizer respeito aos profissionais mais capacitados para esse tipo de atendimento, ou mesmo simplesmente, um maior número de atos violentos contra as mulheres nessas

localidades. Ressalta-se que o fenômeno da violência contra as mulheres é oriundo de em construto social que, embora possa ser particularizado, como no caso do rural, configura-se por toda sociedade a partir das assimetrias de gênero e da dominação masculina em sua manifestação de poder sobre o corpo feminino (LOPES, 2015).

Figura 4. Distribuição dos estabelecimentos hospitalares no RS (2013).



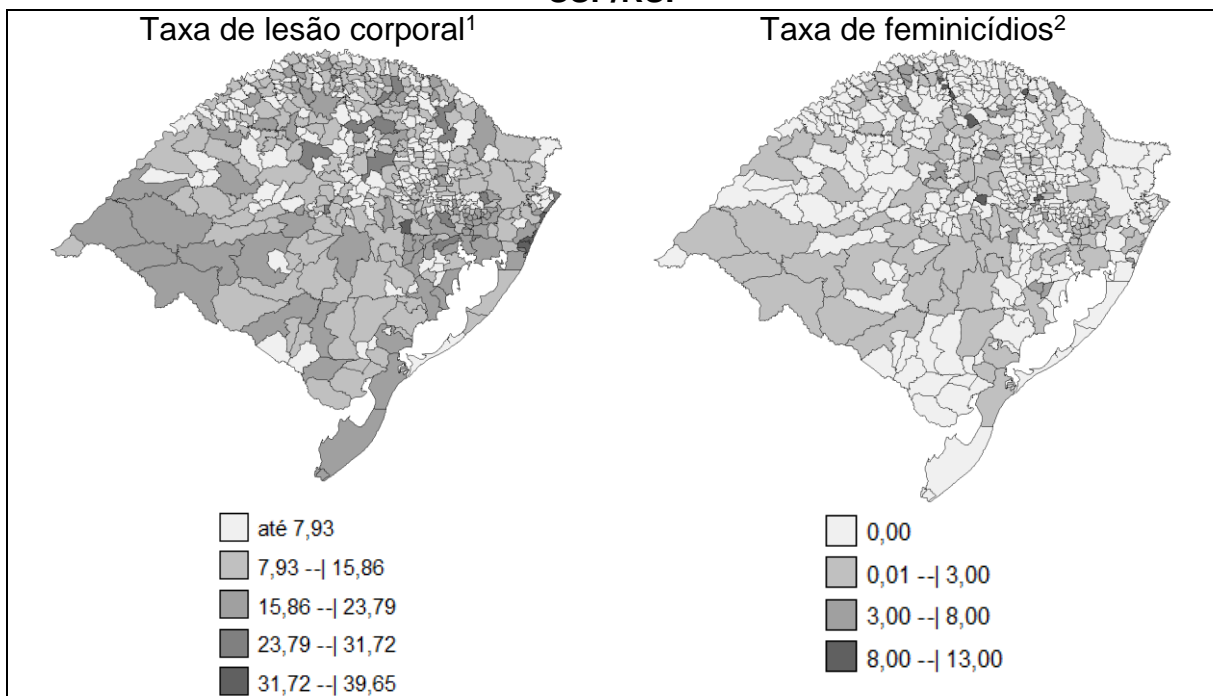
Nesse sentido, em caráter complementar, utilizam-se dados da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do RS (Figura 4) para sustentar o entendimento de que o número de serviços hospitalares pode influenciar, diretamente, esses números, uma vez que a maior concentração de serviços de saúde, em determinada região, pode, teoricamente, sustentar a ideia de um número maior de notificações pelos atendimentos proporcionados.

Assim, verifica-se, na Figura 4, a alta concentração de estabelecimentos hospitalares na metade norte do RS, justificando, em parte, as conclusões desta tese

a respeito do comportamento dos registros com origem em bases de dados nacionais em saúde.

Diferentemente, dados de segurança pública do RS indicam comportamento inverso, das taxas de violências contra as mulheres, em relação às bases de saúde, ao concentrar as taxas de lesão corporal e feminicídios (Figura 5) nos municípios alocados na metade sul do estado. Percebe-se, na figura, que as maiores taxas de lesão corporal e feminicídios permanecem em municípios da metade norte. Contudo, a distribuição espacial das taxas indica que, embora com taxas menores, a metade sul apresenta, em suas cidades, um comportamento espacial mais uniforme no que se refere a essas taxas. Mais didaticamente falando, os municípios da metade sul formam um “continuum” de violência, uma mancha espacial oriunda do comportamento sinérgico das taxas entre as cidades. Ao contrário, verifica-se na metade norte algumas falhas ou mesmo a “não ocorrência de mancha espacial” o que, em um primeiro momento, indica comportamentos assimétricos das taxas entre as cidades.

Figura 5. Taxa de lesão corporal e feminicídios, para os municípios do Rio Grande do Sul, no período de 2012 a setembro de 2015, segundo dados da SSP/RS.



Fonte: SSP/RS, elaboração da figura BUENO, A.L.M, agosto de 2016.

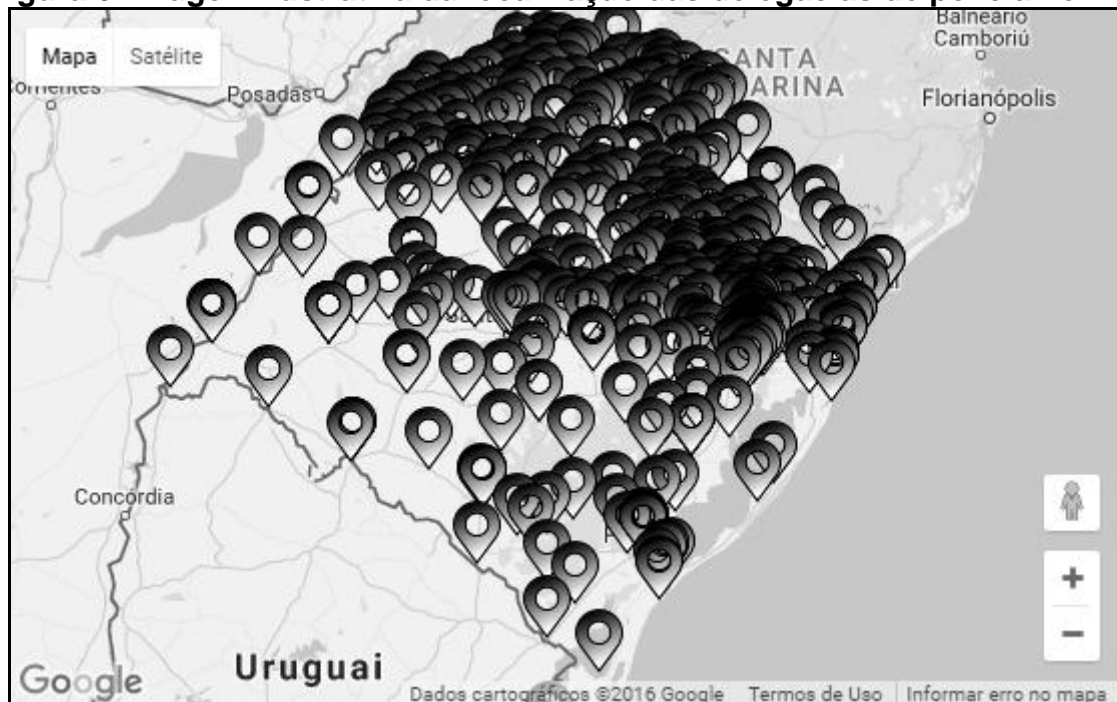
¹Para cada 1.000 mulheres. ²Para cada 10.000 mulheres.

Semelhantemente a proposta interpretativa para os dados oriundos da saúde, a análise da Figura 5, em conjunto com a ilustração da localização das delegacias de polícia no RS (Figura 6), subsidia a inferência, para dados de segurança pública, que o agrupamento, ou melhor, a maior concentração de delegacias na metade norte do

estado, exerce influência no comportamento das taxas de violências contra as mulheres no estado.

Nesse sentido, constata-se, na Figura 6, que a maioria das delegacias de polícia estão alocadas na metade norte do RS, local de maior densidade demográfica do estado (ANEXO A), e na lógica de organização dos serviços, local de mais probabilidade para a ocorrência de violência. Retoma-se, aqui, a tese central deste estudo ao interpretar os casos de violências contra as mulheres rurais, sobretudo, como produto da violação dos direitos das mulheres a uma vida sem violência, sendo esta resultado do exercício pleno da cidadania garantida a todos os cidadãos e cidadãs pelo estado. Ao verificar as discrepâncias socioeconômicas e as disparidades na oferta de serviços de saúde e de serviços de segurança entre os dois hemisférios do estado do RS, reforça-se essa ideia e parte-se para a análise do rural, especificamente, embarcado nessa perspectiva analítica.

Figura 6. Imagem ilustrativa da localização das delegacias de polícia no RS.



Fonte: Polícia Civil do Estado do RS.

Para melhor embasar as ideias, apresenta-se, na Tabela 3, as taxas das diferentes formas de violências contra as mulheres rurais pertencentes ao recorte espacial deste estudo. A essas taxas agrega-se o número de estabelecimentos de saúde SUS em cada município sendo possível sua influência direta sobre as taxas de feminicídios.

Constata-se, ao analisar a Tabela 3, que à medida que o número de estabelecimentos de saúde SUS aumenta entre as cidades, as taxas de feminicídios

regridem, evidenciando a efetiva influência da presença dos serviços de saúde na redução dos feminicídios na área de estudo. É possível verificar, também, que as demais taxas não apresentam comportamento semelhante e, portanto, não devem sofrer a mesma influência sob essa perspectiva de análise.

Tabela 3. Estabelecimentos de saúde SUS, taxas de feminicídios, de violência, de crimes sexuais e de estupros, no período de 2010-13, segundo os municípios do estudo

Município	ES¹	TF²	TV³	TCS⁴	TE⁵
Chувиска	1	0	1,2	5,4	1,8
Arambaré	2	0	1,1	0	0
Cristal	5	13,2	1,3	5,3	2,6
Santana da Boa Vista	8	9,4	1,1	0,9	0,5
Encruzilhada do Sul	13	0	1,2	6,6	3
São Lourenço do Sul	22	0	0,8	1,3	0,4
Camaquã	35	1,6	1,9	3,8	1,7
Canguçu	36	2,5	1	3	1,2

Fonte: SSP/RS, elaboração da tabela BUENO, A.L.M, agosto de 2016.

1-Estabelecimentos de Saúde SUS. 2-Taxa de feminicídios para cada 10.000 mulheres rurais. 3-Taxa de violência rural para cada 100 mulheres rurais (soma de todos os tipos de violência). 4-Taxa de crimes sexuais para cada 1.000 mulheres rurais (incluídos os casos de estupro). 5-Taxa de estupros para cada 1.000 mulheres rurais.

Nesse sentido, uma primeira indagação precisa ser feita: Por que o número de estabelecimentos de saúde atua como fator protetivo para eventos letais contra as mulheres em áreas rurais? Compreende-se que, em muitos momentos de vida dessas mulheres, os serviços de saúde possibilitem, mesmo que por pouco tempo, o exercício mínimo da cidadania, ao garantir, naquele momento, o acesso a um tipo de serviço estatal capaz de lidar com algumas das consequências referentes às violências. É nesse momento em que as mulheres sentem-se seguras e amparadas para realizar as denúncias. Acredita-se, assim, que os serviços de saúde, nesses momentos, são financiadores do “instantâneo de cidadania” para essas mulheres, indo além do biológico e dos tratamentos conservadores.

Compreende-se que os serviços dessa natureza influenciem as taxas de feminicídios pela sua representatividade social, competência clínica, acolhimento às mulheres via demanda espontânea e capacidade de interlocução com outros serviços estatais, como os de segurança e assistência social, por exemplo. Contudo, esses serviços não conseguem influenciar o cotidiano violento, uma vez que trabalham com demanda espontânea, ou seja, com as mulheres que procuram os serviços de saúde e, nesse sentido, são ineficazes para com as violências veladas diagnosticadas impropriamente ou não diagnosticadas e reproduzidas dentro dos ambientes

domésticos. As demais taxas, a priori, não são influenciadas pelo número de estabelecimentos de saúde. Adiante, nas análises, exploram-se essas taxas apresentadas na Tabela 3, sob a perspectiva da análise espacial e suas diferentes formas de compreensão.

Tabela 4. Faixa etária e etnia das mulheres rurais em situação de violência.

Variável	N (471)	% (100)
Faixa etária		
< 12 anos	51	10,83
12 a 17 anos	87	18,47
18 a 24 anos	62	13,16
25 a 29 anos	57	12,10
30 a 34 anos	53	11,25
35 a 39 anos	39	8,28
40 a 44 anos	36	7,64
45 a 49 anos	18	3,82
50 a 54 anos	25	5,31
55 a 59 anos	14	2,97
>= 60 anos	29	6,16
Etnia		
Branca	429	91,08
Preta	1	0,21
Parda	38	8,07
Amarela	1	0,21
Indígena	0	0,00
Sem informação	2	0,42

Fonte: SSP/RS, elaboração da tabela BUENO, A.L.M, agosto de 2016.

A Tabela 4, apresenta as variáveis faixa etária e raça-etnia, indicando que a faixa etária mais vitimada no período do estudo foi a de mulheres entre 12 e 17 anos de idade, com 18,47% dos registros. Nesse sentido, ao somarem-se os registros de violência contra mulheres rurais com 34 anos ou menos, o percentual chega a 65,81% dos dados, portanto, mulheres jovens são mais vitimadas. A faixa etária com as menores taxas de violências foi a de mulheres entre 50 e 59 anos de idade, com 2,97% dos dados. A partir dos 35 anos de idade, as taxas ficam diluídas entre as demais faixas etárias, somando 34,19% do total de dados, indicando um comportamento linear na diminuição do número de ocorrências, à medida que as mulheres aumentam de idade.

Um estudo sobre violência e homicídios contra mulheres rurais, nessa mesma região, realizado em 2013, apresentou resultados semelhantes aos encontrados nesta pesquisa. Na oportunidade, o pesquisador encontrou percentuais elevados de

violências (56,6%) contra mulheres jovens, na faixa etária dos 20 aos 39 anos de idade e etnia branca (PAZ, 2013).

Uma revelação dos dados desta tese diz respeito ao percentual de 18,47% de violências entre mulheres de 12 a 17 anos de idade. A primeira pergunta no caminho de alguma possibilidade explicativa é: Qual o fenômeno envolvido nessa precoce vitimização e quais as vulnerabilidades implicadas?

Primeiramente, é preciso reconhecer aspectos clássicos da literatura ao se falar em violências contra as mulheres, como o domicílio constituindo o principal local de ocorrência e a íntima relação das vítimas com seus agressores (BONFIM; COSTA; LOPES 2013; BONFIM; LOPES; PERETTO 2010; COSTA, 2012; COSTA; LOPES, 2012; COSTA; LOPES; SOARES, 2015).

A partir dessas referências e dos resultados aqui encontrados nessa ou nessas perspectivas, é possível compreender que o casamento tem significado e materialidades diferentes no rural se comparado ao urbano. O casamento no cenário rural ainda tem papel de garantidor da vida, da dignidade, da sobrevivência e do que é correto e íntegro para o comportamento feminino na sociedade. Nesse sentido, a instituição casamento é, no rural, perpetrada e construída em uma lógica que, não raramente, independe da qualidade das relações. Essa reflexão a respeito das representações sociais que o casamento ainda possui no rural permite a inferência de que os casos de violência doméstica são invisíveis, naturalizados nas relações matrimoniais e ocorrem em uma faixa etária precoce, como se observa neste estudo, tendo em vista o compromisso assumido por essas jovens na busca do *status* e do respeito social ligado ao casamento, sobretudo religioso. Essa invisibilidade justifica-se, em parte, pela limitação de acesso e acessibilidade das mulheres aos serviços estatais e pela naturalização do espaço privado e do matrimônio em particular, como local de exercício do poder masculino (COSTA; LOPES; SOARES, 2015).

Essa problemática do distanciamento dos serviços nas situações de violência para as mulheres rurais evidencia a inexistência, em termos de proximidade, de atenção institucional, contribuindo, fortemente, para o isolamento das mulheres vitimadas, dificultando, ou mesmo, impossibilitando as mesmas de exporem seu sofrimento. A necessidade de grandes deslocamentos para denunciar a falta de autonomia financeira e o medo de represálias dos companheiros apresentam-se como alguns dos fatores que subjagam as mulheres rurais. Admite-se que essas razões

submetem as mulheres a um contínuo de violências, no que corroboram os vários estudos acima citados.

No que se refere à etnia (Tabela 4), os dados confirmam a expectativa de ampla maioria de mulheres brancas com 91,08% dos registros. Essa predominância encontra explicação no processo de colonização da região, centrado nas culturas portuguesa, espanhola e pomerana. As mulheres pardas perfizeram 8,07% dos registros, enquanto as demais etnias somaram juntas 0,42%. Waiseszisz (2015) no mapa da violência, homicídio de mulheres no Brasil, contrapõe esses números ao constatar que as mulheres negras são mais vítimas de assassinato em relação às brancas. O estudo indicou que as taxas de assassinatos para mulheres brancas caíram 11,9%: de 3,6 por 100 mil mulheres brancas, em 2003, para 3,2 em 2013, em contrapartida, as taxas para mulheres negras cresceram 19,5%, passando, nesse mesmo período, de 4,5 para 5,4 por 100 mil mulheres negras. A vulnerabilidade racial, nesses casos, associa evidentemente gênero a fatores socioeconômicos, de atenção e oportunidades sociais, indicando a complexidade e transversalidade constitutiva das situações de violência. No entanto, estudos de proporções precisariam ser feitos considerando o percentual de brancas e negras nessa população do RS o que não foi possível.

A origem étnica por sua vez e a história da imigração na região fornecem explicações parciais a respeito das características populacionais das violências apresentadas e discutidas até aqui. Os pomeranos e sua cultura constituem-se, na atualidade, um grupo geograficamente isolado e de raízes simbólicas consideradas preservadas no que se refere às relações de dominação homem-mulher. Entre os poucos locais, no Brasil, que possuem comunidades pomerânicas, o Estado do Espírito Santo e o estado do Rio Grande do Sul abrigam descendentes que ainda preservam a cultura e tradições (CAPUCHO; JARDIM, 2013).

Os pomeranos formam um grupo étnico descendente de tribos eslavas e germânicas que vivem na região histórica da Pomerânia, situada ao longo da costa do Mar Báltico, atualmente entre a Alemanha e a Polônia. A partir do final do século XVII, a região da pomerânia passou ao domínio prussiano e então, diversos acontecimentos de ordem social, econômica e religiosa dificultaram as condições de vida. As disputas de poder e território em função de interesses externos por parte da Alemanha e da Polônia levaram o povo a condições desfavoráveis para a preservação de um modo de vida predominantemente agrícola, contribuindo para movimentos

migratórios. O Brasil foi um dos destinos dos pomeranos descontentes com as condições impostas pelo desenvolvimento industrial europeu. O clima, as perspectivas de vida e a possibilidade de reproduzir o ambiente original foram aspectos importantes para a escolha (CAPUCHO; JARDIM, 2013).

Nesse sentido, acredita-se que uma das possíveis explicações para o aumento da ocorrência de violências entre esse grupo étnico nessa região deva-se aos altos índices de consumo de álcool entre aos homens, tolerado culturalmente, o que evidentemente potencializa as práticas de dominação entre homens e mulheres. Dessa forma, é preciso considerar o papel social a que o consumo de álcool está ligado, ou seja, a sua representatividade social. A quebra da inibição e a excitação proporcionada pelo consumo inadvertido de álcool potencializam comportamentos violentos, explicando, em parte, a maior incidência de ocorrências problemáticas em períodos de aumento de consumo de álcool em comunidades étnicas que relacionam lazer à ingestão de bebidas alcoólicas. No caso dos pomeranos, esses hábitos são fortemente marcados e facilmente verificados no cotidiano de vida (CAPUCHO; JARDIM, 2013).

Muitos dos conflitos encontrados em regiões de colonização pomerânia, como as discussões entre casais e as chamadas "brigas de rua", só terminam com a ação da polícia. Somam-se ao alcoolismo alguns traços culturais, percebidos como agravantes, como o materialismo (centrar a vida e o cotidiano da família no trabalho e em seu produto), certa impulsividade, fechamento, isolamento e desconfiança. Nesse contexto, entende-se que a sinergia entre um modo de vida rural, centrado no cotidiano ligado ao cultivo da terra e a ênfase no trabalho e na luta pela sobrevivência diária, encontram repercussões sociais, através dos costumes e práticas de um povo acostumado com dificuldades e restrições, em um ambiente de repressão de sentimentos (CAPUCHO; JARDIM, 2013).

Esses fatos, sem dúvida, influenciam na ocorrência e frequência de conflitos sociais, nos diferentes âmbitos de convívio, público e privado. Nesse sentido, compreende-se que os pomeranos representam, de forma ainda estremada, elementos de uma cultura patriarcal que, associada ao álcool, contribui para vulnerabilizar suas mulheres. Alguns pesquisadores como Capucho e Jardim (2013), indicam que os pomeranos possuem características impulsivas, desconfiadas, reservadas, tornando-se agressivos e corajosos para resolverem seus problemas, quando embriagados. Afirmam, ainda, que os pomeranos são extremamente

agressivos, pois são materialistas e, dessa forma, brigam pelo que possuem e dão mais valor ao que conquistaram materialmente. Nesse sentido, as questões ligadas à posse da terra e a subsistência assumem papel protagonista em diferentes frentes de conflito, em especial o da violência de gênero em que a lógica patriarcal, sobretudo em áreas rurais, ainda domina as relações entre homens e mulheres.

Costa (2012), na tese de doutorado intitulada: “Violência contra mulheres rurais, agendas públicas municipais e práticas profissionais de saúde: o visível e o invisível na inconsciência do óbvio”, destaca que os homens pomeranos estão envolvidos com o mercado e as mulheres com a casa – o público e o privado. Costa salienta que os homens têm liberdade para lidar com a sociedade em diferentes momentos da interação social, enquanto as mulheres são responsáveis pela manutenção da cultura. A autora ainda relata que o mercado é o lugar da sociabilidade masculina e de inúmeras trocas que ultrapassam a esfera econômica como a honra, as reciprocidades (trocas) e as resoluções de conflitos. Para as mulheres, a socialização acontece no âmbito da religião, das festas e da comercialização de produtos caseiros. Cabe ressaltar, ainda, no estudo de Costa (2012), que a sobrecarga da mulher na Divisão Sexual do Trabalho (DST) fica evidente quando, além dos afazeres domésticos, elas trabalham sem igual proporção de rendimento na lavoura junto com os homens, e acumulam tarefas de cuidados com o domicílio e os filhos, além de tirar leite, tratar os animais, cuidar da horta e do jardim, buscar o pasto na roça, carregar lenha, entre outros. No entanto, ressalta-se que a violência de gênero contra as mulheres não é “privilégio cultural” desse grupo étnico, é transversal na trama social, mesmo que se reconheça que determinadas condições sejam legitimadoras e potencializadoras.

Nesse sentido, pode-se reconhecer a diversidade de situações e de mulheres implicadas nesses eventos, admitindo a ocorrência de certo padrão epidemiológico de repetição das violências, constituído em cada lugar, fato que está sendo discutido ao longo desta tese.

A Tabela 5 apresenta os tipos de violências, dia e horário de ocorrência das violências sofridas por mulheres rurais na área e recorte temporal do estudo, na tentativa de buscar alguns padrões explicativos relacionados às ocorrências descritas. O tipo de violência mais denunciada foram as lesões corporais com 68,37% dos registros no período. Cabe destacar que os crimes sexuais perfizeram 27,18% do total

de denúncias e os casos de feminicídios contabilizaram 9 registros, representando 1,91% dos BOs. Os registros de maus tratos perfizeram 2,55% das ocorrências.

Tabela 5. Tipos de violências, dia e horário de ocorrência entre mulheres rurais em situação de violência.

Variável	N (471)	% (100)
Tipo de violência		
Lesões corporais	322	68,37
Crimes sexuais	128	27,18
Maus tratos	12	2,55
Feminicídios	9	1,91
Dia de ocorrência		
Domingo	98	20,81
Segunda	80	16,99
Terça	59	12,53
Quarta	59	12,53
Quinta	46	9,77
Sexta	71	15,07
Sábado	58	12,31
Horário de ocorrência		
00:01 às 06:00	50	10,62
06:01 às 12:00	137	29,09
12:01 às 18:00	166	35,24
18:01 às 24:00	118	25,05

Fonte: SSP/RS, elaboração da tabela BUENO, A.L.M, agosto de 2016.

Dados de um estudo sobre violência contra as mulheres, produzido em serviços sentinelas de emergência de saúde no RS e em POA indicaram que as agressões interpessoais foram responsáveis por 84,6% dos tipos de violências. O estudo reafirma, também, dados clássicos da literatura, ao relacionar os registros de violências contra mulheres a parceiros íntimos e homens conhecidos das vítimas, no total de 79% de responsabilidade pelas agressões (RODRIGUES et al., 2012).

Para Rodrigues et al. (2012), compreender o ambiente doméstico como um local de exercício de violências contra as mulheres se enfrenta com uma quebra de parâmetros socioculturais que exigem novas formas de abordagem da sociedade civil e do poder público por meio de políticas públicas de saúde e segurança. Nesse espaço de convívio que, em tese, deveria ser acolhedor e protetor, ficam evidentes a presença das desigualdades concretas de gênero que, na maioria das vezes, permanecem invisíveis à sociedade e ao poder público, estimulando e perpetuando práticas discriminatórias e violentas de homens contra mulheres. Nesse sentido, as relações

de poder são expressas através das violências, tendo como cenário os micro lugares de convivência familiar, o que torna a resposta ao problema de alta complexidade e de difícil atuação dos serviços públicos (COSTA; LOPES; SOARES, 2015).

Também é preciso ressaltar que o número de vítimas atendidas em serviços de saúde ou de segurança pública que se materializam em BOs, em nenhum momento, pode ser considerado o universo do problema. Mesmo os dados relativos aos casos em que se tem lesão corporal comprovada não retratam a magnitude do problema, tendo em vista a característica velada e a subnotificação dos registros. Outro ponto conflitante nesse aspecto é a dificuldade dos profissionais em dar respostas efetivas aos problemas resultantes da violência doméstica, fazendo com que o silêncio ou o “fingir não ver” torne-se mais fácil na maioria dos casos (KIND et al., 2013).

A essa omissão, somam-se os fatores de invisibilização, naturalização do problema e subnotificação, que para as mulheres rurais, especialmente, estão associados, dentre outros motivos, a ausência de serviços e proteção dos direitos a uma vida sem violência. Sobre esse aspecto, é possível se perguntar: Quais os motivos para não notificar ou não fazê-la adequadamente? Dentre as possibilidades explicativas, no campo da saúde, apresentam-se nesse contexto, primeiro a notificação que é dificultada pelo modo de organização do serviço e da assistência, onde o argumento de tempo escasso devido à demanda e a processos de trabalho em saúde fragmentados e ainda muito ligados à clínica médica tradicional. Nesse sentido, questionamentos de enfermeiros e médicos sobre a organização dos serviços sugerem a subnotificação atrelada à falta de organização da rede de atenção para receber os casos de violência, além de um possível desconhecimento da notificação, sua importância e obrigatoriedade. Em segundo lugar, sobretudo na atenção básica, o contato direto com a família, incluindo o agressor, dificulta a notificação por medo de represálias (KIND et al., 2013).

Costa (2012), na mesma área de estudo desta tese, corrobora com essa perspectiva de análise ao constatar que as práticas de cuidado às mulheres rurais em situação de violência só se justificam quando sua constituição é evidenciada como doença. De outra forma, as vítimas não são incluídas nas ações de saúde, enfrentando dificuldade para inserir-se nas práticas da clínica médica tradicional. A autora, ainda relata que elementos diagnósticos para tratar as “evidências relacionais e contextuais” não são instituídos, sistematicamente, como práticas de cuidado. Nesse sentido, essa abordagem periférica, seguramente, limita as possibilidades de

reconhecimento das situações de violência contra mulheres, sobretudo, mulheres rurais. Para a autora, o cuidado tradicional da clínica médica tem papel fundamental na reprodução de práticas de cuidado vinculadas à dimensão prescritiva e normativa. Para Costa, o arsenal de condutas medicalizadoras provoca negligência permanente do problema, acarretando persistência dos danos físicos, motivo principal da procura por serviços de saúde, psicológicos e sociais.

Entende-se que esses aspectos sejam agravados em ambiente rural, particularmente distantes de centros urbanos, tendo em vista a carência de serviços estatais verificada nessas áreas. As dificuldades de acessibilidade para serviços de segurança e de saúde estão postos como limitadores do exercício dos direitos de cidadania para mulheres em situação de violência em áreas rurais. Nessa lógica de pensamento, mesmo que a mulher tenha coragem, condições e vontade de lutar contra essas situações às quais é submetida, na maioria das vezes, não haveria recursos e representantes do poder público para garantir direitos e dar-lhe voz.

Nessa mesma linha reflexiva, a compreensão da violência como doença física e patológica reforça a restrita compreensão das demandas sociais e culturais que atravessam o pensar e o fazer em saúde. Essa forma de “tratamento” da violência vem conferindo fragilidades na articulação da rede de cuidados. Isso resulta em respostas limitadas e distantes das necessidades das mulheres rurais. Reconhece-se que essa abordagem, praticada ao longo do tempo, reduz as possibilidades de intervenções que, minimamente, garantam a integridade, a segurança e a preservação dos direitos dessas mulheres (COSTA, 2012).

Dessa forma, as situações de violência de gênero demandam aos serviços de saúde e a rede de atendimento, entre outros elementos, que o registro seja aperfeiçoado. Este solicita profissionais preparados, com condições e metodologia de trabalho para identificar os casos de violência e suas especificidades no campo da atenção (RODRIGUES et al., 2012).

No que se refere aos crimes sexuais, a leitura dos BOs permite identificar que os casos de estupro chamam a atenção pelo alto número de ocorrências perfazendo 11,25% do total de registros entre todos os tipos de violência e 41,41% dos registros entre os crimes sexuais. Os demais casos estão classificados como crimes contra dignidade sexual sem classificação específica com 53,13% dos registros, 3,13% classificados como assédio sexual e 2,34% classificados como crimes sexuais contra vulneráveis. Cabe salientar que este estudo limita-se a apresentar as classificações

da área penal e jurídica, sem propor alternativas para o que foi considerado nos registros oficiais, no entanto buscou-se ampliar reflexões na interface da violência contra mulheres rurais como um problema social de alta complexidade. Assim, adotou-se a classificação pré-estabelecida nos BOs policiais para discussão e propostas interpretativas dos dados registrados. Nesse sentido, optou-se por explorar os registros de estupro, tendo em vista a sua especificidade e clareza de entendimento, além de exemplificar, as assimetrias de poder entre homens e mulheres em qualquer que seja o meio ou situação. O estupro é tipicamente uma violência que reafirma poder e dominação masculina sobre o corpo feminino.

Nessa perspectiva de eventos violentos, dados da SSP/RS para o estado, indicaram 996 casos de estupro em 2012 e 414 casos em 2015. As taxas de prevalência de estupro para os respectivos anos foram de 1,81 estupros para cada 10.000 mulheres em 2012 e 0,75 casos para o mesmo número de mulheres em 2015.

Cabe salientar que os dados desta tese dizem respeito a ocorrências localizadas em ambiente rural, que no total, no recorte espacial analisado, somaram 53 casos entre 2010 e 2013, com taxa de prevalência de 13,02 casos para cada 10.000 mulheres rurais. Nesse sentido, verificam-se que os casos de estupro para a área de estudo, são, aproximadamente, 7 vezes mais prevalentes que os dados para o estado em 2012 e 17 vezes mais para os dados de 2015. Nesse sentido, uma questão que se apresenta ao se pensar os casos de estupro no rural é: Quais fatores específicos dessa realidade estão implicados na constituição dessas situações de violência?

O Código Penal Brasileiro define estupro, no artigo 213, da seguinte maneira: constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso (BRASIL, 1940). Dados do Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicaram que, no Brasil, em 2011, 88,5% das vítimas de estupro eram do sexo feminino, mais da metade tinha menos de 13 anos de idade e 51% dos indivíduos eram de cor preta ou parda. Estima-se que, a cada ano, no Brasil, 0,26% (527 mil casos) da população sofra violência sexual, e destes, apenas, 10% são denunciados a polícia (IPEA, 2014b).

As relações de gênero fortemente patriarcais e a menor oferta de serviços de suporte nas regiões rurais são possíveis explicações para esses dados. É difícil distinguir, em muitos casos, a ocorrência de casos de violência física ou sexual devido

à sobreposição de fatores constituintes. Nesse sentido, compreende-se que as relações de dominação e imposição física, atreladas ao trabalho e sua divisão, podem subsidiar tensionamentos entre homens e mulheres nos cotidianos de vida rurais (SCHRAIBER, 2009).

A DST tem sido muito discutida nos estudos de gênero, sendo considerada como um elemento da vida prática, visibilizador das assimetrias e dominação de gênero. Nesse contexto é preciso ampliar o conceito de trabalho estabelecido nos limites da sociedade capitalista e questionar a responsabilidade das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados, em função da sua vinculação à reprodução e maternidade. Essa abordagem limitada adota a visão de que homens e mulheres desenvolvem práticas sociais distintas, estabelecendo relações sociais desiguais e hierárquicas. Nessa perspectiva, os homens são “destinados” às atividades produtivas, enquanto as mulheres à esfera reprodutiva, havendo maior valorização do trabalho masculino na alegação que eles exercem as atividades de maior valor agregado. Nesse sentido, a DST estabelece-se como práticas características e de significados diferentes no contexto das relações sociais entre os sexos (CARLOTO; GOMES, 2011; LOMBARDI, 2009; MELO; SABBATO, 2009).

Entre os homens, predominam as ocupações remuneradas. Já as mulheres, embora com mudanças discretas nas últimas décadas, ocupam-se, majoritariamente, de atividades voltadas para o autoconsumo. É preciso, no entanto, destacar que menos de um terço da ocupação masculina realiza atividades sem remuneração ou de autoconsumo. Nesse sentido, entende-se que a presença feminina na ocupação rural está concentrada no trabalho não remunerado, no autoconsumo e no desenvolvimento de atividades comandadas pela lógica do trabalho familiar rural em que os homens são os chefes da família e provedores do lar (MELO; SABBATO, 2009). Para Melo e Sabbato, (2009):

A divisão do trabalho decorre do sexo e da idade. Essas informações sobre a ocupação da agropecuária mostram que o progresso técnico ampliou a sazonalidade, mas no interior da organização do trabalho ainda prevalece o trabalho familiar e, dessa maneira, as mulheres de cada família trabalham, mas os rendimentos são do chefe. A realidade é que 2/3 das mulheres rurais ainda continuam trabalhando apenas para “ajudar” a família, na forma de trabalho sem remuneração ou plantando, colhendo, cuidando de pequenos animais para o consumo familiar [...] (MELO; SABBATO, 2009, p. 89).

As transformações das práticas familiares a partir dos anos 60 podem ser explicadas, em parte, pela manifestação de novos comportamentos, como a autonomização do controle da contracepção e o assalariamento, que permitiu as

mulheres serem consideradas em seu papel social completo. Estudos contemporâneos enfatizam os aspectos emancipadores dos fatores de individualização das práticas femininas, em decorrência do crescimento do trabalho assalariado feminino. Entretanto, o conjunto das características dos modos de vida praticados nos diferentes ambientes de socialização precisa ser relativizado. As práticas laborais desenvolvidas no trabalho feminino remunerado são acompanhadas de uma redução relativa da contribuição monetária dos homens nos encargos das famílias, o que em muitas situações pode gerar um tensionamento das relações historicamente construídas com o homem sendo o provedor do sustento familiar. No entanto, a evolução dos índices de atividade feminina não reduziram as desigualdades entre homens e mulheres em termos de salários e condições de trabalho (CARLOTO; GOMES, 2011). Observa-se, em certa medida, a permanência da segregação de cargos e salários entre os sexos, analisada por Fougeyrollas-Schwebel em 1994. Esses aspectos são verificados nas disparidades de remuneração e oportunidades de crescimento profissional para cargos e funções semelhantes, ou iguais, em que o sexo masculino tem, ainda, maior ascensão e remuneração profissional (MELO; SABBATO, 2009).

Nesse sentido, uma das questões explicitamente ligada aos eventos ocorridos em áreas rurais, diz respeito à omissão do poder público e a escassez de recursos que, supostamente, deveriam garantir a segurança e os direitos das mulheres nesses ambientes. A falta de acessibilidade e os contornos sociais que moldam os cotidianos de vida dessas mulheres podem responder, em parte, pelo alto número de estupros e violência sexual nesses locais. Alguns desses aspectos, como renda, analfabetismo, trabalho tipicamente rural e mulheres responsáveis por domicílio, serão discutidos adiante em uma perspectiva ampliada de análise ao se visualizar esses dados em bases cartográficas.

Fatores apontados por estudos na área jurídica dão suporte explicativo para a invisibilidade de muitas situações ao constatar que as demandas femininas, em relação a violência sexual, sobretudo o estupro, são submetidas a uma intensa “hermenêutica da suspeita”, do constrangimento e da humilhação desde o inquérito policial e do processo penal, que vasculha a moralidade da vítima, sua resistência física ao agressor, tendo a mulher sempre que suprimir as dúvidas acerca da credibilidade dos fatos. As mulheres são, em diferentes ambientes e faixas etárias, estereotipadas do ponto de vista da moral sexual, não sendo consideradas vítimas,

mas convertidas em provocadoras e culpadas do ato violento, a partir de argumentações do tipo “houve consentimento”, “ela gostou” ou “sentiu prazer”. Outras alegações caminham no sentido de que a mulher forjou o estupro, especialmente se o autor não corresponder ao estereótipo de esturador, pois a justiça ainda absolve muito mais do que condena os atos violentos contra mulheres em qualquer que seja o ambiente de convívio social (ANDRADE, 2007).

Analisando a epidemiologia no que se refere ao dia da semana e ao horário de ocorrência (Tabela 2), os registros indicaram que aproximadamente um terço (33,12%) das violências contra mulheres rurais ocorrem aos finais de semana, no sábado e domingo, na faixa das doze às dezoito horas (35,24%).

Em um estudo urbano realizado com base em agressões familiares físicas registradas em termos circunstanciados e inquéritos policiais na delegacia de defesa da mulher de Araçatuba, São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005, 38,9% dos casos de agressões as mulheres por parceiros íntimos foram nos finais de semana, aos sábados e domingos. Os dados do estudo de Araçatuba diferem dos dados deste estudo ao apontar o horário das 18:01-24:00 como o a faixa de horário mais registrada com 45,7% dos registros de violência causada por parceiros íntimos. Uma das possibilidades explicativas para que esses eventos ocorreram, em maior número aos finais de semana, pode ser atribuído à maior permanência dos membros da família em suas casas nesse período da semana (DOSSI et al., 2008).

No rural, a ausência de oportunidades de lazer e compartilhamentos, além da rotina de trabalho agrícola, coloca-se, também, como um elemento circunstancial nessa casuística (LOPES, 2015).

No que se refere à discriminação dos dias e horários das ocorrências em relação aos tipos de violência (Tabela 6), verifica-se que as prevalências são alternantes e não apresentam um padrão epidemiológico definitivo. As lesões corporais, por exemplo, concentram suas ocorrências no final de semana, com 37,6% do total de registros no sábado e domingo. Sendo que, os demais tipos de violência concentram sua ocorrência em diferentes dias da semana, como a sexta para os crimes sexuais com 26,6% dos registros e a segunda para os maus tratos com 25,0% dos dados. O dia mais letal para as mulheres rurais, a partir desses dados, é a terça-feira com 33,3% dos feminicídios. Nesse sentido, essa questão permanece aberta e carente de estudos específicos para a sua análise. Cabe, porém, destacar que os conflitos ocasionados durante a semana podem apresentar relação com as práticas

de trabalho rurais, seus conflitos de gênero e a não resolução de problemas relacionados a renda e posse da terra entre os sexos nesses ambientes. Dessa forma, entende-se que a DST influencia o cotidiano de vida rural ao ser compreendida como fruto de processos hierárquicos de poder homem-mulher, ao consolidar práticas de vida e trabalho que não raro são traduzidas em violência.

Tabela 6. Dia da semana e horário das ocorrências, segundo tipo de violência, para os casos de violência contra mulheres rurais.

Variável	Tipo de violência (N=471)							
	LC ¹	%	CS ²	%	MT ³	%	FS ⁴	%
Dia da semana								
Domingo	73	22,7%	22	17,2%	2	16,7%	1	11,1%
Segunda	47	14,6%	28	21,9%	3	25,0%	2	22,2%
Terça	42	13,0%	14	10,9%	0	0,0%	3	33,3%
Quarta	45	14,0%	12	9,4%	2	16,7%	0	0,0%
Quinta	32	9,9%	10	7,8%	2	16,7%	2	22,2%
Sexta	35	10,9%	34	26,6%	2	16,7%	0	0,0%
Sábado	48	14,9%	8	6,3%	1	8,3%	1	11,1%
Total	322	100%	128	100%	12	100%	9	100%
Horário								
00:01 às 06:00	42	13,0%	8	6,3%	0	0,0%	0	0,0%
06:01 às 12:00	70	21,7%	56	43,8%	7	58,3%	4	44,4%
12:01 às 18:00	115	35,7%	46	35,9%	2	16,7%	3	33,3%
18:01 às 24:00	95	29,5%	18	14,1%	3	25,0%	2	22,2%
Total	322	100%	128	100%	12	100%	9	100%

Fonte: SSP/RS, elaboração da tabela BUENO, A.L.M, agosto de 2016.

1-Lesões corporais. 2-Crimes sexuais. 3-Maus tratos. 4-Feminicídios.

Na análise relacional entre os horários das ocorrências e os tipos de violência (Tabela 6), somente as lesões corporais concentraram-se no horário das 12:01 até as 18:00 com 35,7% dos registros. Os demais tipos de violência apresentaram taxas aumentadas no horário das 06:01 até as 12:00, sendo esse, portanto, o horário mais letal para as mulheres rurais e o de preferência dos agressores para execução dos crimes sexuais. Pouco se sabe sobre os motivos que concentram essas violências nessa faixa de horário e tampouco se têm dados prévios em áreas rurais que embasem novas discussões. Santos (2016) em seu estudo sobre violência e criminalidade em Teresina/PI, em áreas urbanas, constatou que o sábado e o domingo são os dias mais registrados em relação aos homicídios. O mesmo estudo constatou também que a faixa horária das 18:00 as 03:00 é a mais letal para população da cidade quando discriminados os homicídios dolosos. Pode-se argumentar que, no rural, não existem, ou existem poucas áreas de circulação e vida noturna em espaços de lazer que proporcionariam interações que poderiam oportunizar esses eventos.

Dessa forma, acredita-se que o conhecimento desse perfil de ocorrência possa subsidiar um melhor planejamento das ações de prevenção e assistência às vítimas de violência no rural. Medidas pontuais, nos dias e horários de maior prevalência das violências, pode, também, surtir efeito positivo em outros momentos, uma vez que os agressores tendem a diminuir o ímpeto com a presença do estado, por meio dos serviços de atenção e garantias cidadãs. No entanto, o rural raramente tem atendimentos regulares de serviços de atenção. Nas áreas estudadas, os serviços específicos são submetidos a agendas e a uma periodicidade aleatória. Argumenta-se que não é possível registrar, denunciar ou ser assistido com hora marcada nas situações insidiosas desses eventos.

Tabela 7. Condição física e flagrante dos casos de violência contra mulheres rurais.

Variável	N (471)	% (100)
Condição física		
Sem lesão aparente	286	60,72
Ferido	101	21,44
Medicado	72	15,29
Hospitalizado	7	1,49
Óbito	5	1,06
Invalído	0	0,00
Flagrante		
Sim	8	1,70
Não	463	98,30

Fonte: SSP/RS, elaboração da tabela BUENO, A.L.M, agosto de 2016.

A Tabela 7, acima, apresenta os registros de violências contra mulheres rurais segundo a condição física após ato violento e a quantidade de flagrantes para os 471 BOs pesquisados. Os dados da tabela permitem afirmar que 60,72% das mulheres não apresentavam lesão física aparente no momento de registro do BO. Tratar ferimentos e medicar as vítimas perfizeram juntos 36,73% dos casos, enquanto as hospitalizações (1,49%) e os óbitos (1,06%), juntos somaram 1,54% dos dados no período. Em uma primeira análise, poderíamos dizer que as repercussões físicas dos casos de violência contra mulheres rurais na área de estudo registrados em BOs, são de menor gravidade tendo em vista que 97,45% dos casos necessitaram de atendimentos de baixa complexidade.

Também é possível questionar o tempo decorrido entre a violência sofrida e a sua notificação, uma vez que ela pode ter seus efeitos amenizados com o passar do tempo. Nesse sentido, entende-se que os sistemas de saúde, por exemplo, são pautados na clínica médica e nas consequências aparentes desses eventos, podendo, dessa maneira, ocorrer o mascaramento dos fatos. Constata-se, também, que o flagrante não se configura como possibilidade na maioria das situações, pois é inviabilizado pela distância e ausência de serviços acessíveis. No entanto, considera-se impossível estabelecer relação de causa e efeito circunstancial centrado nas lesões aparentes, pois as violências estendem-se à vida imaterial, aos danos psicológicos e familiares, não contabilizados e não submetidos à “internação” e às estatísticas oficiais. O sofrimento de vítimas e familiares para sobreviver em ambientes de extrema tensão e sofrimento psicológico é incalculável.

Cabe ressaltar que o número de óbitos apresentado na Tabela 7 difere da Tabela 6 em virtude da possibilidade de, por exemplo, algumas das vítimas hospitalizadas terem evoluído para óbito durante a internação hospitalar. O flagrante foi contabilizado em 1,70% dos casos, reforçando o caráter velado, intimista e covarde das agressões que, como já discutido, tem suas facetas de ocorrência dentro das residências e, em sua maioria, os parceiros ou ex-parceiros íntimos como os principais autores das violências. Mais uma vez pode-se questionar: Como é possível o flagrante no distante rural?

Em um estudo realizado com agressores detidos em flagrante por prática de violências contra mulheres, constatou-se que as agressões foram realizadas, exclusivamente, por homens, com predomínio de adultos jovens, casados, de baixa escolaridade e com trabalho remunerado. Os agressores, majoritariamente, eram pessoas próximas às vítimas e a violência física foi a mais registrada, bem como, o local de ocorrência o domicílio. Foi possível constatar também que, em proporção significativa, os agressores já haviam sido denunciados anteriormente por violência contra a mulher (MADUREIRA et al., 2014; SOARES, 2016). Nesse sentido, as denúncias contra eles efetuadas revelaram-se insuficientes para a interrupção da espiral da violência, uma vez que, mesmo após terem sido denunciados, mantiveram o comportamento violento. O direito à liberdade provisória com pagamento de fiança e o relaxamento de penas e punições contribuem na recorrência dos atos violentos (COSTA; LOPES, 2012; COSTA; LOPES; SOARES, 2015; LEAL, 2010; PAZ, 2013). A idéia de espiral contrapõe-se, em nosso entendimento, a idéia de ciclo, que não dá

conta da evidência de que os eventos violentos, frequentemente, tomam proporções mais graves a cada episódio. Portanto, a figura de uma espiral tem potencial explicativo maior (WINCK, 2017).

Salienta-se que a denúncia ou a prisão do agressor, enquanto ação isolada, revela-se insuficiente para interromper a prática da violência, tendo em vista que muitas dessas mulheres retornam ao convívio do agressor pela dificuldade em manter a si e os filhos financeiramente, e até mesmo pelo medo de novas investidas do agressor. E como abrigar uma mulher rural? Onde estão os recursos para afastá-la do agressor?

Dados da literatura apresentados em um estudo com mulheres em abrigos de apoio indicaram que 18,3% delas manifestaram o desejo de retornar ao convívio com o agressor. Uma possibilidade interpretativa desse fato, referida por Madureira et al. (2014), leva ao entendimento que, ao denunciar o agressor, a vítima não busca puni-lo, mas deseja apoio para resgatar a relação familiar em um convívio sem violência. Considerando a existência de abrigos somente em áreas urbanas e as suas insuficiências para corresponder à demanda de mulheres e às suas necessidades, pergunta-se: Como singularizar as situações e as necessidades das mulheres rurais?

Dados de um estudo que avaliou o perfil epidemiológico da violência intra familiar contra mulheres, na cidade de Araçatuba, São Paulo, afirmam as características de covardia e perpetuação do poder a partir da violência física é que subjugam mulheres a situações de violências cotidianas. Nesse estudo, 38,6% das agressões localizaram-se na região da cabeça e pescoço, indicando a voracidade dos agressores para estabelecer relações de hierarquia dentro de casa. No que se refere à gravidade das lesões, 94,6% dos casos estudados foram classificados como lesões leves, sendo que apenas 13,2% procuraram atendimento médico. Os tipos de lesões mais registrados foram as equimoses, escoriações e os edemas (DOSSI et al., 2008). A recorrência desse tipo de lesões e a sua localização no corpo das vítimas é apontada no estudo de Leal (2003), como fruto da dominação que busca aniquilar e impingir visibilidade ao poder masculino que se alimenta dessas práticas e atesta, com isso, superioridade e dominação.

Cabe ressaltar que os dados estatísticos aqui apresentados servem de disparadores da discussão, já que são limitados a algumas situações que foram passíveis de registro. São utilizados como motivação para que o pensamento alinhe

novas perspectivas de análise e claro, como fonte importante, mas incapaz de retratar uma realidade velada e ultrajante dos direitos e da dignidade humana, sobretudo.

Ainda sobre o perfil dos agressores, chama a atenção os registros de baixa escolaridade e o exercício de ocupação não especializada, refletindo no alto número de ocorrências envolvendo pessoas em nível de pobreza. Uma possibilidade explicativa para essas ocorrências deve-se a maior dificuldade financeira e desestruturação familiar, o que favorece comportamentos agressivos. No entanto, é preciso analisar com parcimônia essas relações, tendo em vista que a violência contra as mulheres está presente em todas as classes e âmbitos da sociedade. Nesse sentido, entende-se que a maior prevalência de registros de violências contra mulher em classes sociais menos favorecidas possa estar relacionada ao fato de que esse perfil populacional tende a assumir uma postura mais ativa para denunciar, o que pode dar maior visibilidade ao problema. Com isso, não se pode afirmar que a violência seja menor ou inexistente em classes mais abastadas, compreende-se que, geralmente, esse perfil social oculta esses fatos pelo receio das repercussões sociais que uma denúncia poderia trazer (DOSSI et al., 2008; MADUREIRA et al., 2014).

Outra perspectiva aponta para as possibilidades de alternativas de atenção disponíveis para quem detém mais autonomia financeira. A possibilidade de escolha de ajuda evidencia-se nas escolhas terapêuticas possíveis e condizentes, para muitas dessas mulheres, com melhores condições sociais. Acredita-se que é necessário reconhecer que a situação socioeconômica desfavorável de muitas dessas mulheres em situação de violências, soma-se à rede de dependências destas e as torna mais vulneráveis. Verifica-se, nesse momento, uma das desatenções do poder público quando, por exemplo, as mulheres necessitam realizar longos deslocamentos e driblar as já sabidas dificuldades de acessibilidade a serviços e garantias cidadãs (COSTA; LOPES, 2012; COSTA; LOPES; SOARES, 2015).

Soares (2016), na tese de doutorado intitulada: “NEM NORMAL, NEM PATOLÓGICO – MULHERES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA: revelando sentidos para a atenção e o cuidado”, produzida a partir de dados de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) de Porto Alegre-RS, reforça essas ideias ao constatar que a grande maioria dos agressores (85,9%) são parceiros íntimos das mulheres (companheiros, ex-companheiros, namorados e ex-namorados). A idade média dos agressores foi de 42,2 anos, com variações entre 16 e 88 anos e escolaridade com até oito anos de estudo em 56,6% dos casos. Soares (2016) ainda

ressalta que 41,4% dos agressores fazem uso de álcool, 26,7% são usuários de drogas ilícitas, 43,3% são violentos com familiares e/ou outras pessoas e 20,5% possuem antecedentes criminais.

Contextualizando esse tipo de violência para a realidade brasileira, ele foi afetado pela lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006, a qual afetou o comportamento de agressores e vítimas ao criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Entre esses mecanismos estão a criação de juizados especializados para julgar os casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, detenção dos suspeitos, penas sem a possibilidade de multas e pagamento de cestas básicas, medidas de urgência como as protetivas e de auxílio social. Com a lei, as vítimas passaram a encontrar um ambiente de maior segurança para denunciar as agressões e suporte nas medidas protetivas emergenciais, o que fez diminuir os casos de vingança e o medo das vítimas. O sistema de justiça obteve melhores condições para aumentar a taxa de condenações, uma vez que polícia, Ministério Público, defensoria e juizados especiais se integraram com o enfoque de providenciar respostas mais efetivas aos casos de violência. Acredita-se que a lei Maria da Penha contribuiu para aumentar a punição, bem como aumentar a probabilidade de condenação dos agressores. No entanto, cabe ressaltar que estudos recentes indicam não haver forte relação entre o número de unidades de atendimento à mulher e redução no número de homicídios de mulheres dentro dos domicílios (IPEA, 2015a; 2015b). Na prática, muitas das diretrizes políticas de atenção ainda carecem de quantidade, universalidade, viabilidade estrutural e de qualificação dos serviços.

Nesse sentido, dados do SINAN (2016) referentes às violências sexuais, doméstica e outros tipos de violência contra mulheres no Brasil constata que os casos de violência passaram de 24.135 casos em 2009 para 106.824 em 2014. Os óbitos relacionados à violência contra mulher nesse período aumentaram de 153 casos em 2009 para 922 em 2014. Cabe ressaltar que, nesse período de tempo, o ano com mais notificações para as mulheres foi o de 2013 com 127.156 notificações e 1.053 mortes, sendo necessário relativizar esses números sob luz do critério da notificação, pois o SINAN trata dos casos notificados. No entanto, já é possível verificar efeitos nos indicadores e informações, a partir de bases de dados, o que indica avanços nesse campo e maior segurança das mulheres para a denúncia.

Nesse sentido, agregando outras reflexões para tentar garantir olhares ampliados sobre a complexidade desses eventos, sua causalidade múltipla e consequências para as mulheres no que se refere à qualidade de vida e dignidade, busca-se respostas nas concepções e modelos de sociedade que privilegiam e perpetuam desigualdades e hierarquias.

É propício, nesse momento, agregar a essa discussão as noções de “desenvolvimento como liberdade”, defendidas por Amartya Sen (2010) a partir de cinco espécies de liberdades instrumentais que se ligam e se articulam umas as outras com o objetivo de promover a plenitude da liberdade humana. São elas: liberdades políticas; disponibilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência e proteção da segurança. Nessa proposta, as liberdades são encaradas como processos condicionantes de ações, decisões e possibilidades reais de enfrentamento dos diferentes tipos de situações, mediante circunstâncias pessoais e sociais. Nasce, a partir dessa compreensão, a abordagem das capacidades, criada por Amartya, para análise, sobretudo, dos problemas sociais e das realizações do indivíduo. A teoria das liberdades pressupõe igualdade e condições de descobrimento das capacidades individuais, condição necessária ao exercício da autonomia, que, por sua vez, consubstancia essa noção de liberdade, no caso específico, das iniquidades de gênero e da dominação masculina.

Na direção das teorias propostas por Sen, Martha Nussbaum (2005), filósofa, afirma que a abordagem das capacidades é útil para desenvolver uma teoria de justiça de gênero e, desse modo, aplicam-se ao caso específico das mulheres para meios culturais e sociais distintos, possuindo relevância direta no estudo do desenvolvimento humano. A autora elaborou uma lista com dez capacitações centrais, com certo grau de generalidade na interpretação e na deliberação da sua utilização, entre elas, apropria-se, como auxílio na análise da constituição das situações de violência contra mulheres rurais, a integridade física que diz respeito à capacidade de se mover livremente de um lugar a outro; ter respeitadas as fronteiras de seu corpo, isto é, estar seguro contra ataques, como os de violência sexual, abuso infantil e violência doméstica; ter oportunidade de satisfação sexual e de escolha em relação à reprodução.

Nesse sentido, Staduto (2015) contribui para essa compreensão relacional entre a violência de gênero e meio rural ao construir suas reflexões na perspectiva de que as capacitações são, antes de tudo, combinações de capacidades que permitem

as pessoas conduzirem a vida como desejam. O autor avança nesse caminho reflexivo ao afirmar que as pessoas têm a liberdade de ter o estilo de vida que desejarem e as políticas públicas, de qualquer ordem, devem aumentar as capacidades dos indivíduos para tal. Entende-se, portanto, que, na situação das mulheres, isso implica em superar as manifestações da vida prática que instituem lugares de menor valor e limitam as possibilidades de evolução e crescimento pessoal.

Reconhecendo esses elementos e sua não linearidade, vale-se da perspectiva de análise do desenvolvimento e das capacidades, para, em concordância com os pensamentos de Sen (2010) e Nussbaum (2005), afirmar que a utilização de indicadores de crescimento social, como os apresentados anteriormente, são insuficientes para avaliar o bem estar social. Nesse sentido, a abordagem do desenvolvimento humano é centralizada no indivíduo, em todos os seus âmbitos de vida, ou seja, para além do econômico. As possíveis interações dos indicadores trabalhados, nesta tese, na constituição das situações de violência contra mulheres rurais, cumprem papel de diagnóstico situacional e nos permite transitar entre os pretensos motivadores e efeitos práticos de um fenômeno social criado e recriado ao longo dos séculos nas relações entre homens e mulheres.

No entanto, sem eleger o econômico como preponderante, a pobreza, enquanto fenômeno social, reproduzida nas relações de gênero, é encarada por Sen (2010) como carência de potencialidades, ou mais, como privação delas, sendo, nesse contexto analítico, muito mais representativo que a privação de rendimentos. Nesse sentido, o autor assume a ideia que a insuficiência de rendimentos predispõe uma vida empobrecida, embora entenda que as potencialidades dos indivíduos são multifacetadas e, somente, compreendidas a partir de múltiplos olhares. A relação entre pobreza e potencialidades, individuais e sociais, segundo o autor, é afetada pela idade, sexo, papel social da pessoa, geografia e epidemiologia. Para Sen, as potencialidades das mulheres em driblar adversidades ensinou-o a olhar diferentemente o desenvolvimento social.

Essa ideia é convergente com as propostas analíticas, desta tese, ao compreender e analisar os dados de violências contra mulheres rurais como resultado da interação de fatores sociais e biológicos atuantes na sua constituição.

Compreende-se, também, que as noções de desenvolvimento precisam estar ligadas à melhoria de vida das pessoas, como no caso das violências contra as mulheres ao restituir seu “poder de agência”, poder de agir sobre sua própria vida, e

na garantia de sua condição de sujeito. A expansão das liberdades permite o exercício social do indivíduo, em uma forma mais completa e interagente com o mundo. Nesse sentido, o autor considera que as discriminações de gênero existem de diferentes formas e em diferentes lugares. Especialmente no rural, as desigualdades de gênero estão mais evidentes no acesso à propriedade da terra. Mesmo em igualdade de direito, mulheres e homens ainda têm partilhas diferentes, o uso do crédito e outros insumos de produção que facilitem a geração de renda. No entanto, as desigualdades podem ser mais perceptíveis na esfera pública, como a dificuldade para acessar serviços públicos de todas as ordens, na esfera produtiva, como a posse da terra e o acesso ao crédito, além das questões ligadas à proteção social, como os comportamentos sociais, éticos e morais (SEN, 2010).

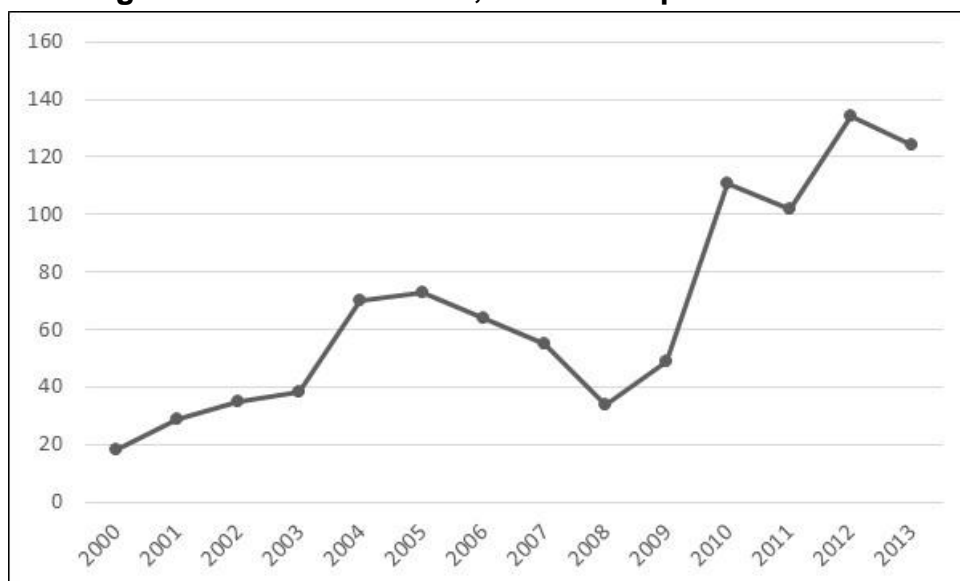
Sendo assim, é fácil compreender que boa parte, ou porque não dizer, a maior parte dos eventos efetivados, não está contido nos dados apresentados anteriormente. No entanto, reconhece-se a importância dessas informações, relativizadas, sobretudo, ao se pensar as questões das violências contra as mulheres no rural. E é no rural que, talvez, ela assuma uma de suas versões mais cruéis e segregacionistas de direitos, ao ter sua gênese alicerçada na posse da terra, relações de classe e gênero no trabalho, além de servis e patriarcais representadas pela dominação masculina, sobretudo, como expoente do poder monetário e de direito moral (dos homens). Nessa perspectiva de análise, foi primordial apropriar-se da violência enquanto fenômeno social criado, procriado e recriado a partir de práticas assimétricas e hierarquizadas de relacionamento entre homens e mulheres. Nesse caminho de subjugação, questiona-se e entende-se que as mulheres rurais estão mais distantes, não somente de recursos físicos como as DEAM e serviços de apoio, mas também das possibilidades e desenvolvimento igualitário de suas capacidades para o exercício da cidadania e, conseqüente, enfrentamento das situações de violência.

O capítulo que segue aprimora algumas das informações discutidas e ocupa-se, sobretudo, de cartografá-las, ampliando nossa capacidade de olhar para esses eventos na perspectiva do lugar.

5 VIOLÊNCIAS CARTOGRAFADAS: O ESPAÇO COMO COPRODUTOR

Os resultados organizados na sequência iniciam-se pelas cartografias temáticas que versam sobre a espacialização dos eventos de violência e apresentam um compilado dos 471 BOs, ponderados pela população de mulheres rurais das cidades contempladas pelo estudo. Salienta-se que a proposta analítica utilizada visou ao aumento das possibilidades de interpretação acerca das situações de violência como fenômeno social, embarcado nas distorções, distinções e construtos sociais do que é ser homem ou mulher em espaços de vida rurais. Acrescenta-se que as ferramentas espaciais utilizadas na geração de dados deste estudo comprometeram-se a contribuir na compreensão da distribuição dos eventos de violência em uma perspectiva geoepidemiológica. Assim, o dado espacial se configurou em um aperfeiçoamento do entendimento descritivo da multiplicidade de situações implicadas nas violências contra mulheres rurais.

Figura 7. Série histórica dos BOs de violência contra as mulheres rurais, registrados entre 2000-13, nos municípios do estudo.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS, elaboração da figura BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

A Figura 7 apresenta a série histórica dos BOs registrados entre os anos 2000 e 2013, no que se refere a violência contra mulheres em áreas rurais do RS. Observa-se ao analisar a curva das ocorrências que, entre 2000 e 2008, o ano de maior registro foi o de 2005 e o de menor o ano 2000. Já na Figura 2, observa-se, que a partir de 2009 as denúncias em áreas rurais apresentaram crescimento, com reduções pontuais nos anos de 2011 e 2013. Outro dado relevante ao se analisar a Figura 7 diz respeito ao aumento de mais de 100% no número de denúncias de 2009 (49

denúncias) para 2010 (111 denúncias). Esses dados sugerem algumas possibilidades de análise para os casos de violências contra mulheres rurais. Primeiro, houve aumento no número de casos? Segundo, ocorreu aumento no número de denúncias? Ou ainda, em terceiro, existiu uma sinergia entre as duas perguntas anteriores e uma melhor estruturação da rede de atendimento a esse tipo de situação em áreas rurais, o que justificaria o maior número de BOs a partir de 2009?

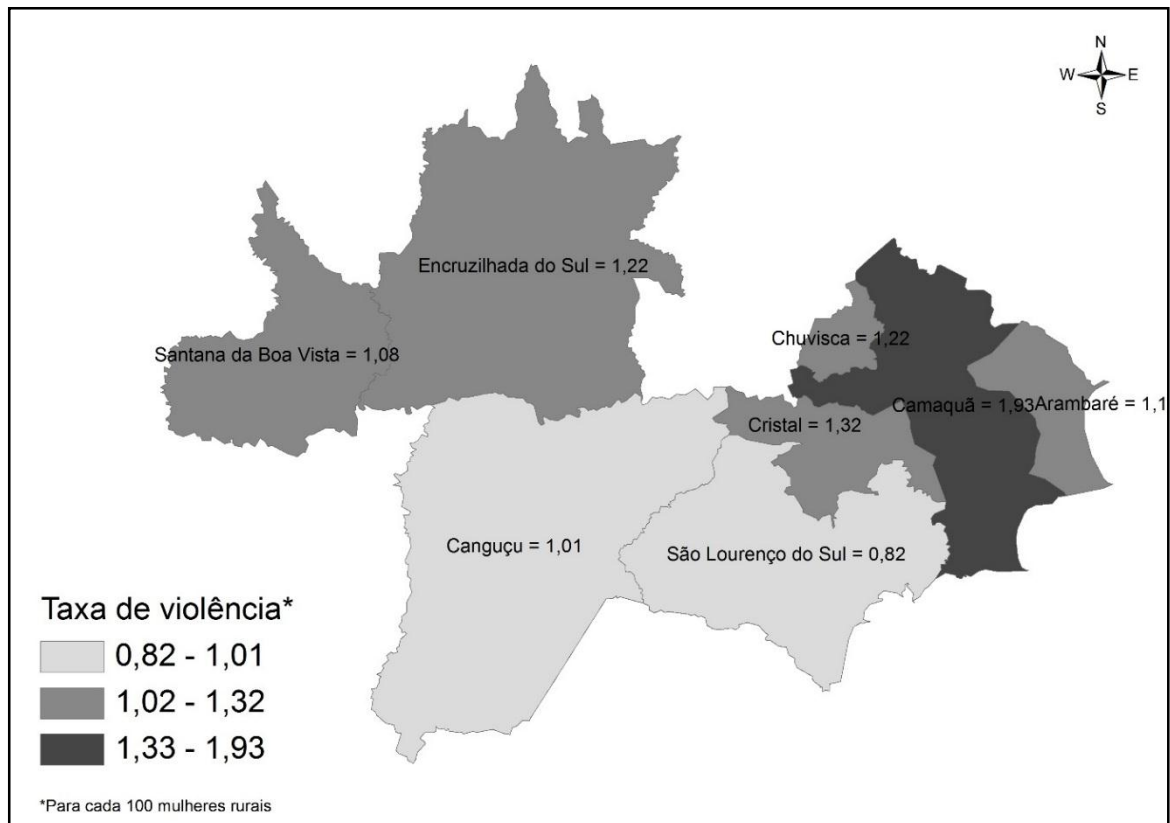
Acredita-se, particularmente, que a resposta para essas perguntas tenha relação com o aumento do número de Postos/Núcleos/Secções de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns, que somam 30 serviços no estado do RS, sendo um desses serviços localizados em área urbana, na cidade de Camaquã. Nesse sentido, é possível compreender que a oferta desse serviço, por consequência, também impacte no número de registros de ocorrências, embora este estudo trate, sobretudo, de áreas rurais. No que se refere às Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), que no RS totalizam 19 unidades no ano de 2016, nenhuma das cidades contempladas nesse estudo abrigam uma DEAM. Cabe ressaltar que as DEAM compõem a estrutura da Polícia Civil, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal. Entre as ações executadas pelas DEAM, salientam-se os registros de BO e a solicitação a juízes das medidas protetivas de urgência nos casos de violência doméstica. Já os Postos/Núcleos/Secções de Atendimento à Mulher nas Delegacias constituem-se em espaços de atendimento à mulher em situação de violência (que em geral, contam com equipe própria) nas delegacias comuns. (BRASIL, 2014).

O aumento das denúncias a partir do ano de 2009, nos dados deste estudo, sugere que as mulheres em questão, a partir da promulgação da lei Maria da Penha, de sete de agosto de 2006, e sua divulgação e repercussão social, aliada ao serviço de atendimento à mulher na cidade de Camaquã, sentiram-se mais empoderadas para denúncia. Cabe ressaltar que as DEAM e os serviços de atendimento em delegacias comuns são, geralmente, localizados em áreas urbanas, o que obriga as mulheres residentes em áreas rurais a percorrerem grandes distâncias para realizarem a denúncia. Nesse sentido, os números de denúncias, embora longe do real, sugerem um aumento na conscientização das vítimas para denúncia a partir dos efeitos da lei Maria da Penha, embora em termos de números absolutos as denúncias, no recorte espacial do estudo, tenham aumentado a partir de 2009. Acredita-se, também, que essa marca no aumento das notificações a partir de 2009, esteja associada ao tempo

necessário para o conhecimento e aumento da confiança das mulheres nos efeitos das leis.

Nesse sentido, as cartografias apresentadas neste capítulo propõem-se a uma análise relacional dos dados espaciais, a fim de explorar as relações entre os eventos de violência, sua distribuição espacial e gênese socioambiental.

Figura 8. Taxas de violência contra mulheres rurais, registradas entre 2000-13, nos municípios do estudo.



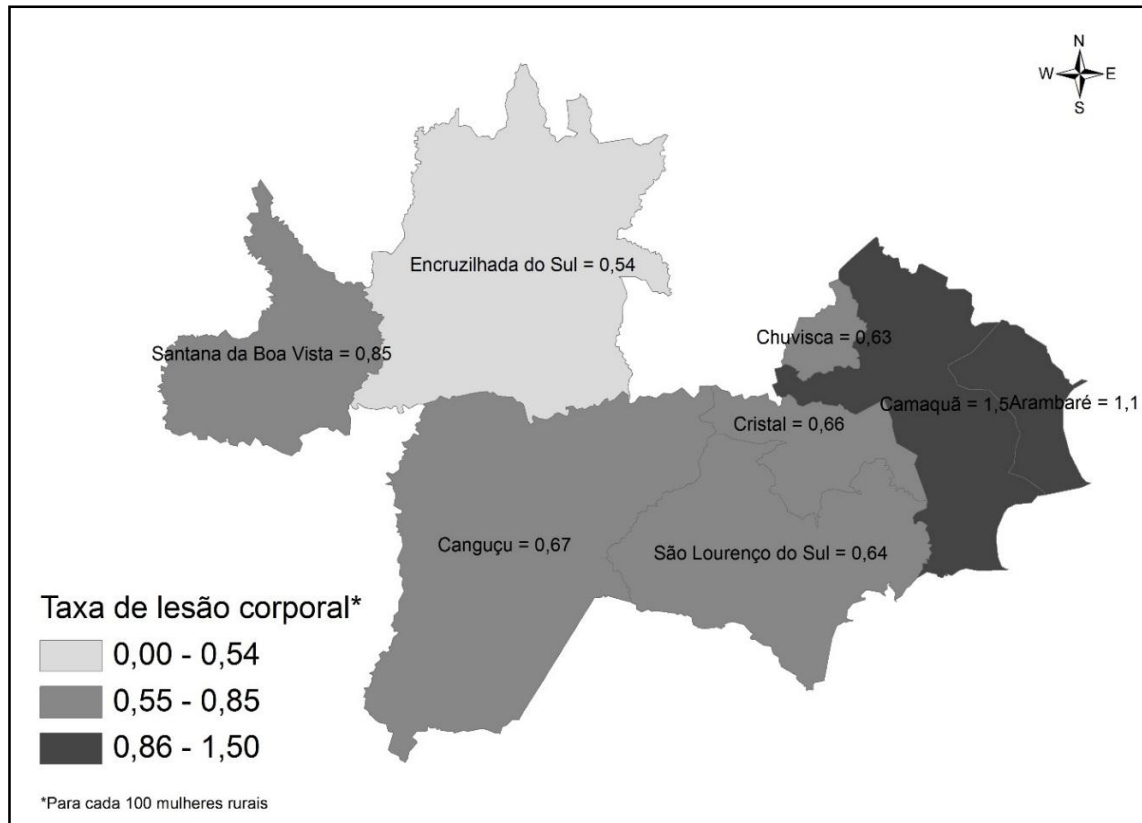
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS, elaboração da figura BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

A Figura 8 refere-se a todos os tipos de violências abordados no estudo. Observa-se que a cidade de Camaquã apresenta as maiores taxas dessas violências. Também é possível verificar na imagem que existe um padrão de ocorrência ao se analisar em conjunto os diversos tipos de violência, visto que as cidades de Cristal, Chuvisca, Camaquã e Arambaré são vizinhas e apresentam taxas não menores que 1 caso de violência para cada 100 mulheres rurais. A mesma analogia é verificada entre as cidades de Santana da Boa Vista e Encruzilhada do Sul, estando estas, com taxas intermediárias no que se refere às violências.

No que se refere às lesões corporais (Figura 9), as cidades de Camaquã e Arambaré também apresentam as maiores taxas. Percebe-se na cartografia que as

duas cidades apresentam taxas superiores a 1 caso para cada 100 mulheres, enquanto que as demais cidades possuem taxas inferiores a 1 caso.

Figura 9. Taxas de lesão corporal contra mulheres rurais, registradas entre 2000-13, nos municípios do estudo.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS, elaboração da figura BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

Estudiosos compreendem que as violências praticadas em áreas rurais são as mesmas de áreas urbanas, e, desse modo, não se pode separar a violência rural ou urbana, mas deve-se pensar em expressões rurais e urbanas desses eventos. Nesse sentido, reforça-se o valor da abordagem de lugar que pode indicar padrões singulares nesse espaço. Poucos estudos exploram a análise do desenvolvimento e da situação social do rural e suas interinfluências nas questões ligadas à violência de gênero. As práticas de trabalhos perigosos através de cultivos e do intenso uso de agrotóxico são um exemplo disso (LULIANELLI, 2016).

Para ilustrar essas situações, segundo um estudo sobre violência entre crianças e adolescentes rurais, ocorreu, nos últimos 20 anos, o maior número de conflitos no campo, fazendo com que os homicídios de camponeses em conflitos sociais agrários aumentassem 46% de 2003 para 2004. Sabe-se que crianças, jovens e mulheres, especialmente, estão submetidas a trabalho na agricultura familiar, exploração sexual, violência doméstica e trabalho em cultivo ilícito. Nesse sentido,

esses aspectos, somados, constituem um cenário assimétrico de oportunidades e bem estar social no rural, verificado no alto índice de desemprego, doenças epidêmicas como as sexualmente transmissíveis, analfabetismo crônico, proliferação das drogas, crescente mortalidade da juventude e ampliação da violência contra a mulher (LULIANELLI, 2016).

Ao se dirigir o olhar para algumas especificidades dos cenários rurais, é possível compreender questões a partir da perpetuação da lógica da DST. Nesse sentido, constata-se que homens e mulheres estabelecem relações diferentes com o espaço. As mulheres, tradicionalmente, assumem o controle do cuidado familiar, destituído socialmente de valor monetário e representado por elas próprias e pela sociedade como um todo, predominantemente, como “não-trabalho”. Esse contexto pauta-se em espaços e cotidianos de vida, alicerçados em práticas de dominação patriarcais, gerando relações tensas e assimétricas para convivência e relações homem-mulher. Verifica-se que as relações sociais e familiares de forma geral, mesmo que fragilizadas, possuem tensionamentos característicos do lugar onde as mesmas ocorrem. E é a partir desta lógica e inquietação para o seu entendimento, que as elucidações destas relações traduzem e legitimam construtos e posições sociais desiguais para homens e mulheres, sendo estes os principais fomentadores das situações de violência em qualquer ambiente de convívio, sobretudo no rural (COSTA; LOPES; SOARES, 2015).

Retomando aspectos já citados, compreende-se que a DST é uma forma de divisão do trabalho social modulada histórica e socialmente. Essa divisão do trabalho social caracteriza-se pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, resultando na apropriação pelos homens das funções com maior valor social. Entende-se, particularmente, que a divisão social do trabalho organiza-se de duas formas, no plano conceitual, primeiro o princípio de separação em que é possível verificar que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e, segundo, o princípio hierárquico que atribui valor distinto ao trabalho masculino, ou seja, ele “vale” mais que o mesmo trabalho realizado por uma mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Tradicionalmente, embora com mudanças importantes nas últimas décadas, o papel de cuidadora da família e do lar era assumido inteiramente pelas mulheres, e o papel de “provedor” sendo atribuído aos homens. Nesse sentido, a maior inserção feminina no mercado de trabalho formal fez com que as mulheres acumulem as tarefas

da vida familiar e da vida profissional. Uma eventual recomposição de papéis em benefício comum de homens e mulheres apresenta-se, ainda, como um fator de tensionamento das relações entre homens e mulheres em ambiente doméstico, afastando a possibilidade, em muitos casos, da execução de um modelo de parceria e ajuda mútua. Nesse caminho, em geral, apenas às mulheres parecem assumir a incumbência de racionalizar e operar essa realocação dos papéis sociais (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Estudiosas do Grupo de Estudos Sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho (GEDISST-Paris-França) afirmam que, analiticamente, entende-se que propostas compreensivas dos contextos da DST precisam ser contextualizadas e refletidas na perspectiva da reprodução da servidão doméstica. A razão dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo continua sendo um desafio para o entendimento das relações sociais de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Diversos autores como Bonfim, Costa e Lopes (2013) reafirmam que as mulheres rurais são vistas e tratadas apenas como "provedoras do bem-estar da família" ou "meio de bem-estar dos outros", estando, dessa forma, desprovidas de autonomia e de protagonismo em práticas sociais representativas de valor. Verifica-se que as práticas de vida e sociabilização em espaços rurais são fomentadoras sinérgicas de preconceitos e assimetrias de direito e valoração social, constituindo-se em vulnerabilidades de lugar, que, nesse caso, são representadas de forma concreta nos diferentes cotidianos de vida de homens e mulheres. A partir desse entendimento, assumem-se esses fatores como sendo capazes de moldar situações propícias para a ocorrência de violência contra mulheres rurais.

Nesse sentido, entende-se que a DST atua, também, como princípio organizador da produção capitalista, e que essa forma de organização não é neutra, ou seja, tem papel definidor no embasamento das relações produtivas entre os sexos. Considera-se que a DST tenha variação de modalidade no que se refere à dicotomia do que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher (LOPES; LEAL, 2005). Esses fatos, reconhecemos historicamente evidenciados no tempo e no espaço, com suas variações, não são novos, ao contrário, confrontam-se com a construção dinâmica das identidades de trabalho, em diferentes ambientes de convivência, baseadas nas qualidades e atributos que homens e mulheres estão submetidos em diferentes espaços, relacionamentos e práticas culturais.

Essas reflexões acerca da DST remetem ao pensamento de como a organização das sociedades influencia essas práticas e de como essa forma de divisão social do trabalho se articula com outras formas de segregação social, verificadas em fenômenos sociais como a violência contra as mulheres. Dessa forma, entende-se que as esferas produtiva e reprodutiva se entrelaçam, na definição do trabalho feminino. Esse entrelaçamento e os seus resultados produzem esforços analíticos na tentativa de melhor compreender a dicotomia sociocultural “pré-estabelecida” do que é trabalho-de-homem e do que é trabalho-de-mulher e de como esses fatores influenciam nas práticas sociais cotidianas de pessoas e coletividades (LOPES; LEAL, 2005). Essa especificidade sociocultural tem evidente singularidade no rural predominantemente entendido como espaço de produção.

Sendo assim, compreende-se, que a DST existe para “organizar” o trabalho de homens e mulheres na estrutura social, configurando, socialmente, um arranjo de representações, competências e atribuições que pertencem ao ser feminino, e outro arranjo pertencente ao ser masculino. Esses arranjos sociais de trabalho entre homens e mulheres expressam as relações de poder distribuídas de forma desigual, produzindo, historicamente, a subordinação feminina e, conseqüentemente, a sua invisibilização social (CARLOTO; GOMES, 2011). Esses atributos de gênero competem para que as mulheres sejam consideradas como um recurso inesgotável para suprir as necessidades do cuidado familiar e por conciliar as várias atividades de trabalho em oposição aos homens que necessitam de lazer e descanso.

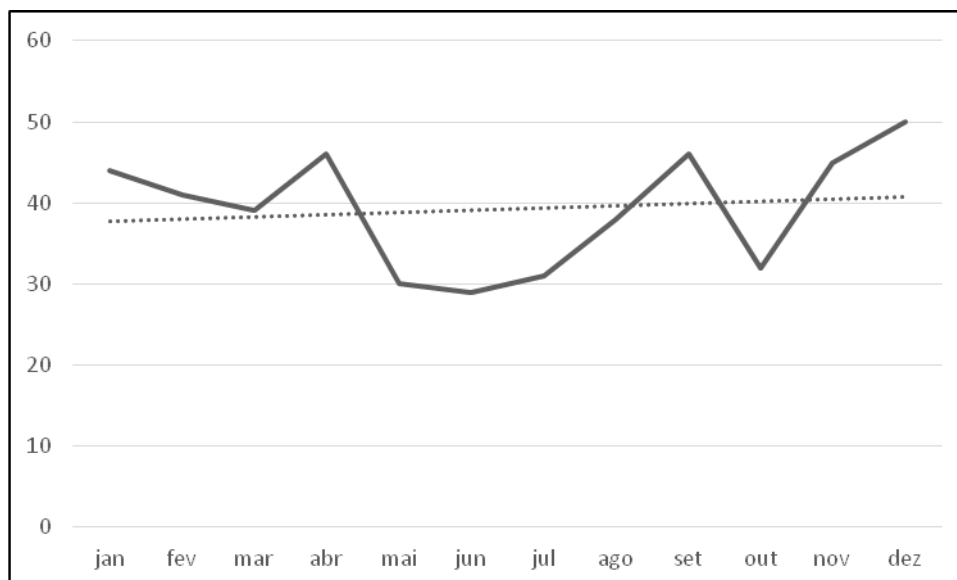
Assim, no rural, a DST se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e nos diversos ambientes do campo. Historicamente, muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. Ressalta-se que essa abordagem da DST está vinculada à noção capitalista de trabalho, que reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado (LOMBARDI, 2009; MELO; SABBATO, 2009).

Uma das possíveis explicações para os casos de violências e lesões corporais apresentados nas Figuras 8 e 9 seria averiguar a distribuição temporal e sua relação fenomenológica com eventos violentos na região. Dessa maneira, a Figura 10 apresenta a distribuição dos registros a partir dos meses do ano ou seja, sua sazonalidade.

A linha de tendência (pontilhada) da Figura 10 indica um crescimento do número de casos ao longo dos meses. Diversas são as possibilidades de

interpretação dos dados apresentados na figura em questão. Em um primeiro momento, é possível dizer que, de maio a agosto, o número de registros de violência contra mulheres em áreas rurais apresentam suas menores taxas. Já para o período de setembro a abril, com variações entre os meses, o número de casos aumenta. Uma das possíveis explicações para esse comportamento dos dados pode ser as características de cidades como Arambaré, Camaquã e São Lourenço do Sul. Sabe-se que essas cidades, em função das praias de água doce, abrigam contingentes populacionais aumentados nos meses quentes do ano, aos finais de semana e em períodos de férias, podendo, nesses casos, justificar, em parte, as taxas de violências e lesões corporais aumentadas, especialmente, para essas cidades. Nesse sentido, acredita-se que, além do aumento da população nesses meses, o uso aumentado de bebida alcoólica para fins de recreação fomenta situações de violência nessas localidades.

Figura 10. Distribuição dos eventos de violência contra mulheres rurais, segundo os meses do ano, registrados entre 2000-13, nos municípios do estudo.

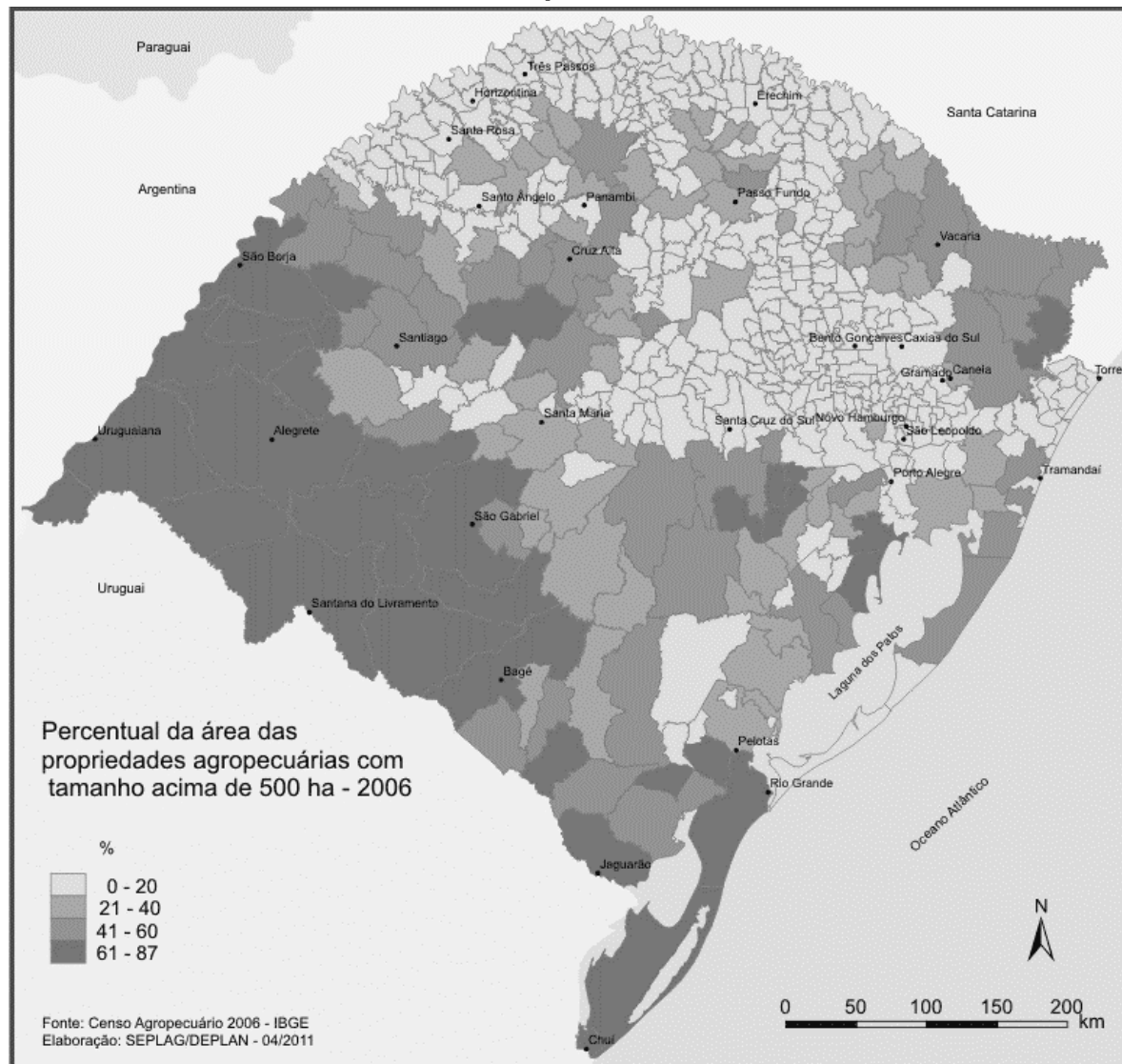


Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS, elaboração da figura BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

As relações socioeconômicas, baseadas nas formas de ocupação e exploração da terra, explicitam, principalmente, duas formas de renda nesses municípios, o turismo, agricultura (cultivo de arroz e fumo) e bovinocultura de corte. Salienta-se que a bovinocultura é praticada em maior escala produtiva nos grandes latifúndios, enquanto a policultura é geralmente praticada nas pequenas propriedades. Sob esse aspecto, verifica-se na região que a produção agrícola é totalmente mecanizada,

tendo a mão-de-obra em grande parte terceirizada, cabendo as propriedades rurais com menos de 20 hectares a utilização da mão-de-obra familiar (SODER, 2007).

Figura 11. Percentual da área das propriedades agropecuárias com tamanho acima que 500 ha.



Nesse sentido, a utilização da terra para fins produtivos pode auxiliar, no entendimento dos conflitos de classes, intraclasses e de gênero capazes de gerar situações de violência contra mulheres rurais. Nessa perspectiva de análise, o "lugar" assume papel de palco interativo de ação para as disparidades sociais, sendo essas justificadoras de violências e conflitos de gênero. Como não se pode separar o social do privado, na lógica do construto de uma sociedade digna, assume-se que essas sinérgicas assimetrias socioeconômicas aliadas ao patriarcalismo rural e a representatividade cultural dos papéis sociais, do que é ser homem ou mulher nesse

ambiente, aumentam e aguçam em diferentes momentos do cotidiano de vida dessas mulheres a vitimização às violências.

As relações aqui propostas encontram sustentação em estudos atuais da Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do estado do RS. Nesse sentido, as Figuras 11 e 12 apresentam, respectivamente, o percentual da área das propriedades agropecuárias com tamanhos acima de 500 ha e o número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar. Verifica-se, em ambas as figuras, que a metade sul possui mais latifúndios e menos estabelecimentos orientados para agricultura familiar se comparado à metade norte do estado. É nesses aspectos que se alicerçam algumas das discussões deste estudo, sob a ótica de que o social influencia mudanças no espaço e o espaço produz e reproduz mudanças nas relações de vida.

Considera-se que o processo de produção econômica influencie os diversos tipos de relacionamentos em espaços de vida rurais, acrescidos e, também, determinados pelos aspectos e acontecimentos verificados no contexto histórico da região. Nesse sentido, a partir dessas múltiplas relações existentes na construção e sobrevivência do rural frente a práticas mercantis, verificam-se, ainda, relações sociais embarcadas em antigas formas de dominação capitalista e patriarcal, verificadas e justificadas, por exemplo, nos grandes latifúndios e na predominante posse de terra masculina (Figura 11).

Entende-se, nesse contexto, que a posse de terra seja um dos pilares de assimetria de direitos e poder entre homens e mulheres no rural. Esse entendimento tem fundamentação na compreensão da DST e das suas repercussões sociais.

No entanto, para falar em "relações sociais" necessariamente precisamos falar de relações de poder. O dominante conhece os mecanismos econômicos, as justificativas ideológicas, os constrangimentos materiais e físicos a serem utilizados para exercer poder e dominação nesse âmbito. Desta forma, se faz necessário, expandir a reflexão das relações sociais de sexo e trabalho para pensar o conjunto das relações sociais na sua simultaneidade (KERGOAT, 1996; LOPES; LEAL, 2005). Assim, entende-se que compreender a diversidade e a complexidade das práticas sociais entre homens e mulheres, na perspectiva do rural, a partir de uma proposta ampliada de análise, pode colaborar na compreensão das relações de dominação entre homens e mulheres.

Nessa direção, justifica-se que essa tensão nas relações de trabalho entre os sexos reflete-se nas práticas sociais que dão origem as situações de violência contra mulheres, em especial, as mulheres rurais. Relações de poder, como a que verificamos nas violências de gênero, são fomentadas pela disparidade de recursos e marcam as subjetividades. Outras indagações tornam-se possíveis, como confrontar o agressor se é ele que detém o controle financeiro e dos bens materiais na relação. Como confrontar o agressor sem ter condições para manter moradia própria? Como sustentar os filhos se as práticas laborais do cotidiano são, praticamente, voltadas para subsistência e cuidado da família e isso não gera remuneração formal?

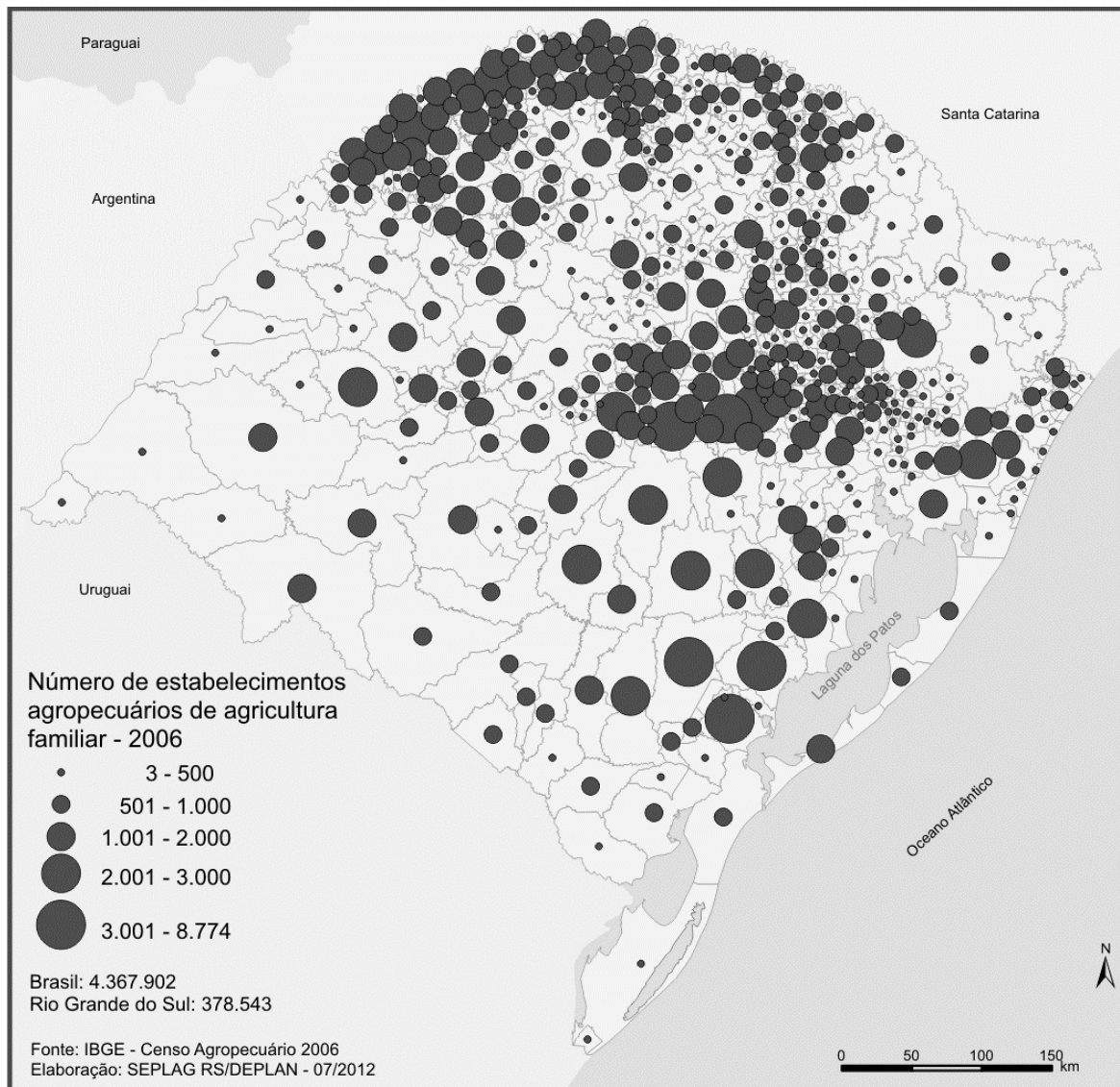
Essas questões remetem ao pensamento que a DST é fomentadora de situações de violência no rural ao segregar e hierarquizar as relações sociais nesse ambiente de convívio conferindo “valor monetário social” à pessoa. (CARLOTO; GOMES, 2011).

É possível, também, relacionar as grandes disparidades sociais que a utilização do espaço geográfico e a formatação dos lugares, influenciam nos modos de convivência das populações rurais, que podem ser verificadas na pobreza extrema de pequenos agricultores que caminham na contramão da concentração fundiária e de renda (SANTOS, 2011; SODER, 2007).

No entanto, é preciso, ao se analisar as repercussões sociais das disparidades econômicas entre a metade sul e norte do estado, levar em consideração que o projeto de desenvolvimento rural, adotado no Brasil ao longo de décadas, consolidou o agronegócio e alcançou resultados positivos no que se refere ao aumento da produtividade e geração de renda para o país. Entretanto, são, justamente, as repercussões sociais, não previstas, nesse projeto de crescimento, que tem implicado em custos sociais e ambientais crescentes. Entre elas, podemos citar o aumento das violências como um todo nesses meios, tornando-as grave problema de saúde pública (SODER, 2007; SANTOS, 2011). Nesse sentido, mesmo com políticas públicas voltadas para o campo brasileiro, nas últimas décadas, as necessidades dos agricultores familiares não estão sendo atendidas, ao contrário, em sua maioria as mesmas priorizam o latifúndio e as culturas de exportação. Dessa forma, acredita-se que esses desalinhos sociais sejam, em muito, responsáveis pela formatação, permanência e, mesmo, por alimentar vulnerabilidades de lugar as situações de violência contra mulheres em áreas rurais. Soder, (2007) e Santos, (2011) afirmam

que tendo em vista o aumento das dificuldades financeiras, as lutas pela terra e pela sobrevivência, podem ser compreendidas como base para eventos violentos.

Figura 12. Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar.



Esses elementos trazidos pelos diferentes autores citados e as diferentes representações entre o trabalho masculino e o trabalho feminino no rural estão intimamente ligadas ao construto das situações de violência, podendo ser verificadas nas atividades agropecuárias, as quais expressam as posições hierárquicas nas relações de gênero. No rural, algumas dessas relações não passam pelo assalariamento, tendo em vista que muitas atividades estão vinculadas à agricultura familiar, voltada para a subsistência e pequenos rendimentos e não aos salários. Nesse contexto, as mulheres participam como membro da família e a diferenciação

do valor monetário do trabalho entre os sexos fomenta o papel subordinado da mulher (CARLOTO; GOMES, 2011; MELO; SABBATO, 2009).

Nessa perspectiva, a compreensão da DST como fenômeno social e de gênero contribui para a percepção da invisibilidade do trabalho feminino. Esse cotidiano de trabalho duplo entre a vida familiar e a vida no trabalho, justifica, em parte, esse caráter invisível do trabalho feminino e das tensões nas relações entre homens e mulheres, embora esse problema não seja apenas das mulheres rurais (LOMBARDI, 2009; MELO; SABBATO, 2009). O processo de naturalização sociocultural do que é de uns e outros, homens e mulheres, institui permanências no campo do trabalho advém e repercute nas relações de gênero.

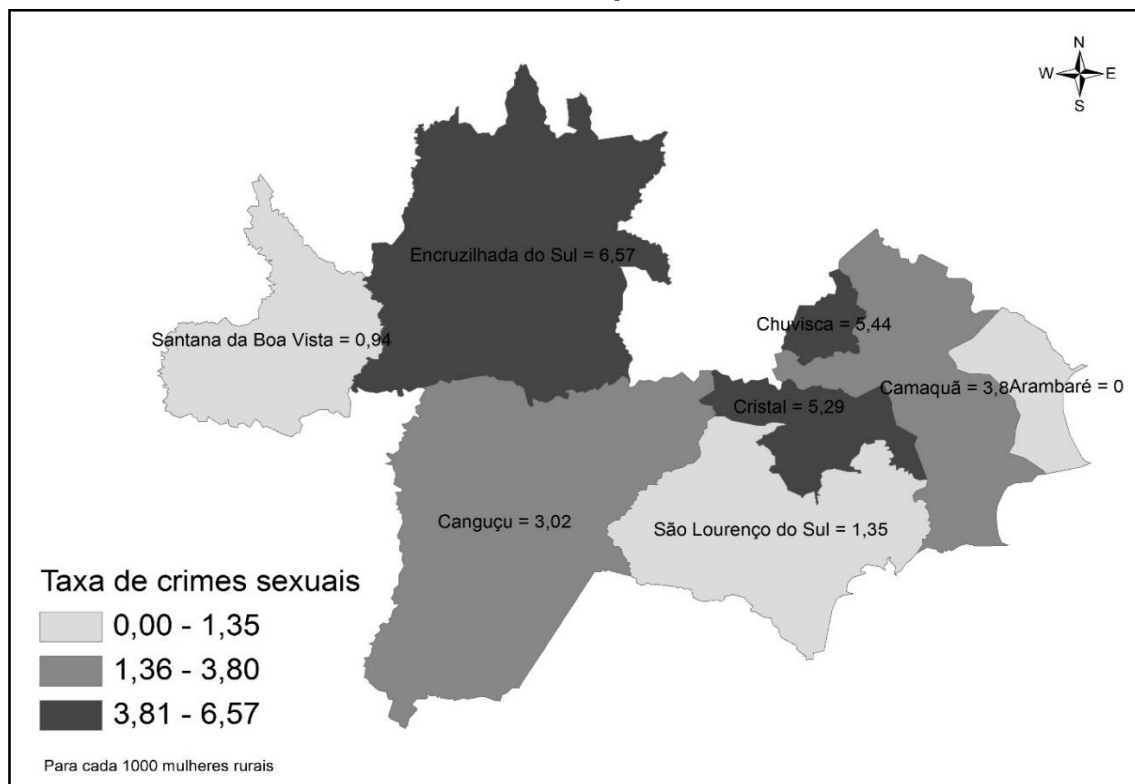
Nesse sentido, a Figura 12 evidencia e reforça essas perspectivas de análise ao apresentar as diferenças nas relações econômicas entre o norte e sul do estado, indicando a maior concentração de estabelecimentos agropecuários familiares na metade norte do RS. Na metade norte, com o rápido surgimento de inúmeras fábricas nos centros de Porto Alegre e Caxias do Sul, houve o crescimento da demanda por mão-de-obra industrial e a migração de trabalhadores do sul para o norte, determinando o êxodo rural, o abandono da agricultura familiar, principalmente pelos jovens, e o estabelecimento de dificuldades para o sustento e sobrevivência familiar (BOLFE et al., 2010; CORONEL; ALVES; SILVA, 2007).

Verschoore Filho (2000) verificou na sua dissertação de mestrado “Metade Sul: uma Análise das Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul”, queda da produção econômica nessa região, na economia gaúcha, ao constatar a participação da metade sul em 38,33% em 1939, com perdas maiores que 20% em cinco décadas. Em contrapartida, dados da mesma dissertação indicou que a metade norte, voltada, principalmente, para a economia urbano-industrial, aumentou sua participação de 61,67% para mais de 82% nessas mesmas décadas.

Compreende-se que a formatação dos lugares, além de influências estruturais, constitui as relações destes com a sua gente, referindo-se as manifestações culturais, aos modos de vida, as tradições características desses locais. Nesse sentido, novas ruralidades (formas de relacionamento social em espaços rurais) podem ser descritas como as articulações entre as noções de rural e de identidade social de cada comunidade, as relações específicas dos habitantes do campo com a natureza e sua capacidade de manter-se com dignidade nesse contexto.

Cabe ressaltar, como admitem Lindner, Alves e Ferreira (2009), que esse processo é dinâmico e permanece em constante reestruturação de valores, hábitos e técnicas, incorporados e, aqui compreendidos, a partir da redução da pobreza, desigualdades sociais e destituição dos direitos humanos, sobretudo, ao se falar dos casos de violência contra mulheres rurais.

Figura 13. Taxas de crimes sexuais contra mulheres rurais, registrados entre 2010-13, nos municípios do estudo.



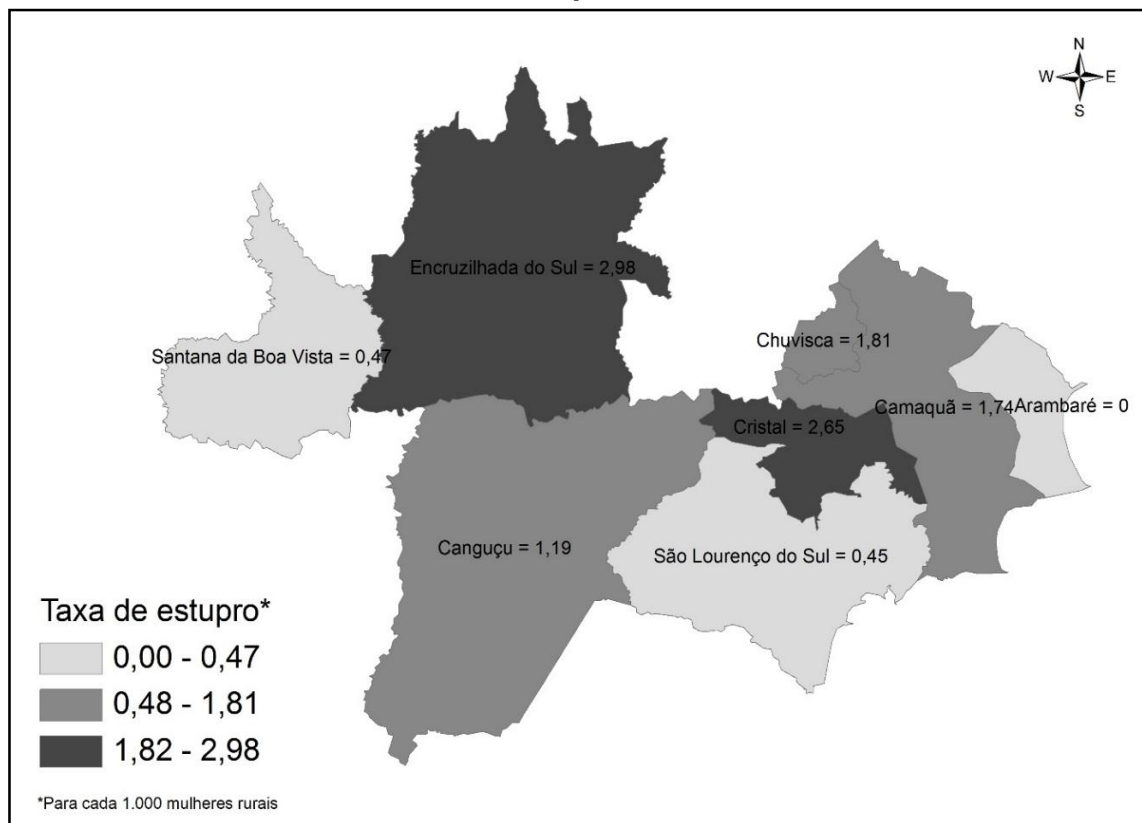
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS, elaboração da figura BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

Retomando as cartografias, as Figuras 13 e 14 apresentam, respectivamente, as taxas de crimes sexuais e de estupro. Esta última extraída e apresentada separada dos crimes sexuais a partir da proposta de abordagem e registro dos dados da SSP/RS. Verifica-se que as cidades de Encruzilhada do Sul e Cristal possuem as maiores taxas de crimes sexuais e estupro, sendo acompanhadas pela cidade de Chuvisca no que se refere aos crimes sexuais. A análise das figuras não permite identificar um padrão de ocorrência espacial para esse tipo de violência, sendo possível inferir que as dinâmicas de vida e suas repercussões sociais, embora estudado sob o recorte de um mesmo espaço, possam apresentar fatores causais específicos em cada uma dessas cidades. Nesse sentido, a falta de estudos focados em dados rurais que abordem a temática das violências contra mulheres, limita as possibilidades de debate, acerca dessa realidade. Em virtude dessa limitação prática

e discursiva, apoiam-se as análises em dados urbanos, no entendimento que essa abordagem contempla, para algumas situações, semelhanças no perfil de ocorrência entre os dois meios, o que justifica o processo de raciocínio aqui proposto.

Dados da SSP/RS indicaram, para o período de 2012 a 2015, 3.211 casos de estupro no estado, perfazendo cerca de 1,6% do total de registros de violências contra mulheres. As ameaças e as lesões corporais correspondem a 98,1% dos BOs registrados para esse período. A mesma publicação da SSP/RS ainda indica que os feminicídios representam 0,1% das ocorrências e as suas tentativas, aproximadamente, 0,3%. Ainda sobre os feminicídios, os dados pesquisados para o estado indicavam uma queda no número de vítimas fatais, entre os anos de 2012 e 2014, com uma redução de 83 para 53 feminicídios. No entanto, em 2015, o número de mortes femininas pelo simples fato de "ser mulher" voltou a crescer, atingindo 64 mortes em todo estado (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Figura 14. Taxas de estupro contra mulheres rurais, registrados entre 2010-13, nos municípios do estudo.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS, elaboração da figura BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

Registros da SSP/RS, sem distinção de rural ou urbano, apresentaram taxas inferiores de estupro ao se relacionar esses índices com os deste estudo, exclusivamente rural. As taxas de estupro mais elevadas dizem respeito às cidades

de Encruzilhada do Sul (2,98) e Cristal (2,65), produzidas para cada mil mulheres rurais (Figura 9). Cabe salientar que essas taxas são maiores que as taxas de estupro de cidades grandes como Porto Alegre (1,73), Novo Hamburgo (1,62), Santa Maria (2,04) e Caxias do Sul (0,90), produzidas para dez mil mulheres (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

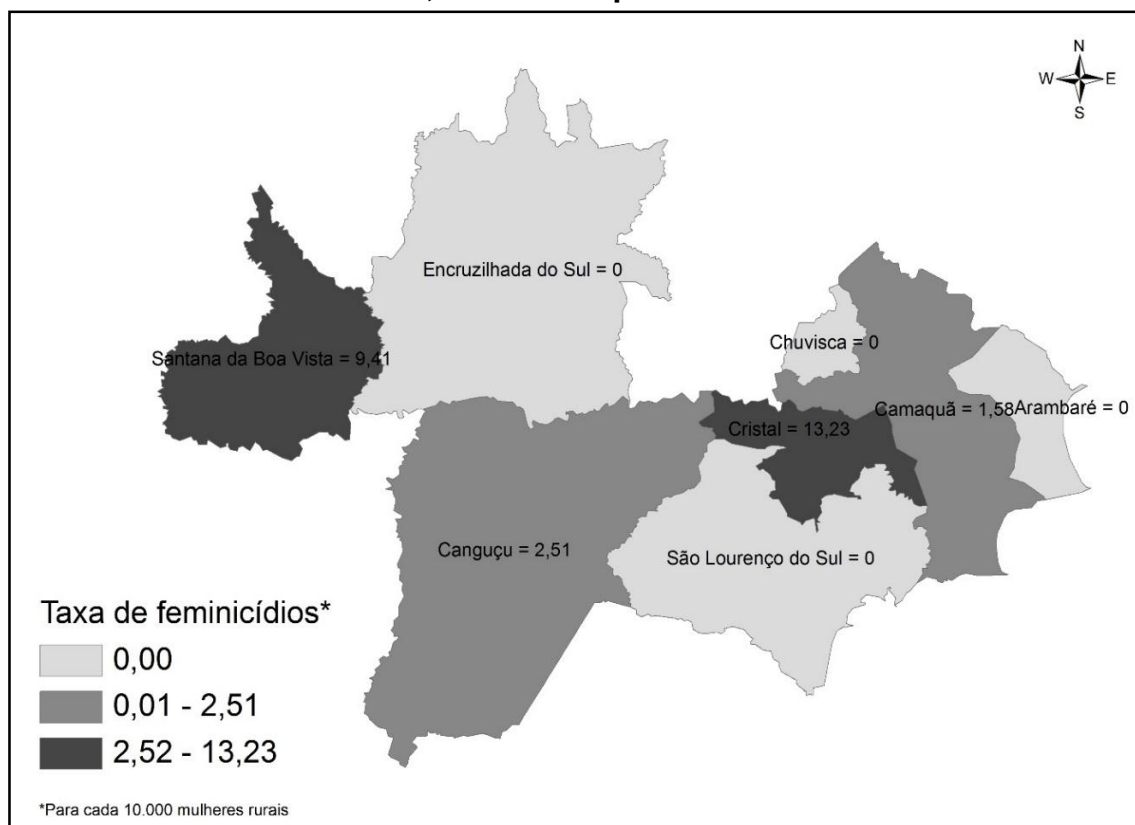
Dados do IPEA (2014b) reforçam a magnitude desse tipo de violência ao estimar que, a cada ano, no Brasil, 0,26% da população sofre violência sexual, indicando que haja anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais 10% são reportados à polícia. Nesses casos, averiguou-se que a ingestão de álcool está associada ao estupro de crianças, adolescentes e adultos numa ordem de pelo menos 20% a 40% dos casos.

Nesse sentido, compreende-se que a conformação das situações de violência no rural é precedida pelas vulnerabilidades do lugar em questão e tenham expressões diferentes de conflitos em meios urbanos. Em um primeiro momento, pode-se pensar que violência é violência em qualquer lugar. Contudo, é possível verificar que ela se expressa de várias e diferentes formas. Sob essa ótica, em primeiro lugar, é preciso conhecer os agentes influenciadores das situações singulares de violência, para depois pensar as intervenções, por exemplo. O abandono social, a falta de políticas públicas eficazes e a crescente pobreza, com certeza, fazem do rural, na perspectiva e recorte espacial analisado, um meio potencialmente portador de vulnerabilidades específicas para violências.

A Figura 15 apresenta as taxas de feminicídios, segundo as cidades do estudo, evidenciando que as cidades de Cristal e Santana da Boa Vista possuem taxas, respectivamente, de 13,23 e 9,41. Não é possível observar na figura um padrão de ocorrência desses eventos na região, uma vez que as cidade estão distantes umas da outras e as demais não compõem um padrão de não ocorrência. O feminicídio é um homicídio doloso contra a vida da mulher, caracterizado como tal, simplesmente, pela condição de ser mulher (GOMES; BATISTA, 2016). Nesse sentido, o feminicídio se enquadra em qualquer forma de assassinato que envolva o sexo feminino, transpondo as relações de convívio familiar prevista na lei Maria da Penha. Propostas interpretativas das violências contra mulheres, sob a luz dos estudos de gênero, acreditam ser possível traçar um paralelo entre genocídio e feminicídio, sob a perspectiva discriminatória. Gomes e Batista, (2016) ressaltam que os casos de violências contra as mulheres possuam, no momento, caráter endêmico, tendo em

vista que a cada cinco mulheres, duas serão vítimas de violência doméstica ou já sofrerem esse tipo de injúria, evidenciando a discriminação e desigualdade social estabelecida e praticada entre homens e mulheres.

Figura 15. Taxas de feminicídios contra mulheres rurais, registrados entre 2010-13, nos municípios do estudo.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS, elaboração da figura BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

No Brasil, cerca de 30% das mulheres sofrem violências por parte de um homem e 50% á 60% da população afirma conhecer alguma mulher em situação de violência. No que se refere aos homens, 56% dos homens reconheceu ter cometido algum ato de violência contra a sua companheira ou ex-companheira. A morte de 5 mil mulheres por ano, sem dúvida, é resultado da expressão do sentimento de dominação masculina sobre a vida e a morte das mulheres, refletindo as assimetrias e desigualdades de uma sociedade machista (GOMES; BATISTA, 20016).

As taxas elevadas de feminicídios para as cidades de Cristal e Santana da Boa Vista (taxas para cada 10.000 mulheres rurais), contrasta com cidades de taxa zero no período do estudo, como Arambaré e Encruzilhada do Sul. Canguçu e Camaquã, pólo regional da metade sul, contabilizaram taxas intermediárias, não superiores a 2,51 feminicídios para 10.000 mulheres rurais.

Cristal, segundo informações da SSP/RS para os anos de 2012-2015, apresentou taxa de 7,22 feminicídios para 10.000 mulheres, enquanto a cidade de Santana da Boa Vista não apresentou esse tipo de ocorrência para o mesmo período. A mesma publicação da SSP/RS indica que a cidade de Cristal está entre as dez cidades mais letais para as mulheres no estado, ocupando, mais precisamente, o terceiro lugar, sendo que a cidade com maior número de feminicídios é a cidade de Coqueiros do Sul com 8,32 casos para 10.000 mulheres. Cabe destacar que o número de feminicídios no estado voltou a subir em 2015, com alta de 20,8% em relação ao ano de 2014 (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Comparativamente, em uma perspectiva histórica, dados de um estudo sobre indicadores de saúde e saneamento, nesses municípios, realizado no ano 2000, indicou que as cidades de Cristal e Santana da Boa Vista apresentavam 39% e 56% da sua população em áreas rurais (SODER, 2007). Em consonância, dados do censo demográfico de 2010 atualizam esses percentuais para 44% e 55% (IBGE, 2010). As economias das cidades, predominantemente, focadas no cultivo de fumo no caso de Cristal e na pecuária em Santana da Boa Vista, convivem com dificuldades de sobrevivência do pequeno produtor e suas precárias condições de vida (SODER, 2007).

A literatura, como um todo, pouco explora as motivações específicas do rural para dados de violências contra mulheres, sobretudo, os casos fatais. Compreende-se que o aumento da pobreza, do êxodo rural, embora com mudanças no últimos anos no incentivo ao agronegócio latifundiário, a falta de políticas públicas de assistência a população rural e o patriarcalismo exacerbado das relações, influenciem o aumento dos casos de violências e da letalidade entre mulheres rurais. No entanto, é preciso reafirmar que algumas "vulnerabilidades do lugar" na gênese das situações de violência contra mulheres rurais sempre estiveram presentes nos cotidianos de vida dessas mulheres. Entende-se que a visibilidade dos casos de violência de gênero no rural aumentou a partir da instauração da lei Maria da Penha, do acesso das mulheres a informação, das suas repercussões sociais e aumento do número de DEAMs e sessões especializadas para esse tipo de atendimento, embora, ainda, considere-se que seja alto do número de subnotificações em função das dificuldades de acesso a serviços no sentido da oferta e da precária acessibilidade característica de áreas rurais.

Cabe destacar que, para o rural, as dificuldades para a denúncia são inúmeras e compõe um mosaico de impedimentos, dificuldades e improváveis ações para denunciar os agressores. Poder-se-ia citar, por exemplo, a falta de autonomia financeira das mulheres para acessar os serviços de proteção, justificado pela falta de autonomia financeira, até mesmo para obter uma passagem de transporte coletivo, que se for somada a falta de transporte para percorrer longas distâncias e realizar a denúncia, praticamente, inviabiliza e subjuga muitas dessas mulheres a um contínuo de violência. Reconhece-se, nesses momentos, a falta de garantia para o exercício mínimo da cidadania, ao retirar dessas mulheres a escolha, ou não, de denunciar.

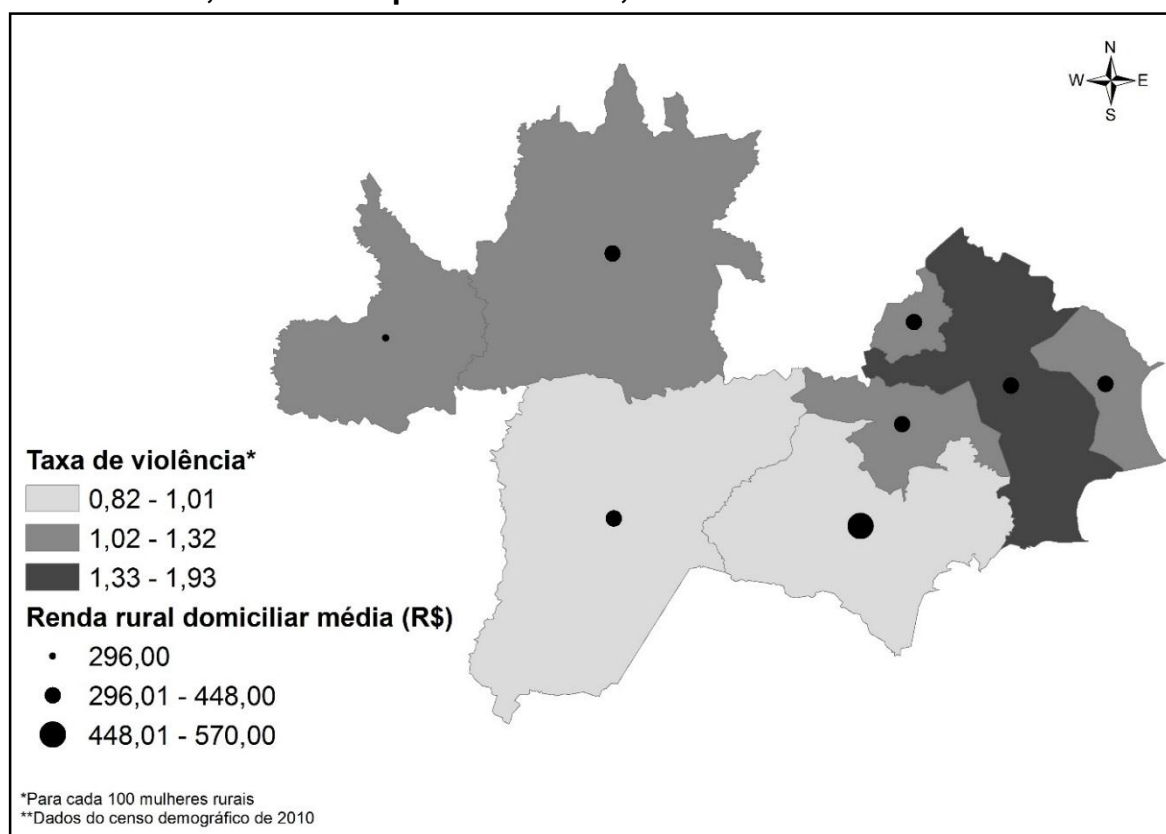
No que diz respeito especificamente ao feminicídio, ele conta com poucas estatísticas que apontem sua real dimensão. Estatísticas atuais estimam uma taxa de 4,4 assassinatos em 100 mil mulheres, fazendo o Brasil ocupar a sétima posição em um ranking de 84 nações e estabelecendo uma média de uma morte feminina, em condição de violência, a cada 2 horas. Compreende-se que altas taxas de feminicídio costumam ser acompanhadas de elevados níveis de tolerância à violência contra as mulheres, preponderando a culpabilização da vítima como justificativa do ato violento. Constata-se, também, que em geral, o feminicídio é precedido por outras formas de violência e, portanto, poderia ser evitado. Nesse sentido, verifica-se que os casos de feminicídios são resultado de um contínuo de violência, ou seja, antes de ser assassinada a mulher já passou por diversos tipos e situações de violência que, na maior parte das vezes, resultam em evento letal (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2013; SIMIONATO; MICHILES, 2015).

A seguir, apresentam-se as cartografias temáticas relacionais entre a taxa de violências, analfabetismo, renda rural domiciliar média, mulheres responsáveis por domicílio e trabalho tipicamente rural. Nesse sentido, opta-se pela apresentação e análise dessas relações citadas acima no texto analítico desta tese, agregando as propostas relacionais entre as taxas de lesões corporais, feminicídios, crimes sexuais em apêndices (APÊNDICE D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O, P e Q) em razão do grande número de cartografias e dados, o que não nos impede de referi-las na forma de análises. As relações encontradas entre essas variáveis nos permitem ampliar as análises interpretativas do comportamento das violências, nesse recorte espacial, a partir das relações espaciais verificadas. Cabe, também, salientar que as cartografias relacionais apresentadas são limitadas em representar a complexidade das dinâmicas de vida no rural. Nesse sentido, partimos de uma relação espacial estática, para

discutir práticas de vida e de relações que podem vulnerabilizar as mulheres rurais para as violências. Dessa forma, acredita-se que a perspectiva de análise descritiva cumpre seu papel, nesse momento, ao ajudar na construção de análises interpretativas das vulnerabilidades de lugar e das situações de violência nessas localidades.

A Figura 16 apresenta a relação entre as taxas de violência e a renda rural domiciliar média, evidenciando, para a cidade de São Lourenço do Sul, relação inversa entre as variáveis. Para cidade de Santana da Boa Vista, é possível evidenciar taxas intermediárias de violências e os menores índices de renda domiciliar rural. Comparativamente à cidade de Camaquã, responsável pelas maiores taxas de violências, possui índices intermediários de renda.

Figura 16. Taxas de violências contra mulheres rurais registrados entre 2010-13, nos municípios do estado, e renda rural domiciliar média.



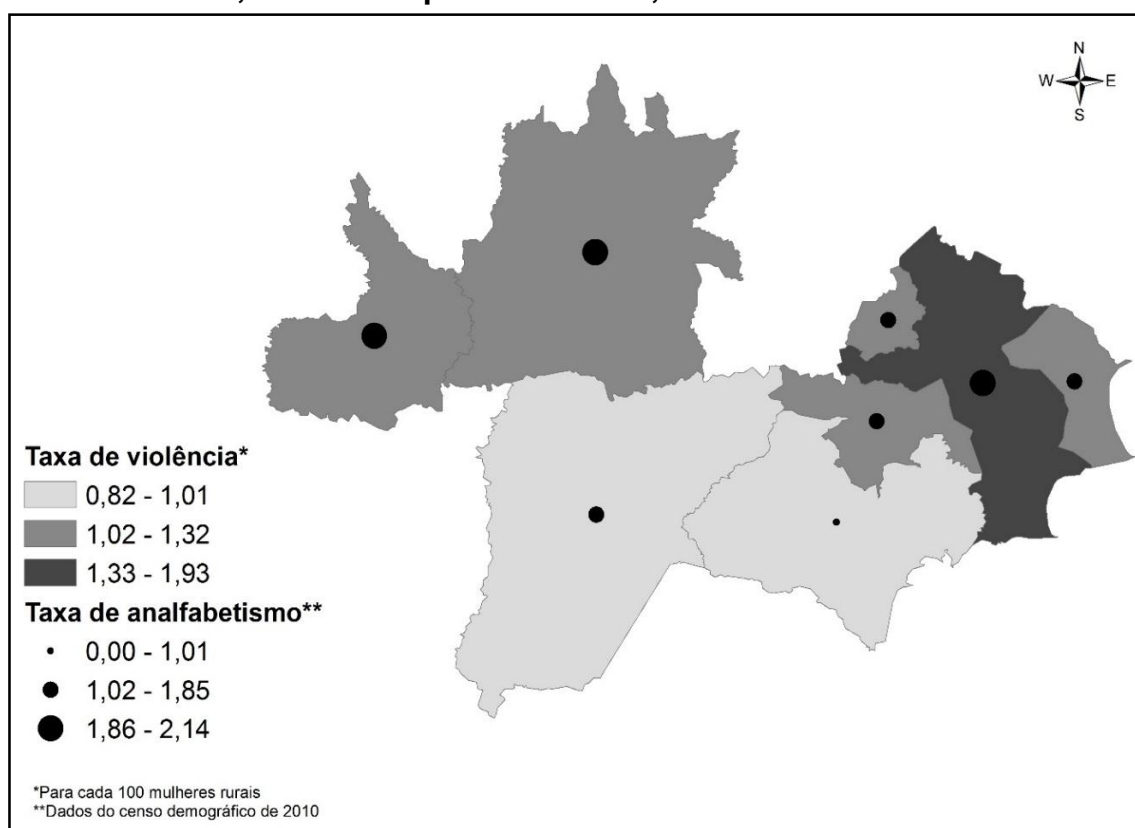
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS, elaboração da figura BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

A disposição espacial dos dados apresentados na Figura 16 não permite a verificação de um padrão de comportamento entre as variáveis. A análise cartográfica não deixa claro se a variável renda utilizada atua como fator protetivo ou vulnerabilizante das mulheres rurais para violências. As relações encontradas para as cidades de São Lourenço do Sul e Santana da Boa Vista não encontram sustentação

geoanalítica no que se refere à definição de um padrão de ocorrência no espaço, devendo ter sua formatação explicada de forma pontual e isolada.

Cabe ressaltar que, para as taxas de feminicídios, a renda aparece como fator vulnerabilizante na cidade de Santana da Boa Vista (APÊNDICE E). As demais cartografias (APÊNDICE C e D) apresentam as proposições relacionais e de procura por um padrão comportamental entre as variáveis.

Figura 17. Taxas de violências contra mulheres rurais registrados entre 2010-13, nos municípios do estudo, e taxa de analfabetismo.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaboração da figura BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

A relação entre as taxas de violências e a taxas de analfabetismo (Figura 17), evidencia um padrão de ocorrência desses eventos. Pode-se verificar na figura que a cidade de Camaquã abriga as maiores taxas de violências e de analfabetismo entre mulheres rurais residentes no recorte espacial deste estudo. É possível dizer, a partir da interpretação da Figura 17, que as taxas de analfabetismo na região atuam como fator vulnerabilizante para violências contra as mulheres rurais, evidenciada pela relação direta encontrada em Camaquã e cidades vizinhas. A mesma lógica de raciocínio pode ser empregada para as cidades localizadas a oeste da região estudada (Encruzilhada do Sul e Santana da Boa Vista) que apresentam taxas intermediárias de violência e altas taxas de analfabetismo.

Também é possível visualizar que a cidade de São Lourenço do Sul está entre as duas cidades com as menores taxas de violências e, nesse caso, possui, também, as menores taxas de analfabetismo. Nesse sentido, o comportamento das variáveis, para a cidade de São Lourenço do Sul, pode indicar uma redução dos casos de violências contra mulheres rurais a partir da diminuição das taxas de analfabetismo e consequente aumento da capacidade de apreensão de informações, interpretação da realidade e autonomia cidadã delas.

Diversos estudos apontam que a baixa escolaridade e a baixa renda são agentes vulnerabilizadores para violências entre as mulheres, sendo da mesma forma interpretados para os homens perpetradores. Nesse sentido, entende-se que o menor grau de instrução associado às demais situações vulnerabilizantes como a pobreza e as dificuldades de acessibilidade a serviços estatais, especialmente verificada no rural, reduz as possibilidades de resolução de conflitos de forma não violenta (LOPES, 2015; PAZ; LOPES, 2015; STADUTO, 2015).

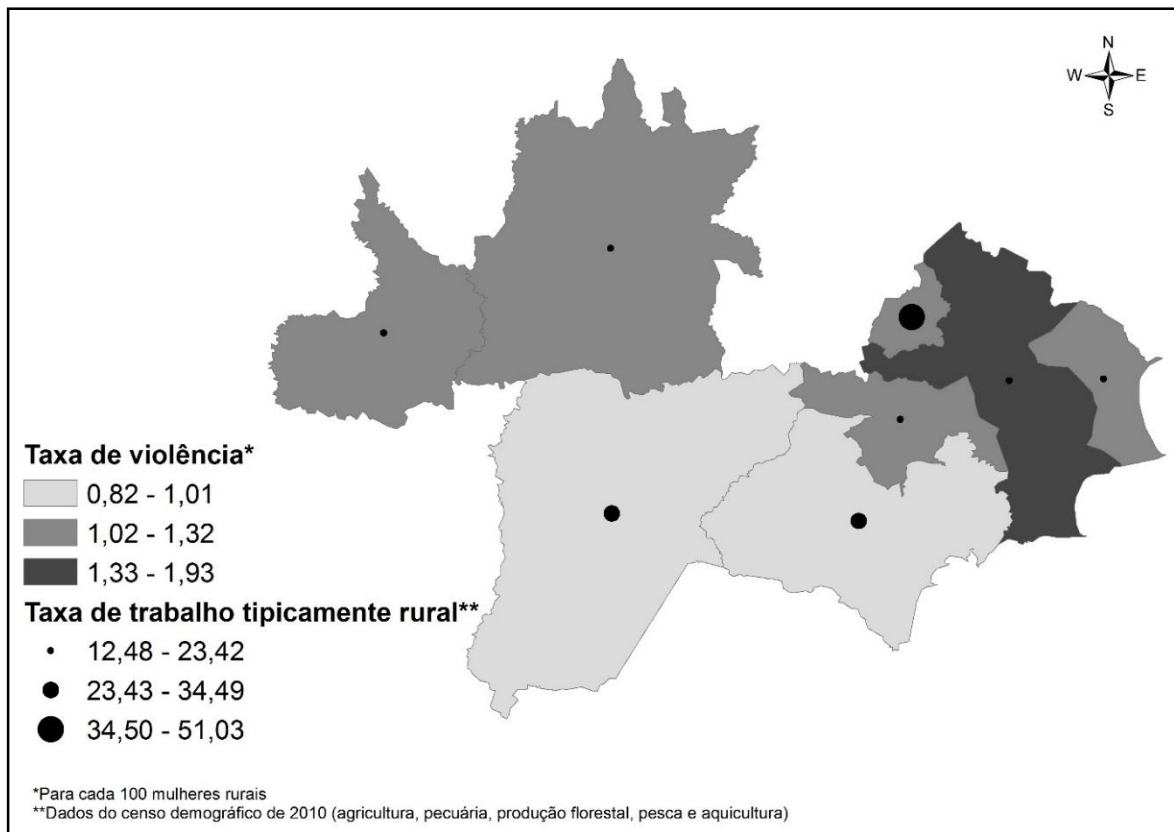
As demais relações entre analfabetismo e as taxas de lesão corporal, de crimes sexuais e de feminicídios são apresentadas nos Apêndices F, G e H, respectivamente. Nesse sentido, dados contidos nesses apêndices evidenciam que a cidade de Camaquã também aparece com os maiores índices de lesão corporal e analfabetismo, Encruzilhada do sul mostrou-se vulnerável para a relação com as taxas de analfabetismo e de crimes sexuais, enquanto que os feminicídios estabeleceram o mesmo tipo de relação para a cidade de Santana da Boa Vista.

A relação entre a taxa de violência e de trabalho tipicamente rural (Figura 18) não indica uma relação protetiva ou vulnerabilizadora entre as variáveis. A falta de um padrão de comportamento entre elas impossibilita, nessa perspectiva de análise, inferir se as atividades de trabalho tipicamente rurais expõem ou protegem as mulheres às situações de violências no campo. Nesse sentido, as relações de trabalho precisam ser analisadas sob outras perspectivas, como a concentração de renda entre homens e mulheres no rural. Conclui-se aqui que a análise das atividades de trabalho típicas do rural em conjunto com as taxas de violência na tipologia apresentada pouco colaboram para o entendimento da construção das situações de violência entre mulheres rurais.

No entanto, a Figura 18, mostra, para a cidade de Chuvisca, uma afinidade entre as duas variáveis ao abrigar as maiores taxas de trabalho tipicamente rural e taxas intermediárias de violência. Cabe ressaltar que a cidade de Camaquã é

responsável pelas maiores taxas de violências e pelas menores taxas de trabalho tipicamente rural. É preciso, no entanto, salientar que a cidade é considerada polo de desenvolvimento da região, possuindo as maiores taxas de urbanização e, conseqüentemente, menos oportunidades laborais ligadas ao campo. Dessa maneira, acredita-se que as situações pontuais verificadas para as cidades de Camaquã e Chuvisca podem subsidiar propostas investigativas futuras ao levar em consideração as múltiplas características dos trabalhos rurais e suas conformações no espaço.

Figura 18. Taxas de violências contra mulheres rurais registrados entre 2010-13, nos municípios do estudo, e taxa de trabalho tipicamente rural.

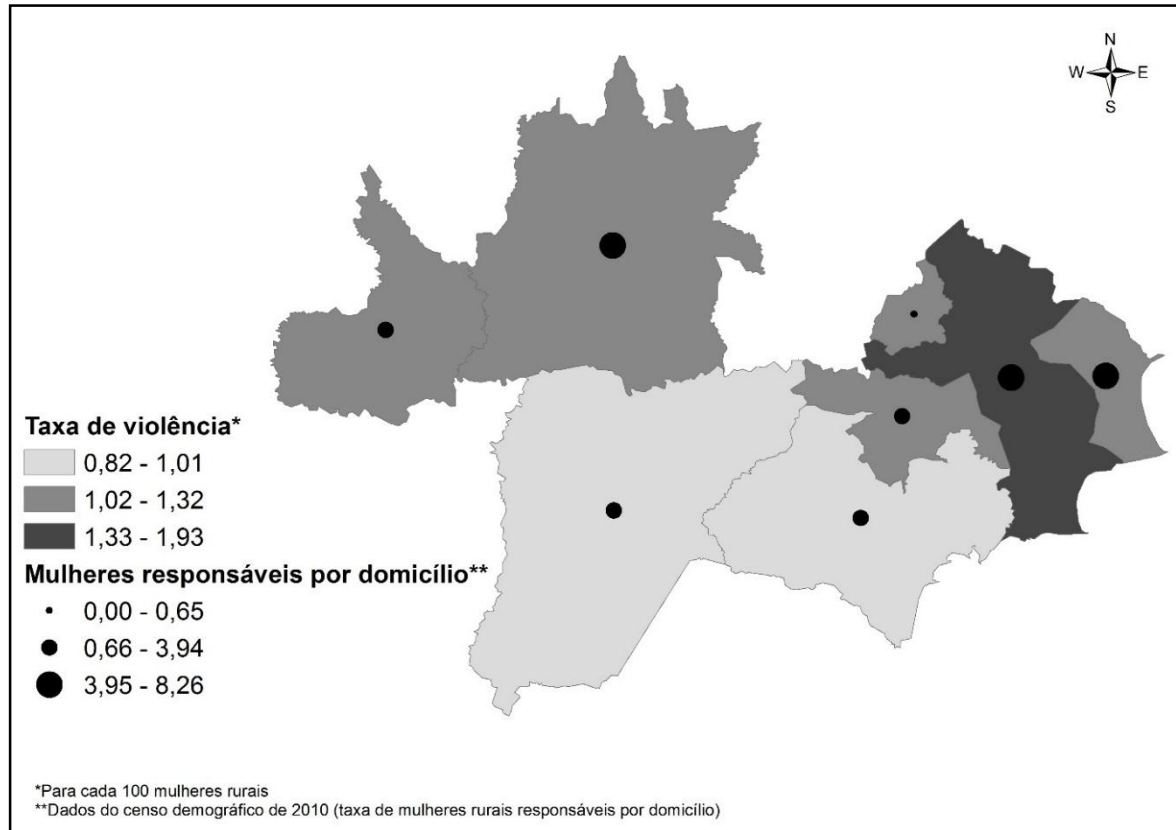


Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaboração da figura BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

Os apêndices I, J e L, respectivamente, apresentam as relações entre as taxas de trabalho tipicamente rural e as taxas de lesão corporal, crimes sexuais e feminicídios. As cartografias apresentadas nesses apêndices possuem em comum as altas taxas de lesão corporal, crimes sexuais e feminicídios em cidades onde as taxas de trabalho tipicamente rural apresentaram os menores índices, sugerindo, para essa variável, caráter protetivo para violências contra mulheres rurais nessas cidades. Ou seja, quanto menos trabalho rural mais protegidas estariam as mulheres, o que mereceria análises mais aprofundadas para entender o que caracterizaria essa

"urbanidade" protetora. Presença de serviços? Implementação de políticas públicas específicas? Entre outras questões.

Figura 19. Taxas de violências contra mulheres rurais registrados entre 2010-13, nos municípios do estudo, e taxas de mulheres rurais responsáveis por domicílio.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaboração da figura BUENO, A.L.M, Porto Alegre, 2016.

No que se refere à relação das taxas de violências e taxas de mulheres rurais responsáveis por domicílio (Figura 19), com exceção dos municípios de Canguçu, Chuiasca e São Lourenço do Sul, as variáveis indicam relação direta. Percebe-se que a cidade de Camaquã, como citado anteriormente, abriga as maiores taxas de violências e, também, está entre as cidades com as maiores taxas de mulheres rurais responsáveis por domicílio. As cidades de Arambaré e Encruzilhada do Sul são responsáveis por taxas intermediárias de violências e altas taxas de mulheres rurais responsáveis por domicílio. Nesse sentido, verifica-se um padrão de comportamento na relação entre essas variáveis, observada na “mancha” espacial, formada pelas cidades de Camaquã, Cristal e Arambaré.

Os apêndices M, N e O contribuem com esta tese ao apresentarem as propostas interativas da variável, mulheres rurais responsáveis por domicílio, com as taxas de crimes sexuais, lesões corporais e feminicídios. Cabe salientar que diversas

são as possibilidades de interpretação do comportamento espacial das variáveis estudadas, no entanto as taxas de violências gerais e de lesões corporais (APÊNDICE M), permitem, nesse momento, pensar as situações de violência contra mulheres a partir de uma tendência espacial de ocorrência.

Nesse sentido, acredita-se que a exploração do comportamento relacional das variáveis apresentadas nas Figuras 16, 17, 18 e 19 sirva como efluentes para novas propostas reflexivas. Entende-se que as variáveis relacionadas à renda e ao analfabetismo, bem como, aquela ligada às atividades típicas do rural, possam representar, em parte, um recorte real do instantâneo de vida nessas localidades. Reconhece-se, também, que as variáveis citadas acima compõem um mosaico das vulnerabilidades locais, de lugar, que juntas auxiliam na formatação das situações de violências contra mulheres rurais. Considera-se impossível abordar, em um único estudo, as diversas motivações, causas e fundamentos para eventos violentos a partir do gênero. Dessa forma, a abordagem da vulnerabilidade de lugar discutida a partir da análise de dados espaciais, apresenta-se como alternativa metodológica impar nesse contexto.

Longe de propor uma leitura tecnicista para os dados geoepidemiológicos, este capítulo se propôs a explorar as possíveis interações entre os números, perfis espaciais de comportamento da violência e suas representações sociais nos cotidianos de vida das mulheres rurais. Pretendeu-se, também, inovar nessa triangulação de discursos ao fazer dialogar as especificidades do rural, as relações de gênero e a geoepidemiologia por meio da análise cartográfica na formatação das situações de violência. Sendo assim, considera-se que a construção deste capítulo, na sequência das análises estatístico-descritivas do capítulo anterior, cumpre com sua proposta de aprofundar alguns elementos interpretativos para a compreensão dos eventos de violência contra mulheres no rural. Portanto, entende-se que o "Lugar", com suas dinâmicas próprias, precisa ser pensado enquanto expressão de singularidades também nos aspectos que o tornam reflexo de culturas mais gerais, perpetuador de práticas discriminatórias e profundas assimetrias de gênero. Nesse sentido, também há que considerar as carências estruturais dos lugares rurais que revitimizam as mulheres afrontando seus direitos humanos fundamentais, de cidadania e a uma vida sem violência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta analítica utilizada nesta tese visou ao aumento das possibilidades de interpretação das violências contra as mulheres, como fenômeno social, embarcado nas distorções, distinções e construtos sociais de gênero, definidor, do que é ser homem ou mulher nas especificidades dos espaços de vida rurais.

Nesse sentido, qualquer que seja a proposta interpretativa para esse contexto social, cartográfico, de números absolutos e percentuais, explorados lado a lado e vírgula a vírgula, solicita ao leitor um esforço de retribuir-lhes complexidade articulada. Apela-se também a valorização da capacidade de indignação para um movimento de mudança de pensamento e ação social frente à prática de atos violentos contra mulheres em qualquer âmbito de ocorrência.

O estudo das relações de gênero e das dinâmicas do rural trata da emergência de uma forma mais consistente de analisar os papéis sociais de mulheres e homens. A compreensão das desigualdades, resultado das assimetrias nas relações homem-mulher, apresenta-se como um componente analítico indispensável para o entendimento entre os sexos. Nesse sentido, ampliaram-se as análises centralizando o gênero em sua complexidade interpretativa para além da percepção de papéis socialmente atribuídos a mulheres e homens. Essa riqueza conceitual foi acrescida de uma tentativa de abordar o tema de maneira multidisciplinar.

Os resultados deste estudo possibilitaram avançar no conhecimento da conformação dos padrões de ocorrência de eventos violentos contra mulheres rurais que, nesse caso, parecem estar intimamente ligados às cidades com os piores números de IDH, ÍNDICE DE GINI, PIB e incidência de pobreza. Cabe ressaltar que em nenhum momento este estudo pretendeu testar hipóteses ou valer-se de qualquer teste estatístico, ao contrário, optou-se pelo desenho descritivo de pesquisa, no entendimento da liberdade e capacidade ampliada de interpretação dos resultados que ele possibilita. O essencial foi poder interpretar sem restrições matemáticas.

Desse modo, pode-se afirmar, com base nos resultados dessa pesquisa e na sua interlocução com a literatura que populações pobres, nesse caso, mulheres rurais, encontram muito mais dificuldades para exercer seus direitos de cidadania no recorte espacial analisado. A relação proposta aqui se centra nas limitações e incapacidades que a pobreza feminina impõe às mulheres rurais para o exercício da cidadania nas suas dimensões de acesso a direitos, ao trabalho e a uma vida digna e sem violência.

Considera-se, dessa forma, que a implementação de políticas de emprego e renda no combate às formas de discriminação baseadas em gênero, bem como entre os grupos sociais vítimas de discriminação (raça/etnia) podem fomentar a promoção da autonomia das mulheres em situação de violência, por meio de estratégias de geração de renda, trabalho e consequente aumento das capacidades para lidar com momento adversos, nesse caso, representado pelas diferentes situações de violência, inclusive patrimonial, a que estão submetidas.

Mulheres jovens, entre 12 e 17 anos, e brancas são mais vitimadas por violências no recorte espacial analisado. A faixa etária é um dos aspectos que mais chama a atenção neste estudo devido à precocidade dos eventos violentos contra as mulheres. Acredita-se que as assimetrias de gênero envolvidas na formatação das situações de violência estão potencializadas no rural e ocorrem cada vez mais cedo para essas mulheres. No que se refere ao tipo de agravo, as lesões corporais com ocorrência aos domingos entre as 12:01 e 18:00 responderam pela maioria dos registros de violência. Nesse mesmo sentido, os casos de estupro chamam a atenção pela alta prevalência sendo, aproximadamente, 7 vezes mais prevalentes que os dados para o RS em 2012 e 17 vezes mais para os dados de 2015. Os casos de estupro são alarmantes do ponto de vista estatístico e tornam o recorte espacial analisado um lugar de vulnerabilidade para a ocorrência de violência sexual contra mulheres. Entende-se que as invisibilidades geográficas do rural aliadas às atitudes machistas, a uma sociedade patriarcal preservada em alguns aspectos, podem justificar, em parte, estes números.

Constatou-se que as tipificações das violências não correspondem a um padrão clássico de ocorrência espacial. As análises cartográficas sugerem que as variáveis relacionadas à renda, ao analfabetismo e às atividades típicas do rural atuam como agentes vulnerabilizantes para violências. Compreende-se que essas variáveis juntas e articuladas a características típicas do rural como a pobreza feminina e as longas distâncias que precisam ser percorridas para denunciar as agressões formem um “continuum” de incapacidades para o exercício mínimo da cidadania com garantia de direitos. As violências são as mais graves formas de violação de direitos, no caso das mulheres agravadas pela dominação de gênero.

Portanto, a ênfase da análise espacial foi explicitar o fenômeno em estudo através da localização espacial, suas propriedades e relacionamentos. Nesse sentido, considera-se que essa ferramenta constitui-se um conjunto de tecnologias de extrema

importância para o planejamento de políticas públicas de saúde eficazes e comprometidas com a epidemiologia local. Assim, a interdisciplinaridade presente nesse tipo de análise pode subsidiar a convergência de entendimentos entre diferentes disciplinas e áreas do conhecimento na compreensão de fenômenos ambientais, nesse caso aqueles que se relacionam com os eventos de violência.

Desse modo, entende-se que a utilização de dados espaciais subsidia a escolha de ações e estratégias para intervenções no campo da saúde, sendo uma ferramenta poderosa para avaliação de fenômenos e processos de adoecimento. Nessa abordagem, a reprodução de fenômenos sociais, como as violência contra mulheres rurais, foi encarada como a reprodução social de atos violentos oriundos de processos históricos culturais dinâmicos, capazes de serem percebidos em representações espaciais. Assim, pretendeu-se contribuir para construção e identificação de informações capazes de influenciar a tomada de decisões e estratégias nas diferentes dimensões do processo de saúde-doença, no que se refere às situações de violência contra mulheres rurais.

Assim, a perspectiva de gênero nas relações sociais do rural necessita agregar novos e diferentes elementos de análise para discutir culturas e posições sociais de mulheres e homens nesse contexto-lugar. Dessa forma, as desigualdades sociais entre os sexos e sua relação espacial assumem papel desafiador e inovador no contexto analítico das assimetrias de poder. É necessário associar ao referencial de gênero as noções de outras áreas do conhecimento, propondo construir conhecimento para além da percepção de que este seja apenas a consideração de “papéis” socialmente atribuídos permanentemente a mulheres e homens. Então, pode emergir uma abordagem transversal e multidisciplinar que proponha um novo jeito de olhar a problemática das violências contra mulheres, do feminino na sociedade, em particular, nos lugares rurais.

Nessa proposta de interpretação para eventos violentos, levou-se em consideração o caráter social e dinâmico das violências. Assim, entendeu-se que a mesma cartografia pode apresentar diferentes possibilidades de análise e de interpretação, dependendo da abordagem utilizada. Entende-se, ao finalizar esta tese, que os eventos violentos analisados sob a perspectiva espacial para os recortes municipais precisam ainda ser pensado de forma micro analítica na dimensão da gestão pública. Sugere-se, então, que uma nova proposta de pesquisa dedique-se ao mapeamento das áreas rurais mais violentas contra as mulheres, na certeza de que

esse conhecimento possibilitaria ações focadas e sem desperdícios de recursos de todas as ordens para o seu enfrentamento.

Defende-se que uma sociedade menos violenta deverá ser precedida pela garantia do estado, no que se refere a serviços públicos de assistência, proteção social e saúde, de acessibilidade a todo cidadãos e cidadãs, em especial, nesse caso, assegurando direitos constitucionais às mulheres rurais. Nesse sentido, argumenta-se, também, a ideia de que a omissão e ausência do estado estimulam as violências no rural ao tranquilizar os agressores para a não criminalização e penalização de seus atos, uma vez que os eventos violentos, mesmo que desvelados, não recebem um olhar qualificado, capaz de interferir concretamente no seu desfecho.

O número de estabelecimentos de saúde municipais parece assumir caráter protetivo contra violência sofrida por mulheres rurais no recorte espacial analisado. Essa interferência dos serviços de saúde na ocorrência desses eventos foi, aqui, atribuída a oportunidade do exercício da cidadania proporcionado nesses momentos de contato com o poder público. Os serviços de saúde representam, nesse momento, de forma única muitas vezes, o estado ao oferecer a possibilidade da denúncia, da queixa e da escuta. Nesse sentido, cabe ressaltar a necessidade do olhar profissional qualificado para além do biológico, da lesão propriamente dita, e a possibilidade de interlocução com uma rede de apoio para sustentar o desejo de fuga da espiral da violência dessas mulheres.

É difícil pensar medidas de enfrentamento para violência a partir de uma única ação ou setor da sociedade envolvido. Nesse aspecto, as redes de atendimento ocupam papel central ao se pensar atendimento qualificado para as consequências de violências. O construto social envolvido em muitas das situações de violência exige o envolvimento de diversos setores sociais para o seu enfrentamento. Nesse contexto de multi necessidades, nasce a proposta de rede de enfrentamento às violências contra as mulheres, cujo conceito está pautado na atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção; e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres nessas situações.

Reconhecendo o papel do setor saúde, a extensão da rede de atendimento em saúde e suas múltiplas e necessárias capacidades de comunicação, são porta de acesso privilegiado para as mulheres nessas situações. Além disso, as redes de

atendimento, podem e devem, subsidiar e serem subsidiadas por políticas públicas de prevenção, promoção, proteção e atenção à violência de gênero, sobretudo em espaços de vida como o rural, que correspondem predominantemente a grandes vazios estruturais de atenção.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da articulação entre as diferentes esferas passíveis de oferecer proteção às mulheres em situação de violência. O foco das políticas públicas e de sua materialização em serviços precisa que as mulheres rurais, da mesma forma que as urbanas, encontrem condições para construir vínculos com os serviços de acolhimento no intuito de estabelecer estratégias de enfrentamento e responsabilização pela sua efetividade intersetorial.

A elaboração de redes de apoio social apresenta-se como fator decisivo na constituição de interfaces entre o sujeito e o sistema social. Nesse sentido, entende-se que a percepção que a pessoa tem de seu contexto, como se articula com ele e constrói estratégias e competências para estabelecer vínculos e competências de enfrentamento, pode oferecer maior proteção e diminuição de danos. Dessa forma, acredita-se que a construção de uma rede de apoio social às mulheres rurais em situação de violência pode contribuir para o aumento da competência individual, das suas capacidades para lidar com as situações de vulnerabilidade em todos os momentos do seu cotidiano e em diferentes âmbitos sociais. Sendo assim, em uma ótica ampliada, pensa-se na intersetorialidade das redes de proteção e das redes sociais a partir da articulação de serviços sociais, de saúde e de segurança pública capazes de intervir efetivamente para a resolução das situações de violência nesse âmbito.

A complexidade dos dados deste estudo, a partir da abordagem ampliada de análise, permitiu aprofundar a compreensão dos diversos fatores que compõem o cenário de relações e construtos para as situações de violência do grupo de mulheres estudado através dos BOs. Foi possível, nesse sentido, constatar que mulheres rurais em situação econômica desfavorável estão mais vulneráveis a eventos violentos, uma vez que a falta de recursos financeiros limita condições ou mesmo impede que essas mulheres sejam autônomas. As consequências dessas limitações de renda, escolaridade, entre outras podem refletir em incapacidade para o enfrentamento da violência, fortemente relacionada a dificuldades de interpretação da realidade, de acesso e acessibilidade a serviços estatais e estratégias estruturadas de enfrentamento.

As reflexões aqui propostas caminharam no sentido de melhor compreender a diversidade de elementos e informações necessárias para abordar o tema. Diferente de um estudo epidemiológico “retilíneo”, a proposta analítica utilizada precisou apoiar-se em conceitos e discussões que ultrapassam a materialidade dos números, percentuais, ou mesmo, taxas representadas em bases cartográficas. Estudar a constituição das situações de violência contra mulheres rurais exigiu ir além, para o campo da imaterialidade, do simbólico, daquilo que é construto social e que tem reverberação ao longo dos anos nos lugares, na vida pessoal e nas relações sociais das pessoas.

Considera-se que os resultados deste estudo acadêmico possam subsidiar ações nos serviços de saúde, segurança pública, sociedade civil na elaboração de propostas de intervenção capazes de fazer frente às situações de violência contra mulheres rurais com consistência e efetividade. Entende-se que a mudança desse paradigma de atenção virá a partir de uma rede estruturada de enfrentamento, com qualidade e efetividade para proteger e punir, sendo esta a resposta do estado aos agressores. No entanto, outros problemas ainda parecem distantes de solução, como a má distribuição de renda, aumento da pobreza feminina e permanência das relações patriarcais fundamentadas no gênero.

Alheia a rótulos, embora situada dentro dos desenhos epidemiológicos de pesquisa, esta tese não pretendeu limitar-se a contar BOs, vítimas, suas lesões, e seus desfechos apenas. Suas relações interessam, mas, na verdade, ao fim deste texto, reconhece-se que todo esse esforço analítico cumpre seu verdadeiro papel ao evidenciar as violências contra mulheres, sobretudo rurais, e possibilitar avanços reflexivos para o seu reconhecimento. Nesse sentido, admite-se o caráter limitado dos registros, a subnotificação expressa nos números diante da magnitude desses eventos na atualidade. O grupo analisado representa uma pequena parte do total desses eventos, a imensa maioria permanece sem ser identificada e considerada pelo poder público. Outro aspecto a ser reconhecido é atribuído à complexidade necessária à compreensão dessa problemática e de suas incontáveis possibilidades de transmutação e de representações sociais. Por fim, assume-se que nenhum estudo tem começo e fim nele mesmo, sendo este texto um recorte arbitrado do conhecimento, com base no tempo e lugar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N. Integração metodológica na pesquisa em saúde: nota crítica sobre a dicotomia quantitativo-qualitativo. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Org.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz. p. 143-156, 2003.
- ALMEIDA, J. et al. Pesquisa interdisciplinar na pós-graduação: (des)caminhos de uma experiência em andamento. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n. 2, p. 116-140, 2004.
- ANDRADE, V.L.P. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Direito público**, n.17, 2007.
- ANDRADE, L.; FILHO, H.B. A INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DO INTERIOR PAULISTA. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 6, n. 1, p. 192-217. 2016.
- AYRES, J.R.C.M.; FRANÇA, J.I.; CALAZANS, G.J.; SALETTI FILHO, H.C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C.M. (Org). **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 117-139.
- BARATA, R.C.B. O desafio das doenças emergentes e a revalorização da epidemiologia descritiva. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, n. 5, p. 531-7, 1997.
- BARCELLOS, C.C. et al. Organização espacial, saúde e qualidade de vida: análise espacial e uso de indicadores na avaliação de situações de saúde. **Inf. Epidemiol. SUS**, v.11, n.3, p. 129-138, 2002.
- BERNARDES, E.A.B.; FARIA, H.M. Pequenas cidades e a incorporação do conceito de sustentabilidade em suas políticas de desenvolvimento. 2013. Disponível em: <www.2coninter.com.br/artigos/pdf/668.pdf>. Acesso em 09 Jan. 2015.
- BONFIM, E.G.; COSTA, M.C.; LOPES, M.J.M. Vulnerabilidade das mulheres à violência e danos à saúde na perspectiva dos movimentos sociais rurais. **Athenea Digital**, v.13, n.2, p.193-205, 2013.
- BONFIM, E.G.; LOPES, M.J.M.; PERETTO, M. Os registros profissionais do atendimento pré-natal e a (in)visibilidade da violência doméstica contra a mulher. **Escola Anna Nery**, v.14, n.1, 2010.
- BRASIL. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.34, n.4, p.427-430, 2000.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Rede de Enfretamento à Violência contra a Mulher. Disponível em: <https://sistema3.planalto.gov.br//spmu/atendimento/atendimento_mulher.php>. Acesso em 05 ago. 2014.

_____. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 05 ago. 2014.

BOLFÉ et al. Uso e ocupação das terras da metade sul do Rio Grande do Sul, Brasil. In: Congresso internacional de ingeniería agrícola, 6, 2010, Chillán, Chile, Anais, Embrapa Monitoramento por Satélite (CNPM), 2010. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/25937/1/35oral.pdf>>. Acesso em 19 nov. de 2016.

BUENO, A.L.M. **Os acidentes na atenção básica de saúde: tipologias, vítimas e territórios em uma região do município de Porto Alegre/RS**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.

BUENO, A.L.M.; LOPES, M.J.M. Da Cartografia ao Território: desafios para os estudos espaciais na área da saúde. **Ciência Cuidado e Saúde**, v.13, n.3, p. 571-76, 2014.

BOURDIEU, P.K. **A dominação masculina**. 11^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160p.

CÂMARA, G., et al. Análise espacial de áreas. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/cap5-areas.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

CARDOSO, L. Como está a desigualdade de gênero entre os estados brasileiros? 2013. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2013/02/como-esta-a-desigualdade-de-genero-entre-os-estados-brasileiros.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2016.

CARLOTO, C.M.; GOMES, A.G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.105, p. 131-145, 2011.

CARNEIRO, A.A.; FRAGA, C.K. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. **Serviço Social & Sociedade**, n.110, p. 369-397, 2012.

CASTILHO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade e Natureza**, v.22, n. 3, p. 461-74, 2010.

CAVALCANTE, M.B. O lugar no mundo e o mundo no lugar: a geografia da sociedade globalizada. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 40, p. 91 – 95, 2011.

CAPUCHO, M.C.; JARDIM, A.P. Os pomeranos e a violência: a percepção de descendentes de imigrantes pomeranos sobre o alto índice de suicídio e homicídio na Comunidade de Santa Maria de Jetibá. **Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v.6, n.1, p. 36-53, 2013.

COMIN et al. **Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações**. Uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional. 2006. 121p. Projeto de pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. 2006.

COSTA, M.C. **Violência contra mulheres rurais, agendas públicas municipais e práticas profissionais de saúde: o visível e o invisível na inconsciência do óbvio**. Tese (Doutorado em enfermagem). Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2012.

COSTA, D.C.; BÜCHELE, F. Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.17, n.2, p.69-81, 2008.

COSTA, M.C.; LOPES, M.J.M. Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v.46, n.5, p.1088-95, 2012.

COSTA, M.C.; LOPES, M.J.M.; SOARES, J.S.F. Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p. 162-68, 2015.

CORONEL, D.A.; ALVES, F.D.; SILVA, M.A. Notas sobre o processo de desenvolvimento da metade sul e norte do estado do Rio Grande do Sul: uma abordagem comparativa. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v.3, n, 2. p. 27-43, 2007.

CUTTER, L.S. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, p. 59-69, 2011.

D'ALGE, J.C.L. **Cartografia para geoprocessamento**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap6-cartografia.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

DAGORD, A.L.L. **Viva Maria: dez anos**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

DATASUS. Departamento de Informática do SUS. **Informações de Saúde**.

Disponível em:

<<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/ext10>>. Acesso em 18 jul. 2014.

DOSSI, A.P. et al. Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas em um município do Estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.8, p.1939-1952, 2008.

DUTRA, M.L. et al. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro v.18, n.5, p.1293-1304, 2013.

ETGES, V.E. Desenvolvimento regional: uma análise da metade sul do Rio Grande do Sul, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 13, n. 2, p. 169-186, 2010.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres em meio rural. In: BUTTO, A. (Org). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

FEGHALI, J.; LENGROBER, J.; MENDES, C. **Reflexões sobre a violência urbana – (In)Segurança e (Des)Esperança**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2006.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, p. 14-34, 2005.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Forma de família e socialização: novos desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Nº especial/2º sem., 1994.

FRANÇA, L. G. Políticas públicas no Brasil desde o enfoque dos direitos humanos: breve estudo sobre a perspectiva da igualdade de gênero. **Revista Diálogos Possíveis**, Salvador, n. 2, p. 43-52, 2015.

FREITAS, G.L., et al. Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 424-8, 2009.

GERHARDT, T.E.; LOPES, M.J.M. Pensar o rural e a saúde: elementos teóricos e metodológicos. In: GERHARDT, T.E.; LOPES, M.J.M. (Org). **O rural e a saúde: compartilhando teoria e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 15-28.

GIRARDI, E.P. O rural e o urbano: é possível uma tipologia? 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/modulo_b/a12.pdf>. Acesso em 20 dez. 2014.

GOMES, P.C.C. Sobre territórios, escalas e responsabilidade. In: HEIDRICH, A.L.; COSTA, B.P.; PIRES, C.L.Z.; UEDA, V. (Org). **A emergência da**

multiterritorialidade. Canoas: Ed. ULBRA/Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 37-46.

GOMES, C.A.; BATISTA, M.F. Femicídio: paradigmas para análise da violência de gênero com apontamentos a Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/57571c15-0bd8-498c-baca-599dde5e74cf/artigo_gt-dir_claudia-mirela_vii-spi.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em 25 jul. 2016.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Org). **Territórios e territorialidades.** São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 95-120.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609. 2007.

ILHA, M. M.; LEAL, S. M. C.; SOARES, J. S. F. Mulheres internadas por agressão em um hospital de pronto socorro: (in)visibilidade da violência. **Revista Gaúcha Enfermagem.** Porto Alegre: v. 31, n. 2, p. 328-334, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2010: resultados preliminares do universo.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/conceitos_e_definicoes_censo_2010.pdf>. Acesso em 15 dez. 2014.

_____. **Cidades.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 19 nov. 2016.

Instituto Patrícia Galvão. Femicídio: como coibir a mais extrema violência contra as mulheres. n.3, 2013. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/documents/112957/4891878/Inf_3.pdf>. Acesso em 25 jul. 2016.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil.** 2014a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em 18 jul. 2014.

_____. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde.** 2014b. Disponível em: <<http://cdca-ro.org.br/site/wp-content/uploads/2015/05/Nota-Tecnica-IPEA-Estupro-no-Brasil.pdf>>. Acesso em 26 mai. 2016.

_____. **Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha.** 2015a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2048.pdf>. Acesso em 05 jun. 2016.

_____. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres no Brasil.** 2015b. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150302_nt_die_st_13.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2016.

JUNGES, J.R.; BARBIANI, R. Interfaces entre território, ambiente e saúde na atenção primária: uma leitura bioética. **Revista Bioética**, Brasília (DF), v.21, n.2, p.207-17, 2013.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M.J.M.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (Org). "**Gênero e Saúde**". Ed. Artes Médicas, 1996.

KIND, L., et al. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.29, n.9, p.1805-1815, 2013.

LEAL, S.M.C. "**Lugares de (não) ver?**" – **As representações sociais da violência contra a mulher na atenção básica de saúde**. 2010. 308 f. Tese (Doutorado em enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

LEAL, S.M.C. **Violência como objeto da assistência em um hospital de trauma: o "olhar" da enfermagem**. 2003. Dissertação (Mestrado em enfermagem). Escola de Enfermagem, da Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2003.

LEAL, S.M.C.; LOPES, M.J.M; GASPAR, M.F.M. Representações sociais da violência contra a mulher na perspectiva da enfermagem. **Interface - Comunicação, Saude e Educação**, Botucatu, v.15, n.37, p.409-24, 2011.

LINDNER, M.; ALVES, F.D.; FERREIRA, E.R. Presença da ruralidade em municípios gaúchos: o exemplo de Silveira Martins, RS. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, p.1-15, 2009.

LOMBARDI, M.R. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. In: BUTTO, A. (Org). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p. 123-158.

LOPES, J.G. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v.16, n.2, p.23-30, 2012.

LOPES, M.J.M. Violência contra mulheres em áreas rurais sob o olhar da saúde. In: GERHARDT, T.E.; LOPES, M.J.M. (Org). **O rural e a saúde: compartilhando teoria e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 77-86.

LOPES, M.J.M.; LEAL, S.M.C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 105-125, 2005.

LORENZONI, C. **Violência nas relações de gênero e classe; uma interpretação a partir das mulheres camponesas do Rio Grande do Sul.** *Libertas*, Juiz de Fora, edição especial, p. 80-97, 2007.

LUCENA K.D.T., et al. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 6, p.1111-21, 2012.

LULIANELLI, J.A. Violência nas áreas rurais. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_07.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2016.

MADUREIRA, A.B., et al. Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p.600-606, 2014.

MARANDOLA JR. E, et al. Mobilidade e vulnerabilidade no litoral Norte de São Paulo: articulações escalares entre o lugar e a região na urbanização contemporânea. **Revista Espinhaço**, Diamantina, v.3, n.1, p.110-126, 2014.

MARANDOLA JR. E.; HOGAN D.J. Vulnerabilidade do lugar vs. Vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p.161-181, 2009.

MASON, J. **Qualitative researching**. London: Sage Publications, 1996.

MELO, H.P.; SABBATO, A. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, A. (Org). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p. 31-117.

MENEGHEL, S.N.; HIRAKATA, V.N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.45, n.3. p. 564-74, 2011.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC, 2008.

MINAYO, M.C.S. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.(Org). **Violência sob o olhar da saúde:a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 23-47.

MONKEN, M. Contexto, território e o processo de territorialização de informações: desenvolvendo estratégias pedagógicas para a educação profissional em vigilância em saúde. In: BARCELLOS, C. (Org). **A geografia e o contexto dos problemas de saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2008. p. 141-164.

MÜLLER, E.P.L; CUBAS, M.R.; BASTOS, L.C. Georreferenciamento como instrumento de gestão em unidade de saúde da família. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF), v.63, n.6, p.978-82, 2010.

NETO, A.S.L., et al. Epidemiologia descritiva: características e possibilidades de uso. In: ROUQUAYROL, M.Z.; SILVA, M.G.C. **Epidemiologia e Saúde**. Rio de Janeiro: MEDBOOK, 2013. 736 p.

NICOLAIDES, C. Geração de dados e categorias a serem analisadas em pesquisa sobre a autonomia do aprendiz de línguas. **Revista Crop**, Rio de Janeiro, p. 193-219, 2007.

NOSSA, P.N. Linhas de investigação contemporâneas na Geografia da Saúde e a noção holística da saúde. In: BARCELLOS, C. (Org). **A geografia e o contexto dos problemas de saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2008. p. 35-62.

NUSSBAUM, M. **Capacidades como titulações fundamentais: Sen y la justicia social**. Bogotá: Universidad del Externado de Colombia, 2005.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10. 2008. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

PASINATO, W.; SANTOS, C.M. Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Universidade Estadual de Campinas PAGU/UNICAMP, 2008. Disponível em: <http://www.observatorioseguranca.org/pdf/MAPEO_Brasil%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2016.

PAZ, P.O. **Violência física e homicídios em mulheres rurais: vulnerabilidade de gênero e iniquidades sociais**. Dissertação (mestrado em enfermagem). Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2013.

PAZ, P.O.; LOPES, M.J.M. Vulnerabilidades de gênero ao homicídio de mulheres rurais. In: GERHARDT, T.E.; LOPES, M.J.M. (Org). **O rural e a saúde: compartilhando teoria e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 87-102.

PINTO, N.M.A.; PONTES, F.A.R.; SILVA, S.S.C. A rede de apoio social e o papel da mulher na geração de ocupação e renda no meio rural. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v.21, n.2, p. 297-315, 2013.

PONTE, K.F. (Re) Pensando o Conceito do Rural. **Revista Nera**. n. 4, 2004. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1477>>. Acesso em 27 jan. 2017.

REIS, R.C. Espaço, território e territorialidades: aspectos conceituais fundamentais. **Revista Castelo Branco Científica**, Colatina, n.3, p. 1-19, 2013.

RESENDE, J. P.; ANDRADE, M.V. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.41, n.1, p.173-195, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. Divisão de Estatística Criminal. Estudo Técnico – Homicídio Set/2006 a Jun/2008; 2009. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>>. Acesso em 05 ago. 2014.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Divisão de Estatística Criminal. Dados da Violência Contra Mulher. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=196&id=16765>>. Acesso em 05. ago. 2014.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Observatório da Violência Contra Mulher. Indicadores da Violência Contra Mulher. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=301>>. Acesso em 21. jul. 2016.

RODRIGUES, C.S., et al. Acidentes e violências entre mulheres atendidas em Serviços de Emergência Sentinela - Brasil, 2009. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.9, p.2319-2329, 2012.

SANTOS, J.A.L. O conceito de espaço rural e as políticas de governo no Brasil. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n. 07, p. 95-110, 2011.

SANTOS, S.M. Desigualdades socioespaciais em saúde: incorporação de características da vizinhança nos modelos de determinação em saúde. In: BARCELLOS, C. (Org). **A geografia e o contexto dos problemas de saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2008. p. 35-62.

SANTOS, L.C.C. Violência e criminalidade: Um estudo dos dados existentes em Teresina – PI. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11448>. Acesso em: 21 ago. 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de bolso. 2010.

SILVA, L.G. *Violência doméstica à luz da Lei Maria da Penha*. **Conteúdo Jurídico**, Brasília (DF), 2013.

SIMIONATO, G.N.; MICHILES, R. Femicídio: uma realidade brasileira. **Revista de Produção Acadêmico-Científica**, Manaus, v.2, n.1, 2015.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Sobre a delimitação do rural: atualizando o debate sobre as metodologias que desmitificam o fim do rural no Brasil. In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G.F.W.; SCHNEIDER, S. (Org). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. Ed. UFRGS, 2014. p. 185-203.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M.A.V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v.8, n.15, p.117-149, 2000.

SCHRAIBER, B.; D'OLIVEIRA, A.P.L. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v.5, n.3, p. 11-27, 1999.

SCHRAIBER, L.B., et al. Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1019-1027, 2009.

SCHRAIBER, L.B.; D'OLIVEIRA, A.F.P.L.; COUTO, M.T.F. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, p.205-216, 2009.

SCOTT, J.W. Género: ¿Todavía una categoría útil para el análisis? **La manzana de la discordia**, Cali, n. 6, n. 1, p. 95-101, 2011.

SEVALHO, G.; STOTZ, E. A cartografia simbólica do risco epidemiológico: uma incursão ao pensamento de Boaventura de Sousa Santos. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.3, p. 899-917, 2012.

Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN. **Tabulação de dados**. Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/dh?sinannet/violencia/bases/violebrnet.def>>. Acesso em 06 jun. 2016.

SIQUEIRA, T.L. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. **Revista Artemis**, João Pessoa, v.8, p. 110-117, 2008.

SOARES, B. **Enfrentando a Violência contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 64 p.

SOARES, J.S.F. **Violências nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes do ensino médio de escolas públicas e privadas de Porto Alegre: prevalência e rede de apoio**. Dissertação (mestrado em enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2012.

SOARES, J.S.F. **NEM NORMAL, NEM PATOLÓGICO – MULHERES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA: revelando sentidos para a atenção e o cuidado**. 2016. Tese (doutorado em enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2016.

SOARES, J.S.F.; LOPES, M.J.M.; NJAINE, K. Violência nos relacionamentos afetivo-sexuais entre adolescentes de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: busca de ajuda e rede de apoio. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.29, n.6, p. 1121-1130. 2013.

SOARES, J.S.F; LOPES, J.S.F. Biografias de gravidez e maternidade na adolescência em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 802-810, ago 2011.

SODER, R. M. **Saúde e Saneamento no Meio Rural em 8 Municípios da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul**. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

SOUZA, M.L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Org). **Territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 57-72.

STADUTO, J.A.R. Desenvolvimento e Gênero: um olhar sobre o rural a partir da perspectiva de Amartya Sen. In: STADDUTO, J.A.R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C.A. **Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 70-85.

STAMM, C., et al. A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. **Interações**, Campo Grande, v.14, n.2, p. 251-265, 2013.

TONEZER, C. **Velhices rurais na perspectiva do desenvolvimento social ampliado – estudo de casos múltiplos na metade sul do rio grande do sul**. 2014. 182 F. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Economia. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. **Programa de Pesquisa Interdisciplinar “Evolução e diferenciação da agricultura, transformação do meio natural e desenvolvimento sustentável em espaços rurais do sul do Brasil”**. Porto Alegre, 2000. Acordo CAPES-COFECUB n° 330/2000.

VELOSO, M.M.X., et al. Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.5, p.1263-1272, 2013.

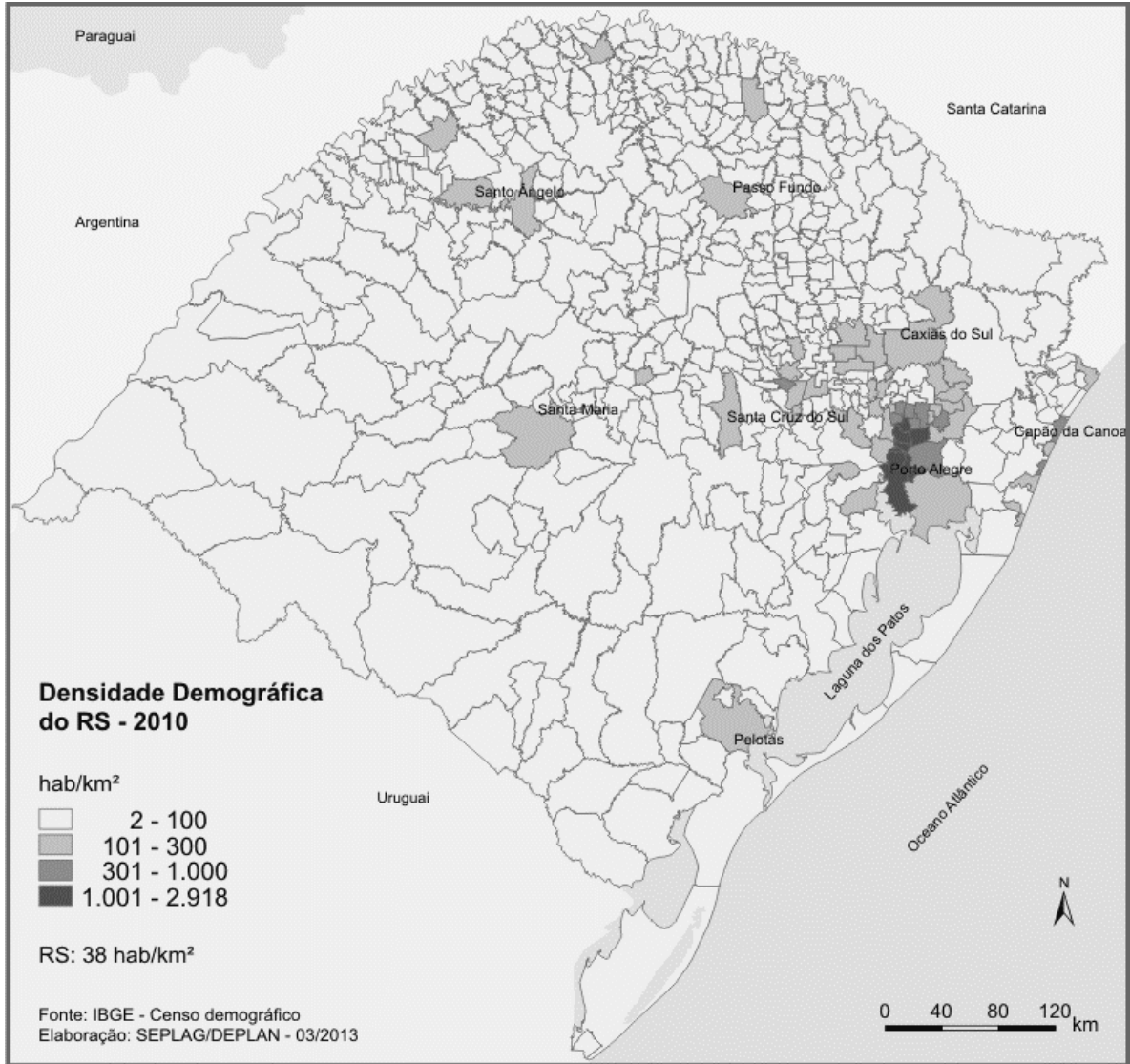
VENTURI, G.; RECAMÁN, M. As mulheres brasileiras no início do século XXI. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M; OLIVEIRA, S. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Perseu Abramo; 2004, p. 15-29.

VERSCHOORE FILHO, J.R.S. **Metade Sul: uma análise das políticas públicas para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**. 2000. 170 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2000.

WAISESFISZ, J.J. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no brasil. 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em 29 ago. 2016.

WINCK, G.E. **Violências e relações de gênero: vivências de mulheres de uma casa-abrigo**. Tese em homologação (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ANEXO A - DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO RS (2010)



APÊNDICE A – TABELA DESCRITIVA DE VARIÁVEIS

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Taxa de violência	Compreende todos os tipos de violência contidos nos Bos (lesões corporais, crimes sexuais e feminicídios), dividido pela população de mulheres rurais do município. Taxa produzida para 100 mulheres rurais.
Taxa de lesão corporal	Compreende os registros de lesão corporal e lesão corporal leve, dividido pela população de mulheres rurais do município. Taxa produzida para 100 mulheres rurais.
Taxa de crimes sexuais	Compreende os registros de estupro, assédio sexual e crimes sexuais contra vulneráveis, dividido pela população de mulheres rurais do município. Taxa produzida para 1.000 mulheres rurais.
Taxa de estupros	Compreende os registros de estupro, dividido pela população de mulheres rurais do município. Taxa produzida para 1.000 mulheres rurais.
Taxa de feminicídios	Compreende os registros de homicídios, homicídios dolosos e culposos, dividido pela população de mulheres rurais do município. Taxa produzida para 10.000 mulheres rurais.
Renda rural domiciliar média (R\$)	Rendimento mensal domiciliar per capita nominal (valor médio).
Taxa de analfabetismo	Compreende a diferença entre a população rural feminina e população rural feminina alfabetizada, dividido pela população rural feminina. Taxa produzida para cada 10 mulheres rurais.
Taxa de trabalho tipicamente rural	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência cuja atividade do trabalho principal era agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, dividido pela população do município. Taxa produzida para 100 habitantes.
Mulheres responsáveis por domicílio	Compreende o número de mulheres sem responsabilidade compartilhada na família, dividido pela população rural feminina. Taxa produzida para 10 mulheres rurais.
Produto Interno Bruto (PIB)	Soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos pelo município em um período determinado, dividido pela quantidade de habitantes.
Incidência da Pobreza	Estimativa do percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza. Pobreza é definida pelo IPEA a partir dos critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), tendo em vista a estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa.
Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	Medida resumida do progresso, a longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Numericamente, varia de zero a um, e os valores são interpretados da seguinte maneira: muito baixo (0,000-0,499), baixo (0,500-0,599), médio (0,600-0,699), alto (0,700-0,799) e muito alto (0,800-1,000).
Índice de Gini (IG)	Instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo ao apontar a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, o valor zero representa a situação de igualdade.
Taxa de violência física	Compreende o número de registros de violência física, segundo o Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), dividido pela população de mulheres do município. Taxa produzida para 1.000 mulheres.
Taxa de violência sexual	Compreende o número de registros de violência sexual, segundo o Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), dividido pela

	população de mulheres do município. Taxa produzida para 1.000 mulheres.
Taxa de estupro	Compreende o número de registros de estupro, segundo o Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), dividido pela população de mulheres do município. Taxa produzida para 1.000 mulheres.
Taxa de óbitos por agressões	Compreende o número de óbitos por agressões, segundo o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), dividido pela população de mulheres do município. Taxa produzida para 1.000 mulheres.
Taxa de lesão corporal (Figura 5)	Compreende os registros de lesão corporal e lesão corporal leve entre as cidades do RS, dividido pela população de mulheres do município. Taxa produzida para 1.000 mulheres.
Taxa de feminicídios (Figura 5)	Compreende os registros de homicídios, homicídios dolosos e culposos entre as cidades do RS, dividido pela população de mulheres do município. Taxa produzida para 10.000 mulheres.
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Informática do SUS (DATASUS), elaboração da tabela BUENO, A.L.M, agosto de 2016.	

APÊNDICEB – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DOS DADOS

À Divisão de Estatística Criminal
Secretaria de Segurança Do RS
Ten. Cel. Luís Fernando de Oliveira Linch

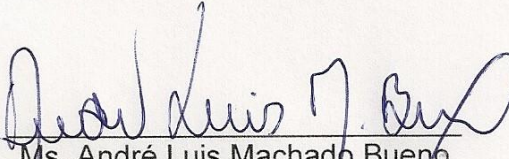
Porto Alegre, 17 de março de 2015.

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicitamos sua concordância para que o doutorando André Luis Machado Bueno do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da UFRGS, colete dados referentes à pesquisa: **“Espaços e territórios constituintes das situações de violência contra mulheres rurais na metade sul do Rio Grande do Sul”** sob orientação da professora Dra. Marta Julia Marques Lopes. A referida pesquisa será desenvolvida com base nas informações da Divisão de Estatísticas Criminais. Por se tratar de uma pesquisa nos boletins de ocorrência envolvendo informações de seres humanos, é determinação da Comissão de Pesquisa da Escola de Enfermagem a concordância do serviço envolvido.

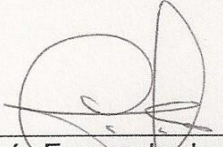
Na certeza de contar com vosso apoio, desde já agradeço, colocando-me a disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,



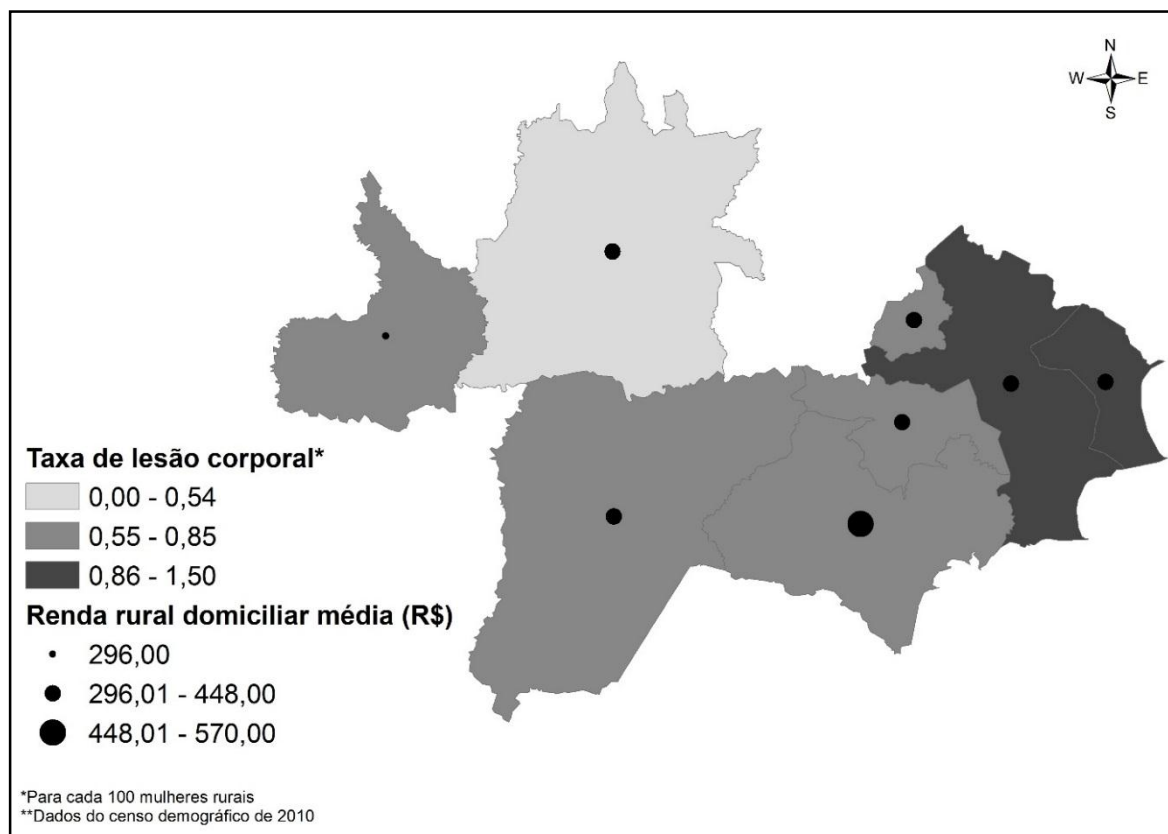
Ms. André Luis Machado Bueno
Doutorando/PPGENF/UFRGS

Autorizo a coleta,



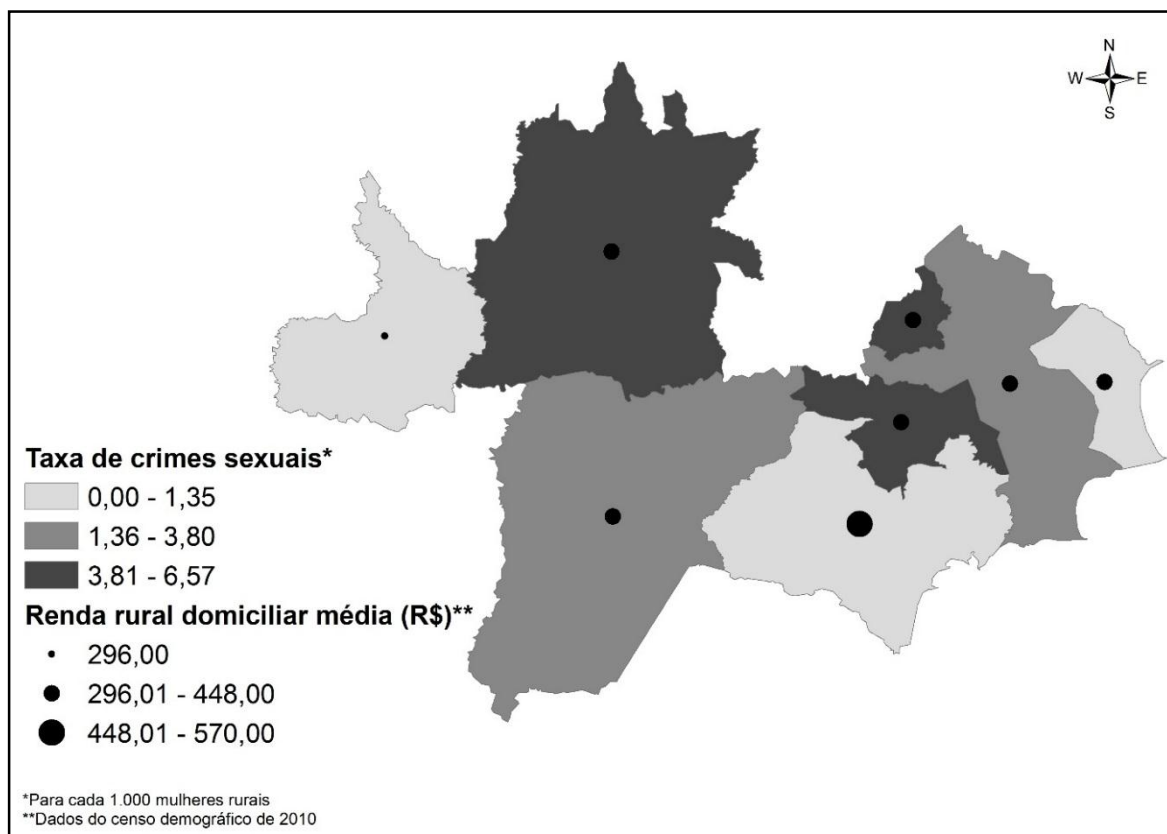
Ten. Cel. Luís Fernando de Oliveira Linch
Chefe da Divisão de Estatística Criminal
Secretaria de Segurança Pública/RS

APÊNDICE C – TAXAS DE LESÕES CORPORAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADAS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E RENDA RURAL DOMICILIAR MÉDIA (R\$)



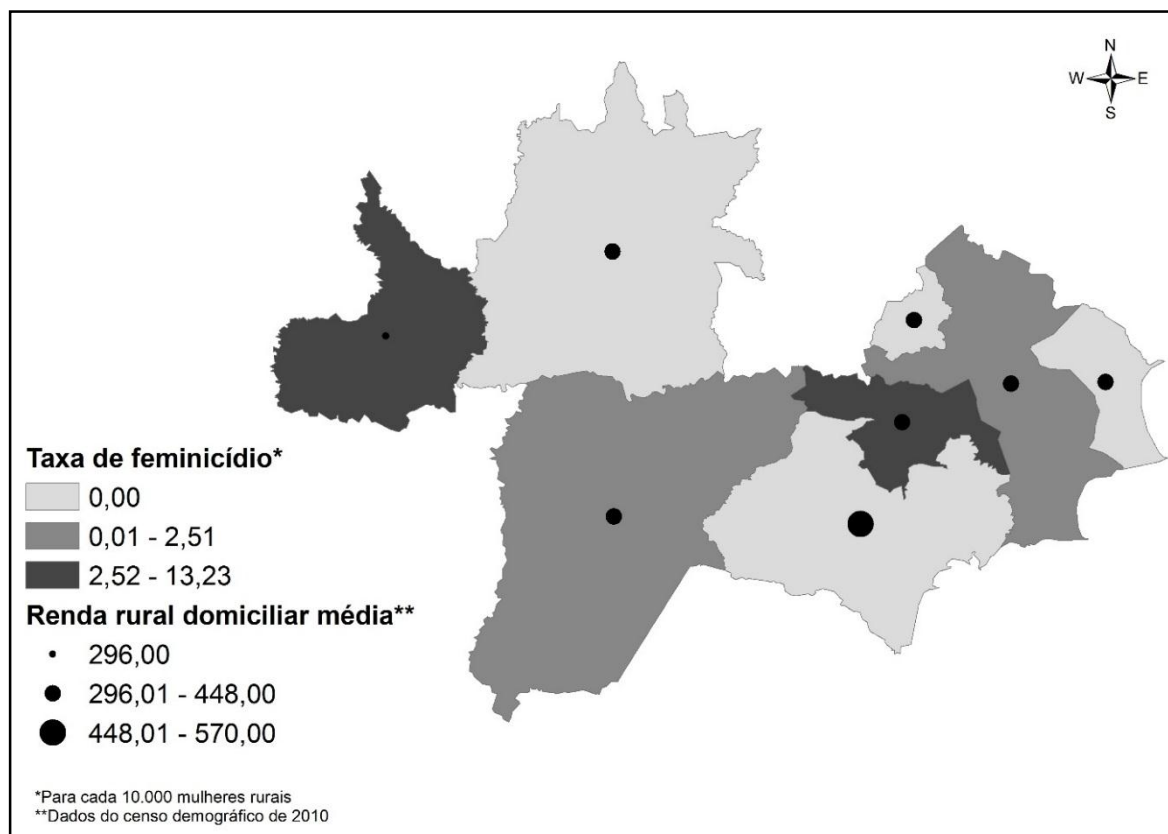
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

APÊNDICE D - TAXAS DE CRIMES SEXUAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO, E RENDA RURAL DOMICILIAR MÉDIA (R\$)



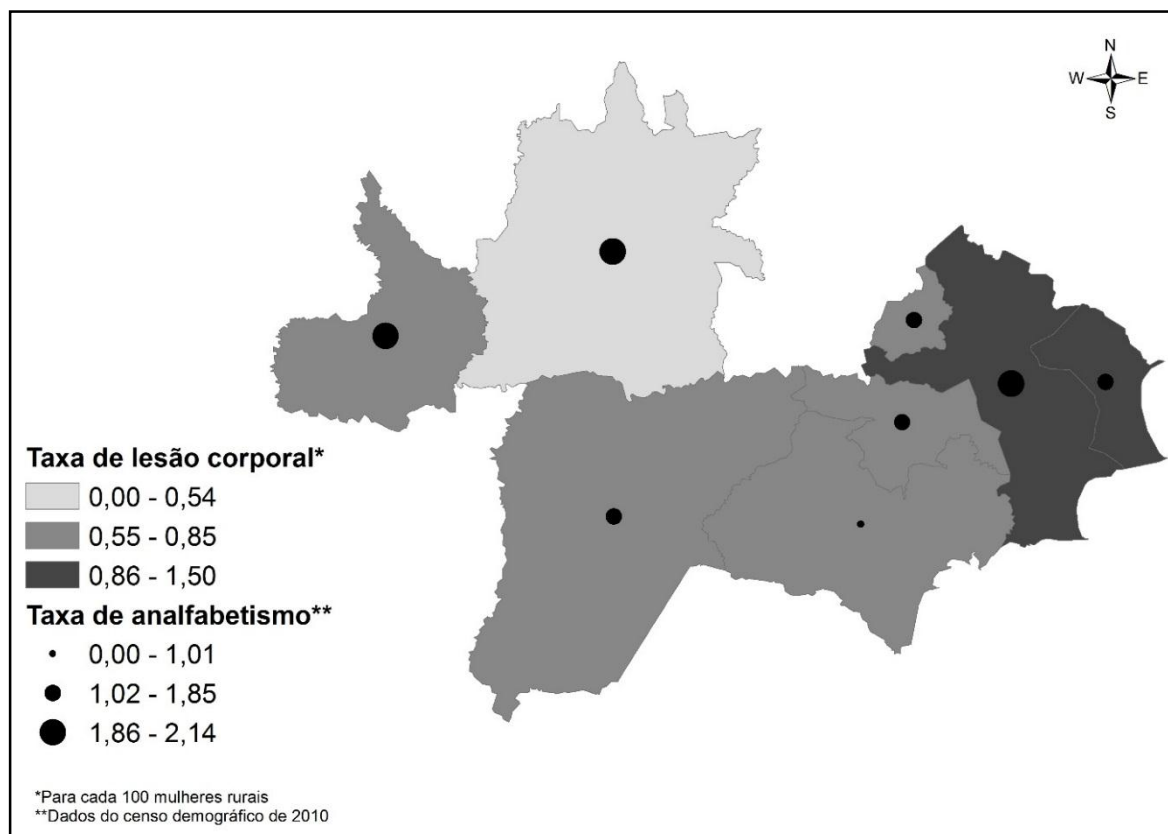
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

APÊNDICE E - TAXAS DE FEMINICÍDIOS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO, E RENDA RURAL DOMICILIAR MÉDIA



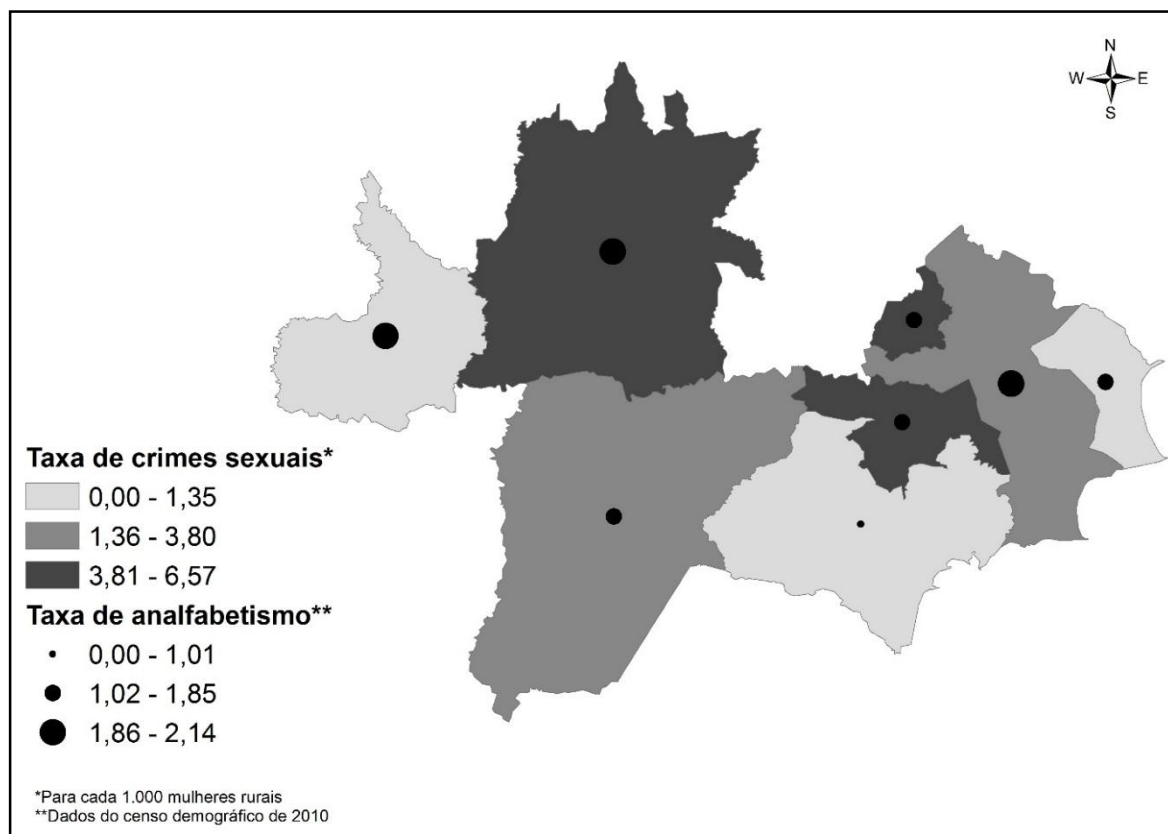
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

APÊNDICE F - TAXAS DE LESÕES CORPORAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADAS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE ANALFABETISMO



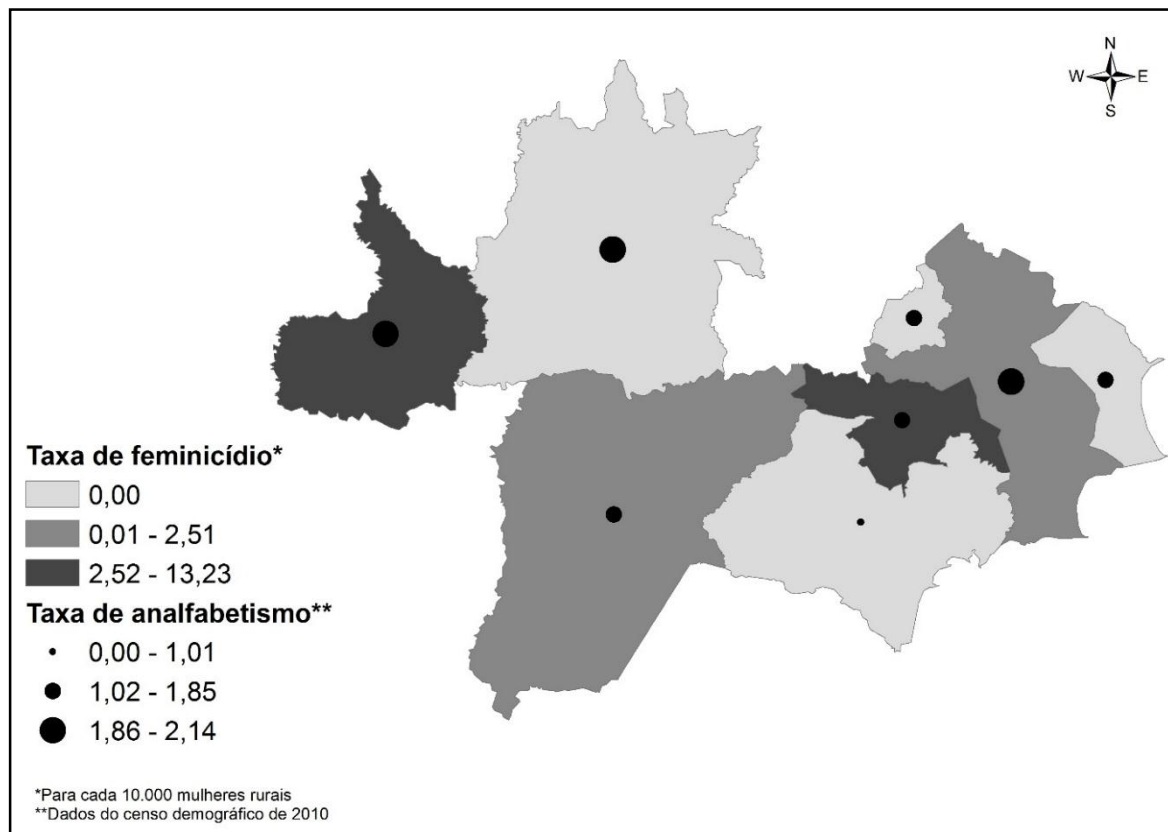
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

APÊNDICE G - TAXAS DE CRIMES SEXUAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE ANALFABETISMO



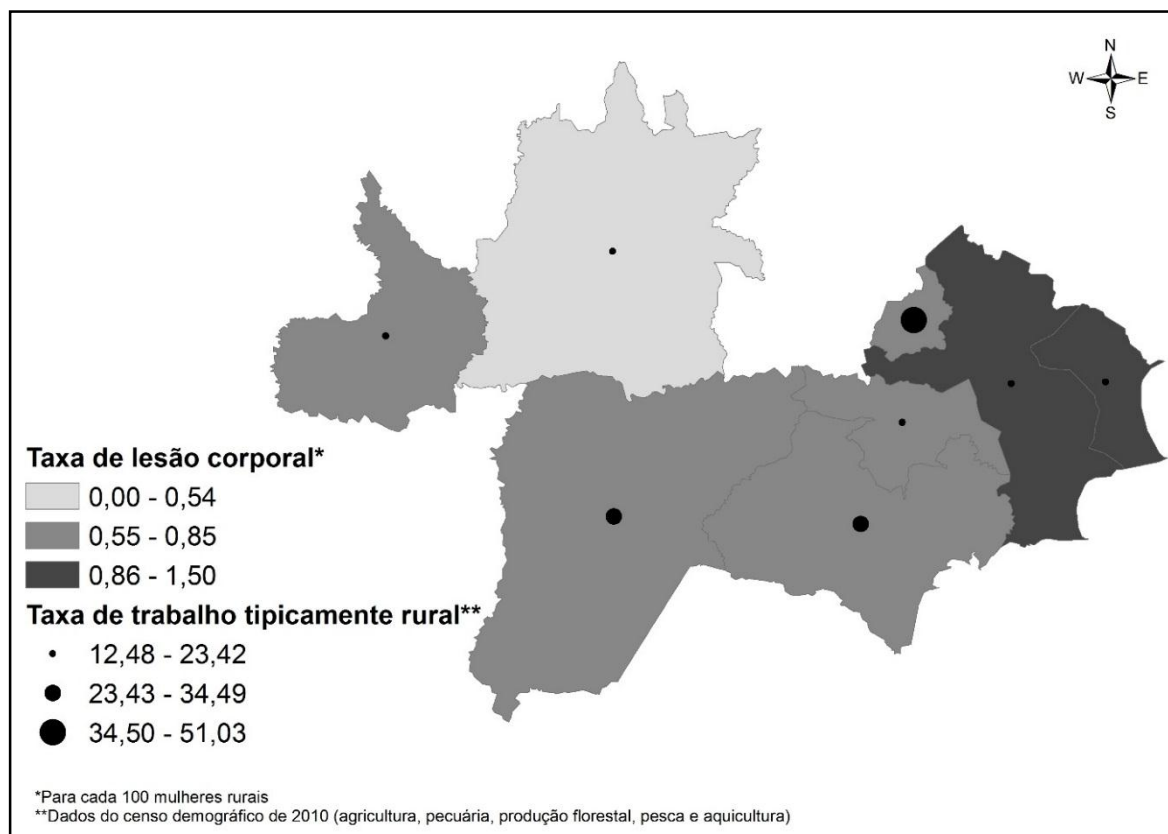
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

APÊNDICE H - TAXAS DE FEMINICÍDIOS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE ANALFABETISMO



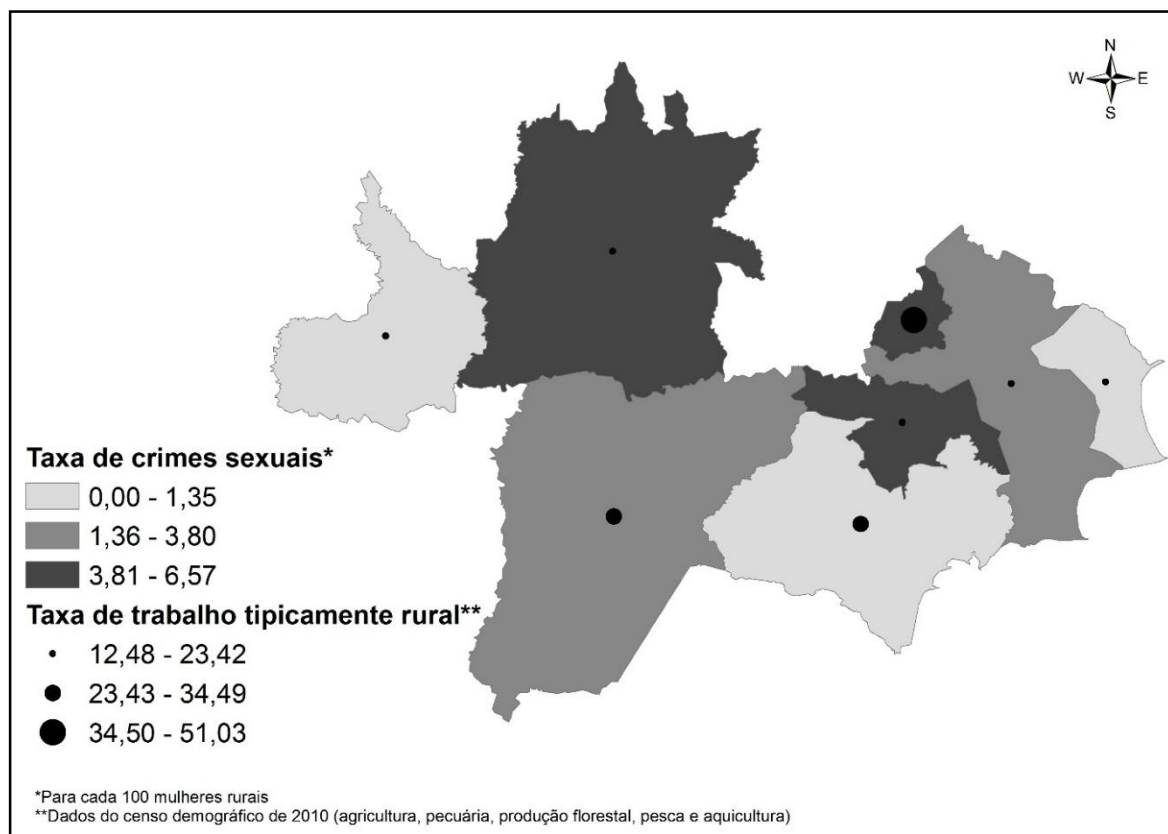
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

APÊNDICE I - TAXAS DE LESÕES CORPORAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADAS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE TRABALHO TIPICAMENTE RURAL



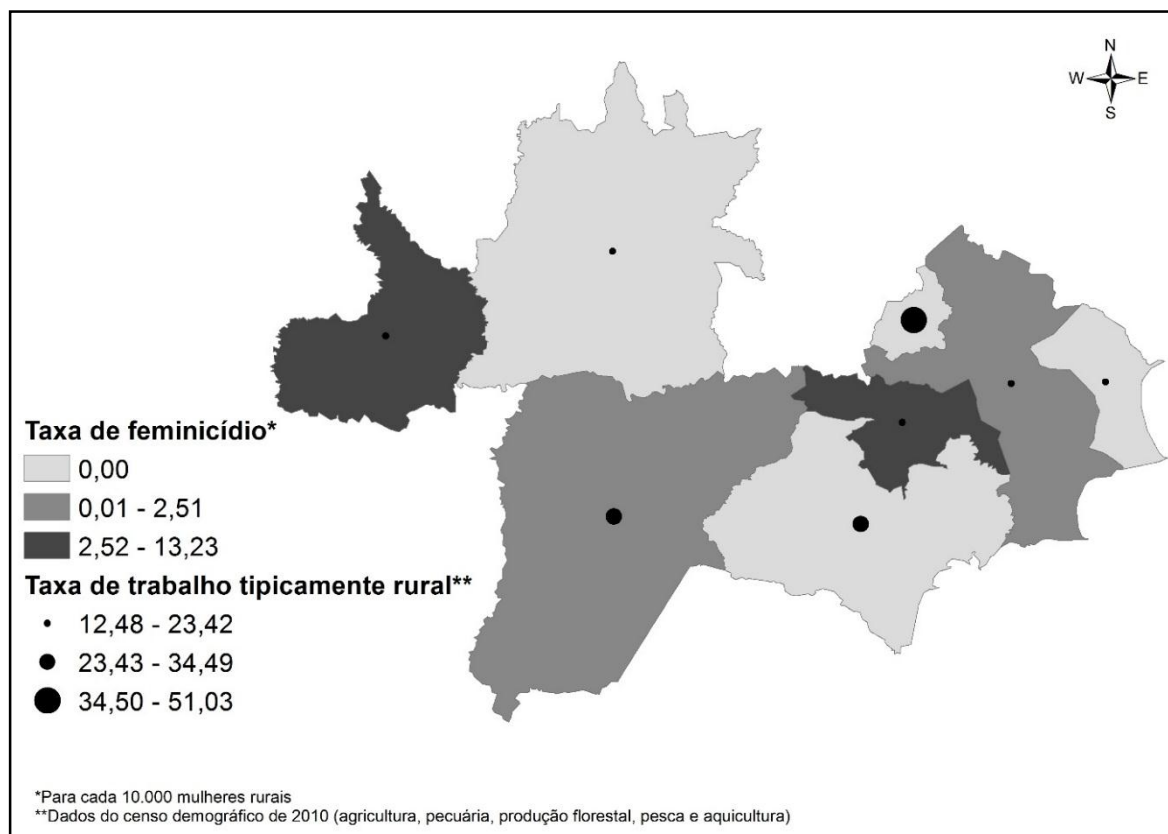
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

APÊNDICE J - TAXAS DE CRIMES SEXUAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE TRABALHO TIPICAMENTE RURAL



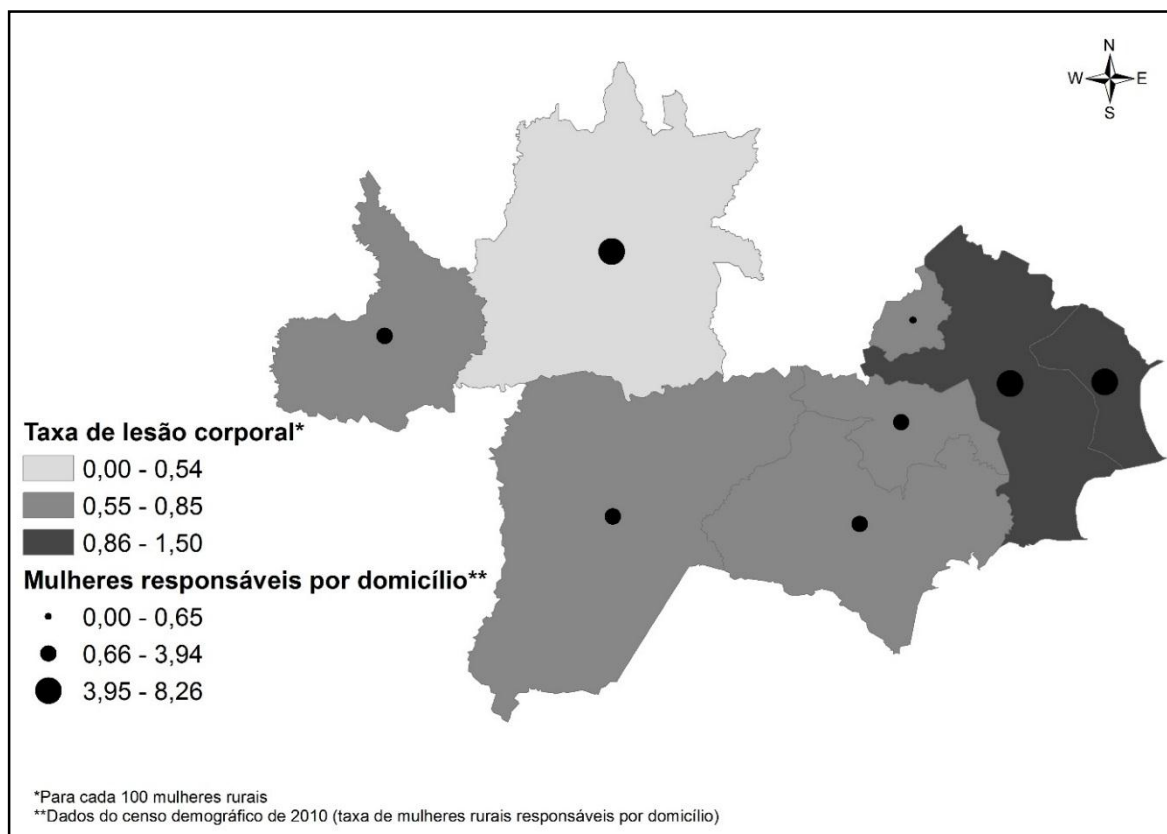
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**APÊNDICE L - TAXAS DE FEMINICÍDIOS CONTRA MULHERES RURAIS
REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE
TRABALHO TIPICAMENTE RURAL**



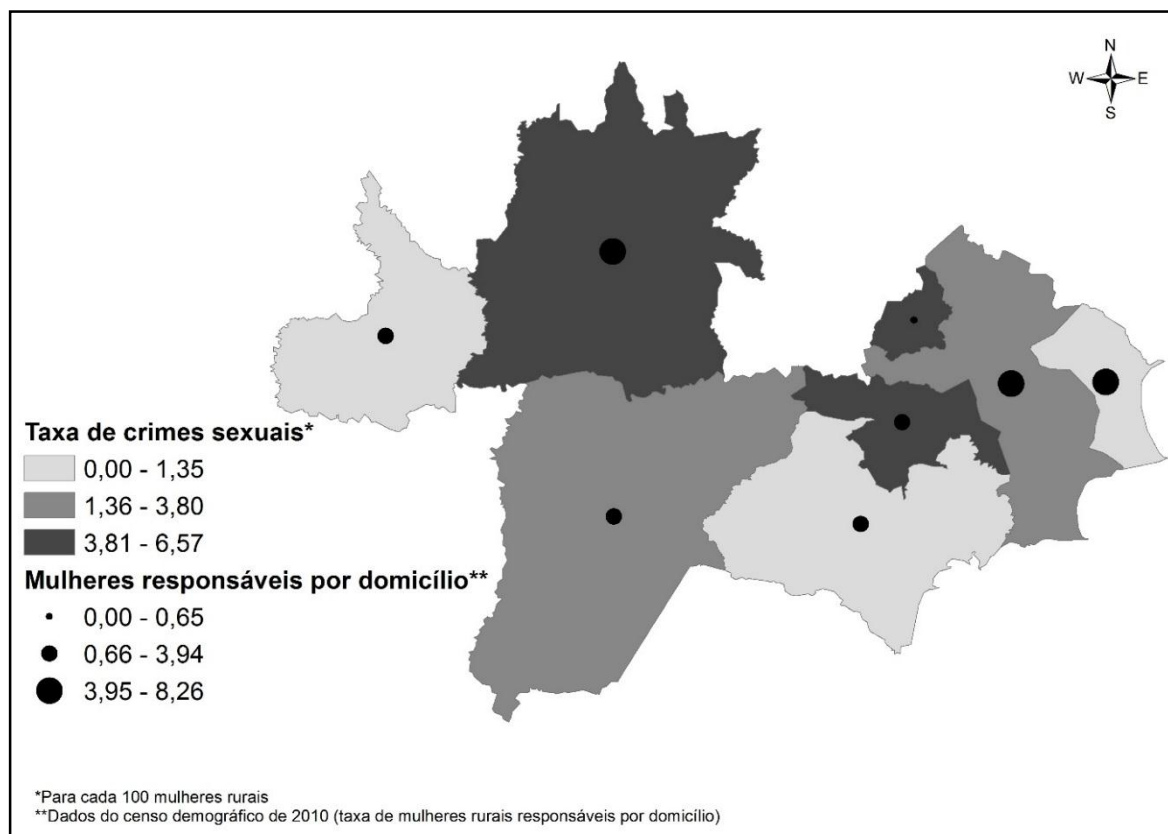
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

APÊNDICE M - TAXAS DE LESÕES CORPORAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADAS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIO



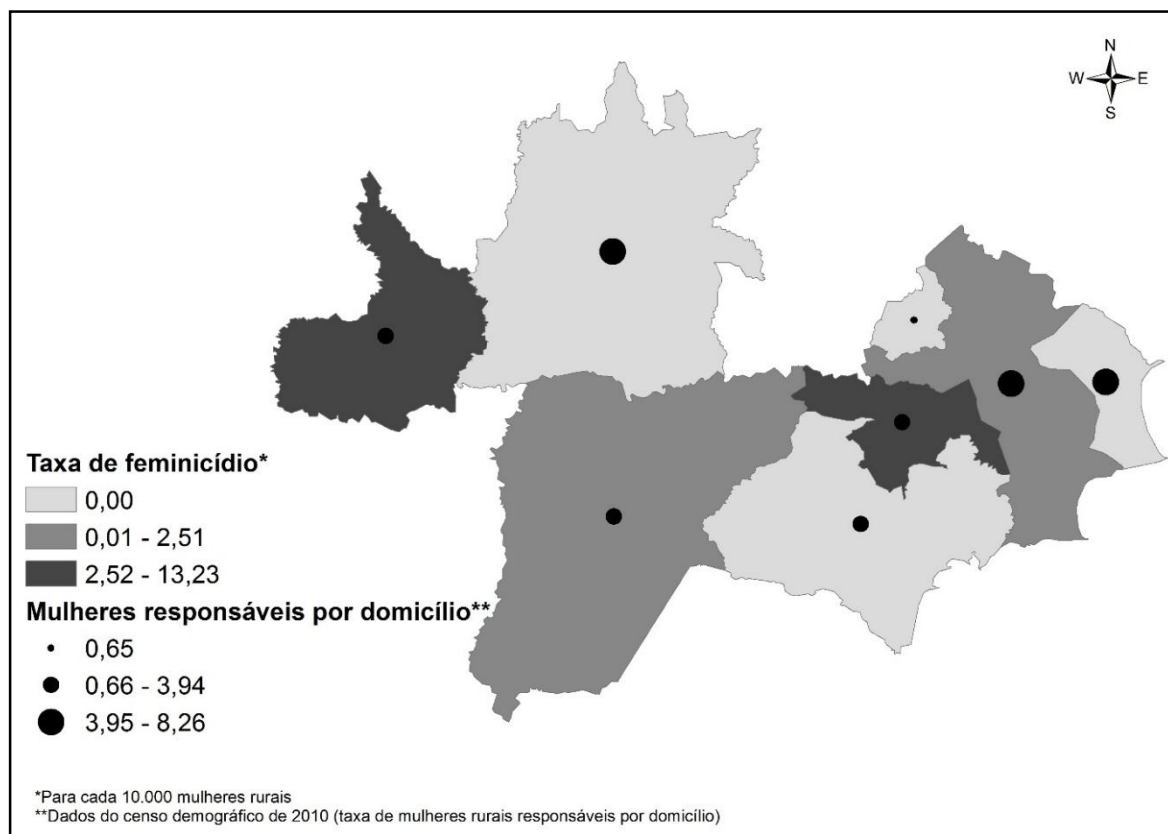
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

APÊNDICE N - TAXAS DE CRIMES SEXUAIS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIO



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

APÊNDICE O - TAXAS DE FEMINICÍDIOS CONTRA MULHERES RURAIS REGISTRADOS ENTRE 2010-13, NOS MUNICÍPIOS DO ESTUDO, E TAXA DE MULHERES RURAIS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIO



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do RS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).